Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas

Gustavo Lucas Higa

**Serpentes Negras, Pânico Moral e Políticas de Humanização nos
presídios em São Paulo (1983 - 1987)**

Versão Corrigida

São Paulo
2017

Gustavo Lucas Higa

Serpentes Negras, Pânico Moral e Políticas de Humanização nos Presídios em São Paulo (1983 - 1987).

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia
Letras e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo para a obtenção do título de Mestre em
Sociologia

Área de Concentração: Sociologia

Orientado: Prof. Dr. Marcos César Alvarez

Versão Corrigida

De acordo: _____

Prof. Dr. Marcos César Alvarez

São Paulo
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

H634 Higa, Gustavo
/ Gustavo Higa ; orientador Marcos Alvarez. -
São Paulo, 2017.
166 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Sociologia. Área de
concentração: Sociologia.

1. Sociologia. 2. Direitos Humanos. 3. Crime
Organizado. 4. Prisão. 5. Punição. I. Alvarez, Marcos
, orient. II. Título.

Nome: HIGA, Gustavo

Título: Serpentes Negras, Pânico Moral e Políticas de Humanização dos Presídios em São Paulo (1983-1987)

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em: 14/11/2017

Banca Examinadora

Prof. Dr.(a)_____ Instituição:_____

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. Dr.(a)_____ Instituição:_____

Julgamento: _____ Assinatura_____

Prof. Dr.(a)_____ Instituição:_____

Julgamento:_____Assinatura_____

Dedico esta dissertação a meu pai, Auro Higa, cujos passos observo e sigo

Agradecimentos

Agradecer é o que mais preciso ao fim dessa etapa de formação. Mesmo que este momento seja um dos mais livres da dissertação para me expressar, ainda sim é muito difícil encontrar palavras justas que demonstrem a gratidão que tenho por pessoas que de alguma forma contribuíram na minha trajetória. Essas inúmeras contribuições iniciaram bem antes de eu entrar na pós-graduação.

Agradeço primeiramente a meus pais. Não tenho palavras para expressar a gratidão que tenho por meu pai Auro e minha mãe Márcia, por todo o amor, apoio, compreensão, paciência, incentivo, aconselhamento, dedicação e exemplo; eu não teria chegado até aqui sem eles. Meu pai é meu exemplo, minha maior referência, amigo e tutor. Observo o velho desde que nasci e quero ser igual a ela quando crescer. Minha mãe é minha fonte de energia, de força de vontade e alegria, sempre ao meu lado com seu amor incondicional, seu grande coração e sabedoria. Ela é a minha motivação, é a nossa motivação, do meu pai, do meu irmão e minha; nossa maior alegria sempre foi fazê-la rir. Meu primeiro sorriso foi pra ela. Nunca deixaram de acreditar em mim. Nunca vou deixar de acreditar neles.

Ao meu irmão Marcos, que sempre me motivou a seguir em frente apesar das dificuldades. Conheço o Marcola desde que ele nasceu, é meu irmão mais novo, meu primeiro amigo, meu parceiro nos jogos e em tudo, meu único e verdadeiro irmão; sempre acompanharei esse cara com muito orgulho, crescemos juntos e seguiremos juntos. Ao longo dos anos procurei servir de exemplo para ele, protege-lo e orientá-lo na medida do possível, mas, felizmente, sempre foi o contrário. Com ele posso sempre contar e comigo ele pode também.

Agradeço a minha querida namorada Geise, por todo o carinho, companheirismo, apoio, paciência, ensinamentos, conselhos e compreensão em todos os momentos, sejam eles tristes ou alegres. Sempre nos jogou pra frente. Obrigado por todos os sorrisos, momentos juntos, a agradável companhia, conversas e planos. Sempre me ajudou a perceber detalhes fundamentais na vida que muitas vezes passam despercebidos. Com muita felicidade e carinho a agradeço.

Agradeço a Aline, minha cunhada, pelos bons momentos de risada também. Obrigado pela paciência, compreensão, boa vontade pra ajudar e agradar a todos nós. Ela nunca deixa de procurar reunir a família, mostrar a importância da união e fortalecer esses laços. Obrigado. Essa é a minha família, a minha referência, o que tenho de mais precioso. Obrigado a vocês por serem quem são e me fazer ser quem sou.

Um agradecimento especial para minha amada vovó Maria Auxiliadora, ou, como eu também a chamo, vovó Dodora. Ela me acompanhou desde que eu existo, ela me deu o primeiro banho, ela observou meu crescimento, ela sempre me abraçou, ela me pegou no colo, ela me ensinou a comer de garfo e faca, ela sorriu e chorou comigo, ela segurou a minha mão, a minha maior confidente, a minha conselheira, ela vibrou quando entrei na faculdade, ela se alegrou quando entrei no mestrado, ela me deu muita força e, em fim, ela deixou muita saudade após sua partida. Felizes são aqueles que tiveram uma avó como eu tive. Nunca é fácil a despedida. Toda a honra e agradecimentos pra minha vovó para sempre querida.

Agradeço minhas tias, tios, primos e primas, que são muitos. Cada um deles contribuiu de alguma forma, mas destaco minhas tias Sandra, Mara (que é inclusive minha madrinha) e Rita; meus tios Celso, Beto, Luiz e Eduardo (que também é meu padrinho); meus primos Wagner Guilherme e Leopoldo, agradeço principalmente a esses três por formarem nosso time eterno; e minhas primas Natália e Juliana. Obrigado pelo incentivo e por acreditarem em mim.

Agradeço ao meu orientador, prof. Marcos César Alvarez, por todos esses anos de amizade, acompanhamento, boa vontade, paciência, incentivo, orientação e ensino; trabalhamos juntos desde o início da minha graduação e devo a ele muitas de minhas escolhas de pesquisa e formação como sociólogo. Foi por intermédio do prof. Marcos que tudo começou, que meu percurso como aspirante a sociólogo pesquisador teve início, que meus caminhos na universidade foram possíveis. É também graças a ele e seu trabalho que comecei, desenvolvi e finalizei esta dissertação. Agradeço pelas aulas, referências, indicações, críticas, dedicação, risadas e pela confiança. Muito obrigado por me orientar, prof. Marcos, continuarei seguindo em frente.

Agradeço ao prof. Fernando Salla, por seus ensinamentos, conselhos e recomendações, até mesmo nas questões mais básicas, sempre foi muito generoso e acolhedor. Ele foi um dos que me guiaram na pesquisa desde o início. Agradeço à profa. Camila Dias, que sempre incentivou e acompanhou meu trabalho com muita boa vontade, prontidão, alegria e trazendo sempre novidades para melhorá-lo; ela também foi uma das referências que segui para realizar a pesquisa. Agradeço a esse trio, Marcos, Fernando e Camila, por ter feito parte da minha

formação, tanto via o trabalho de cada um, quanto pelas conversas, encontros, reuniões, almoços, cafés, motivações, repreensões, ensinamentos, dicas etc. Muito obrigado!

Agradeço a banca do exame de qualificação, composta por Camila Dias e Alessandra Teixeira. Contribuíram muito com as considerações e conselhos sobre os rumos dessa dissertação. Foi um momento de reflexão fundamental para o meu trabalho. Muito Obrigado!

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES por financiar minha pesquisa me concedendo uma bolsa por dois anos.

Agradeço ao Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP). Foi no NEV que dei meu primeiro passo como pesquisador. É o local em que mais obtive aprendizado ao longo dos anos de graduação e mestrado. Praticamente toda a minha trajetória na universidade passou pelo núcleo e pelas pessoas que o compõe. Tenho grande respeito, admiração e amizade por todos que ali trabalham. Minha formação não teria sido a mesma sem esse contato.

Agradeço muito a Sergio Adorno, Nancy Cardia, Sérgia Santos, Marcos Alvarez, Fernando Salla, Camila Dias, Paulo Sérgio Pinheiro, Fred Castelo Branco, Viviane Cubas, Renato Alvez, Ariadne Natal, Marcelo Nery, Altay Souza, André Oliveira, Thiago Oliveira, Gorete Marques, Caren Ruotti, André Zanetic, Bruno Manso, Vitor Blotta, Debora Piccirilo, Mara Lima, Emerson Fragoso, Rafael Felice, Delon, Aline Mizutani, Pedro Lagatta, Claudete Pires, André Pinheiro, Zé Benigno e Renan Teodoro. Todas essas pessoas, sem exceção, me auxiliaram nesses anos de estudo, com conselhos, fazendo revisões do meu trabalho, lendo e comentando meus projetos e relatórios, fazendo indicações, cedendo material de pesquisa etc. Estiveram comigo em bons e maus momentos, me incentivando e auxiliando. Muito obrigado!

Agradeço as amigas que fiz desde meu ingresso na universidade, amigas fortes e inesquecíveis. Anos de boas relações e risadas sem fim. A vida pode nos levar a caminhos diferentes, que muitas vezes nos afasta uns dos outros, mas uma coisa não mudará: o nosso começo, seja na graduação ou na pós-graduação. Aquele abraço para Filipe Freitas (Mike), Leilor Soares, Diego Novais, Zé Militão, Gabi Cândido, Gabi Trindade, Guilherme Ciccareli, Lucas Mingard, Fábio Harano, João Andrijich (Mionzinho), Henrique Herrera e Douglas Maurício. Outros abraços para Giovanna Marcelino, Edu Castelucci, Michel Mustafa, Rafael Kruchin, Romulo Lima, Natália Otto, Eduardo do nVivo, Max Gimenes, Francesco Tomei, Karina Fason, Lilian Krohn, Renato Santos, Jesus Vasquez, Cesar Niemietz, Bruna Nicodemos, Ivo Soarez, Renan Willian, Pedro Serra, Raphael Freston. Convivi e aprendi bastante com meus colegas de orientação Eduardo Gutierrez, Thiago Oliveira, Gustavo Queiroz, Leonardo Ostronoff, Ricardo Campelo, Ju Tonche, Bruna Gisi, Roberta Soares e Roberta Heleno; obrigado pelas discussões em grupo e companheirismo de sempre.

Agradeço ao departamento de Sociologia da USP, por todo o suporte e apoio ao longo desses anos, especialmente Gustavo e Evânia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP. Agradeço aos professores e professoras que acompanharam minha trajetória ao longo da graduação e pós-graduação, contribuindo com ensinamentos, conselhos e orientações. Agradeço especialmente a Sergio Adorno, Sylvia Garcia, Márcia Lima, Maria Helena e Laurindo Minhoto, pois contribuíram não só com a minha formação, mas também acompanharam o planejamento, desenvolvimento e conclusão de minha pesquisa. Agradeço ao prof. Roberto da Silva pelo apoio e gentileza de me disponibilizar um material importante para a análise, contribuindo muito para meu avanço.

Um salve para os moradores da casa onde vivo, a República Popular Zimbabwe, formada por: Evandro, Fernanda, Gustavo, Ana, Juliano, Rodolfo, Bira e Gilberto. Muito obrigado por me aturarem. Muito obrigado pelo companheirismo diário, amizade e boas risadas. Temos muitas histórias pra contar.

Agradecer pessoas que conheço e estão em minha rede de relações é importante, mas também devo agradecer quem não conheço propriamente, ou seja, aquelas que também contribuíram para minha pesquisa e talvez não saibam o quanto. Refiro-me aos funcionários da Biblioteca Florestan Fernandes, funcionários do prédio de Ciências Sociais, funcionários da Administração da FFLCH, funcionários da divisão de arquivos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, funcionários do Museu Penitenciário Paulista, funcionários do Arquivo do Estado de São Paulo e funcionários da Secretaria da Administração Penitenciária. Agradeço muito as pessoas desconhecidas da internet por disponibilizarem obras, materiais, notícias, artigos, revistas, PDFs e etc. Sem essa possibilidade minha pesquisa teria sido mais difícil devido à dificuldade de acesso de alguns textos. Sem o trabalho dessas pessoas nada seria possível. Muito obrigado!

As sociedades modernas assumiram a custódia de seus agressores e a defesa de sua dignidade humana como obrigação moral. Os sistemas penitenciários brasileiros, antes de enfrentarem paradoxos da recuperação, fracassam nos requisitos mínimos da custódia – garantir a existência do prisioneiro e a satisfação de suas necessidades básicas. O que aprendemos no Depósito de Presos, na Ilha Grande, no Galpão da Quinta e nas inúmeras cadeias públicas brasileiras é que cada sistema penitenciário cria as “falanges” e “serpentes” que merece (PAIXÃO, 1987).

Resumo: HIGA, Gustavo. Serpentes Negras, Pânico Moral e Políticas de Humanização nos presídios em São Paulo (1983 - 1987).

Na década de 1980 o sistema brasileiro de segurança pública experienciou mudanças, no contexto da transição democrática. Foi nesse momento que se buscou efetivar, em São Paulo, a agenda política conhecida como “Políticas de Humanização dos Presídios”. Trataremos aqui de uma dessas experiências: um canal de comunicação e de representação de presos no sistema penitenciário paulista chamado Comissões de Solidariedade. Analisaremos como tais Comissões foram deslegitimadas publicamente por meio de uma denúncia: a existência de um grupo criminoso, organizado por presos no interior da Penitenciária do Estado, e que teria se infiltrado nas Comissões de Solidariedade. O grupo foi anunciado como Serpentes Negras. Desta forma, pretende-se descrever a tentativa de efetivação dessas políticas e como a disputa de interesses afetou os rumos das reformas, se refletindo nas práticas internas às prisões; busca-se também recuperar os efeitos produzidos pela denúncia e, com isso, o debate público em torno das políticas de segurança e dos Direitos Humanos no período, bem como a formação e a circulação de um novo discurso sobre o crime organizado em São Paulo, cuja atualidade não pode ser desprezada.

Palavras-chave: Serpentes Negras; Pânico Moral; Políticas de Humanização; Prisões; Crime Organizado.

Abstract: Black Serpents, Moral Panic and Humanization Policies in prisons in São Paulo (1983 - 1987)

In the 1980s the Brazilian public security system experienced changes in the context of democratic transition. It was at this moment that the political agenda known as "Humanization Policies of Prisons" was sought to be implemented in São Paulo. We will deal with one of these experiences: a channel of communication and representation of prisoners in the prison system of São Paulo called Commissions for Solidarity. We will analyze how these Commissions were publicly delegitimized by means of a complaint: the existence of a criminal group, organized by prisoners inside the State Penitentiary, and which would have infiltrated the Solidarity Commissions. The group was announced as Black Serpents. In this way, the intention is to describe the attempt to put these policies into effect and how the dispute of interests affected the direction of the reforms, being reflected in the internal practices of the prisons; It also seeks to recover the effects produced by the denunciation and thus the public debate on security and human rights policies in the period, as well as the formation and circulation of a new discourse on organized crime in São Paulo, whose actuality can not be overlooked.

Keywords: Black Snakes; Moral Panic; Humanization Policies; Prisons; Organized crime.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
1. Nos caminhos da pesquisa	25
2. Sobre esta pesquisa	32
3. Materiais consultados	33
 CAPÍTULO I: O surgimento das Serpentes Negras	39
1. A conjuntura da transição democrática e as políticas de humanização	39
2. A Comissão de Solidariedade e a Comissão de Guardas	46
3. O fantasma das Políticas de Humanização	53
4. Caça às bruxas e recompensa por informações	62
 CAPÍTULO II: O Início das investigações	69
1. O movimento dos poderes Legislativo e Judiciário	69
2. Os depoimentos dos Guardas	77
3. Os depoimentos dos Presos	82
4. Os depoimentos da Secretaria de Justiça	84
5. O depoimento de Haroldo Pinto da Luz Sobrinho	96
 CAPÍTULO III: A breve experiência de voz e visibilidade	99
1. Uma conversa ao vivo na TV	99
2. O Democárcere: ruptura do silenciamento	105
3. O Groupe d'Information sur les Prisons (GIP)	114
 CAPÍTULO IV: O fim das Investigações	117
1. A disputa entre os poderes	117
2. A mídia como palco, vitrine e termômetro da discussão	128
3. Para além das Serpentes Negras	133
 CAPÍTULO V: O efeito Pânico Moral.....	137
1. Foucault e o discurso enquanto prática.....	137

2. Revisitando o conceito de Pânico Moral.....	144
3. Stanley Cohen e os demônios populares.....	150
4. Serpentes Negras e a forma Pânico Moral	157

CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
-----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	164
---	------------

FONTES	167
---------------------	------------

Introdução

1. Nos caminhos da pesquisa

Assim como o sociólogo Howard Becker, acredito que toda a pesquisa científica seja um grande processo em movimento, um contínuo ir e vir (Becker, 2007, p.189). Esta pesquisa não é diferente. Começou muito antes de meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. Foi um acúmulo de estudos e experiências, inicialmente muito tímidos, em torno de um tema da Sociologia. Os primeiros passos, oscilantes, foram dados no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP). Na ocasião, estava no final do primeiro ano da graduação em Ciências Sociais da USP.

A motivação inicial de fazer pesquisa se deu por meio do contato com o livro *Vigiar e Punir* (1975), de Michel Foucault, na disciplina Introdução à Sociologia do curso de Ciências Sociais. O conteúdo despertou a vontade de saber mais sobre o tema abordado no livro e, além, sobre o próprio modo de análise utilizada pelo autor, pois me parecia que aquela questão era um dos pontos fundamentais para melhor compreendermos a sociedade em que vivemos.

Seguindo essa motivação, no fim do segundo semestre da faculdade, conversei com o professor Marcos César Alvarez, que, segundo alguns de meus veteranos, era um dos mais indicados para me ajudar com o assunto. Após um e-mail e o agendamento da reunião, encontrei o prof. Alvarez.

A conversa que tivemos foi breve, pois apenas comentei sobre minhas intenções de estudo e pedi uma indicação de bibliografia básica sobre a Sociologia da Violência, Punição e Prisões. Além das indicações de leitura, fui convidado a frequentar os encontros de um grupo de trabalho que se reunia no NEV. Na ocasião, realizaram um seminário de leitura e discussão do livro *Segurança, Território e População* (2008), curso ministrado por Michel Foucault em 1977-1978. Como de praxe, no fim da conversa, o professor pediu, assim que possível, uma

resenha dos textos sugeridos para que pudéssemos discuti-los futuramente. Com a listinha na mão, sai da sala e entrei para o “time” dos estudantes da violência e punição.

Em 2011 comecei a frequentar o NEV para participar das reuniões de trabalho e acompanhamento de pesquisa, assim como outros seminários destinados a completar a formação acadêmica dos participantes. Conheci os pesquisadores e funcionários, familiarizando-me com o grupo e aprofundando os estudos. Pouco depois fui convidado para realizar uma Iniciação Científica, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que contemplava um dos projetos em andamento no NEV.

A pesquisa inicialmente estava concentrada em mapear, organizar e catalogar o arquivo da Comissão Teotônio Vilela (CTV), dando ênfase em encontrar dados que contemplassem a relação entre jovens e justiça criminal, principalmente aqueles relacionados à antiga Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM). A sede da CTV, local onde estava o arquivo, ficava em uma das salas no prédio do NEV.

A Comissão Teotônio Vilela foi uma instituição civil formada por intelectuais e políticos que atuou desde a década de 1980, no período da chamada transição democrática, promovendo a defesa dos Direitos Humanos, principalmente em instituições de reclusão como prisões e manicômios.

Em maio 1983, o senador Teotônio Vilela, com idade avançada e saúde frágil, fez visita à Cadeia Pública de Campinas para averiguar a situação do local devido à denúncia de mortes e torturas que ocorriam naquele espaço. Acompanhando o senador, estavam Severo Gomes, Eduardo Suplicy, José Gregori, Paulo Sérgio Pinheiro, João Batista Breda, Maria Helena Gregori e Padre Agostinho Duarte.

Essa mesma equipe realizou visitas a outras instituições com o mesmo intuito da primeira: não só fiscalizar as condições de vida, como também denunciar violações de direitos. Realizavam visitas a esses estabelecimentos e posteriormente elaboravam relatórios das condições de infraestrutura, saneamento, higiene, salubridade e habitação dos custodiados. Em geral, essas informações foram publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*.

Posteriormente, juntaram-se à empreitada do grupo outras figuras que se destacaram como resistência às práticas do regime militar e entusiastas da redemocratização. Com a morte de Teotônio Vilela, em 1983, o grupo continuou as atividades e passou a chamar Comissão Teotônio Vilela, em homenagem ao próprio. A CTV possuía grande reconhecimento e influência tanto na esfera política quanto na esfera pública (Comissão Teotônio Vilela, 1986).

O NEV-USP, desde sua criação, esteve vinculado ao trabalho da CTV, principalmente pela mediação feita por Paulo Sérgio Pinheiro, professor do departamento de Ciência Política da USP e um dos membros fundadores da CTV. As atividades de intervenção e monitoramento que desenvolveram previam a necessidade de um trabalho de pesquisa para analisar sistematicamente os temas ligados à violência e aos Direitos Humanos. Dessa forma, qualificariam cada vez mais os debates e o desempenho da instituição.

Foi pensando em contemplar essa demanda que houve a cooperação entre Paulo Sérgio Pinheiro e Sergio Adorno, professor do departamento de Sociologia da USP, que resultou na criação, em 1987, de um centro de documentação e pesquisa sobre criminalidade, violência e Direitos Humanos na Universidade de São Paulo. Posteriormente juntou-se ao grupo a pesquisadora Nancy Cardia, completando a equipe que coordenou o núcleo durante muitos anos. Ambas as instituições se articulavam unindo a prática da intervenção pública e a pesquisa científica.

O arquivo ao qual encaminhado era composto de uma compilação de documentos feita pelos antigos membros da CTV, que reuniram algumas referências sobre as atividades da comissão. Podemos encontrar cartas, fotos, relatórios, ofícios, requerimentos, recortes de notícias de jornal, gravações de debates, vídeos, entrevistas, projetos, propostas, denúncias, investigações, atas de reuniões, atas de seminários e etc.

Em geral esse era o critério de seleção para o armazenamento: algo que tivesse relação ou no horizonte de interesse da CTV, inclusive textos acadêmicos, livros e fichamentos, utilizados possivelmente para orientar alguma discussão, seminário, entrevista, projeto, auxiliar na elaboração dos relatórios que realizavam.

Muito da trajetória da CTV pode ser traçada por meio daqueles registros e, de certa forma, podemos dizer que o arquivo também nos ajuda a perceber a conjuntura política e social no período da chamada transição democrática brasileira, no fim dos anos 1970 e início de 1980. É um registro das disputas e transformação na segurança pública, na justiça criminal e no discurso sobre Direitos Humanos. É um relato de tentativas, sucessos e falhas em meio a uma conjuntura política instável. Minha primeira experiência de pesquisa foi nos arquivos dessa instituição.

Os documentos estavam distribuídos em dois armários com aproximadamente cinco ou seis metros de altura, sendo necessária uma grande escada para alcançar o topo. Cada armário possuía em seu interior três prateleiras e em cada uma delas aproximadamente doze caixas dispostas em uma fileira de seis e por cima delas as outras. O interior das caixas estava repleto de pastas e cadernos contendo variados documentos.

As caixas estavam minimamente organizadas e havia uma etiqueta indicando o tipo de documentação e o ano, mas não era necessariamente correto, pois o material estava muito desconexo, apesar de bem guardado nos armários. Muitos papéis estavam desgastados, empoeirados, mofados e frágeis. Para manuseá-los, foi necessária muita atenção e cuidado, por vezes utilizando luvas e máscara para proteção própria e preservação do material.

A organização era um dos objetivos da pesquisa, para assim recuperarmos os dados sobre juventude que estavam no arquivo. A primeira tarefa foi organizá-lo, saber sobre o conteúdo, criar meios para acessá-lo e condições para a pesquisa. Eram caixas e com muita informação, maioria referente ao final dos anos de 1970 até meados dos anos 2000. Havia muito trabalho pela frente.

A pesquisa foi supervisionada por Paulo Sérgio Pinheiro, Marcos César Alvarez e Fernando Salla. Meu orientador formal era o prof. Paulo Sérgio, mas devido a sua agenda cheia de compromissos e responsabilidades, por mais que tivéssemos contato, convivi mais com Alvarez e Salla na rotina de pesquisa. Conheci Fernando Salla nos encontros do grupo de trabalho no NEV e desde então mantivemos contato.

Iniciei então como bolsista desenvolvendo atividades juntamente com outros pesquisadores em torno do tema: *O Papel da Fundação Casa no desenvolvimento de medidas socioeducativas e no atendimento ao adolescente em conflito com a lei*. Abordamos principalmente o histórico e situação político social, tanto interna quanto externa, da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem), que posteriormente mudou seu nome para Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, ou, simplesmente, Fundação Casa. O recorte temporal para a análise era de 1980 a 1990.

Durante uma das reuniões semanais da equipe, decidimos entrar em um projeto paralelo envolvendo a Comissão Teotônio Vilela. O objetivo era elaborar um livro de memórias sobre a CTV e suas atividades. A minha função foi reunir dados sobre a CTV, principalmente em fontes como: jornais, revistas, acervos eletrônicos, arquivos da própria CTV e no banco de dados do NEV.

Estipulamos uma agenda de trabalho que previa (1) desenvolver uma cronologia sobre a criação e atividades da CTV; (2) reunir, e também escrever, textos referentes ao grupo, contendo relatos sobre suas atividades, participações em eventos, os principais acontecimentos na trajetória, o contexto histórico em que viveram e a repercussão de suas ações na esfera pública e política; (3) mapear a biografia dos membros da comissão e traçar a trajetória da instituição.

A decisão de acompanhar esse trabalho foi tomada devido a grande relevância e presença da CTV na defesa dos Direitos Humanos, principalmente em instituições fechadas como a Febem. Juntamos dois interesses em uma mesma pesquisa.

Revirando os documentos, tive acesso a informações que não conhecia sobre a década de 1980, a transição democrática, a discussão sobre os Direitos Humanos, sobre a tortura, o problema das prisões, as condições dos manicômios e etc. Chamou minha atenção diversas situações que aconteceram muito antes de eu nascer e ainda não haviam sido esclarecidas, resolvidas e encerradas jurídica e moralmente, sobretudo no âmbito das prisões em São Paulo. Explorar aqueles documentos que retratavam o “passado”, lendo-os no tempo presente, gerou um estranhamento que foi muito benéfico para minha formação.

Mapeando a trajetória da CTV e seu ativismo em instituições prisionais, tomei conhecimento de uma situação ocorrida em 1984 que agitou a segurança pública paulista por pouco mais de dois anos. O caso ficou conhecido como Serpentes Negras e se referia a uma suposta organização criminosa presente no interior dos presídios de São Paulo.

Para mim era novidade, e, ao que parecia, para todo o sistema de segurança pública paulista da época também. Fiquei muito interessado com esse episódio e decidimos concentrar nossos esforços em mapeá-lo e analisa-lo. Nunca havia escutado ou lido nada sobre as Serpentes Negras. Achei a situação interessante e resolvi investigar.

Comentei com Fernando Salla, que é um sociólogo especialista na Sociologia da Punição e Prisão, sobre minha curiosidade. Conforme esperado, ele conhecia o caso e me contou os principais detalhes. Fui incentivado por ele e por Alvarez a procurar mais informações, pois foi um caso polêmico e pouco se sabia a respeito. Combinamos que no encontro seguinte falaríamos com Paulo Sérgio Pinheiro sobre o tema, afinal ele acompanhou a situação.

Paulo Sergio Pinheiro acompanhou o caso diretamente, via CTV. A resposta veio com um sorriso e o convite para que eu fizesse uma pesquisa sobre o tema, pois ainda não estava esclarecido. Segundo PSP, o Primeiro Comando da Capital (PCC) não foi a primeira organização criminosa, com origem na prisão, a ameaçar a segurança pública em São Paulo. Isso tinha história, e ainda por ser escrita. Obviamente eu não seria o primeiro a abordar as Serpentes Negras em uma pesquisa, mas contribuiria com mais um elemento para fazer o conhecimento avançar nesse ponto.

Pouco a pouco fui criando mais interesse. Pensava inicialmente da seguinte forma: sabemos hoje que em São Paulo o assim chamado crime organizado, a partir das prisões, existe e exerce suas atividades em diversas áreas da vida social (ADORNO e SALLA, 2007;

JOZINO, 2004; BIONDI, 2010; DIAS, 2013). Essa conjuntura pode ser considerada como um dos principais desafios para o sistema de segurança pública, principalmente devido à existência do PCC, considerado hoje como a principal organização criminosa do Estado. Essa conjuntura, considerando a bibliografia, não foi sempre assim.

O PCC não foi a primeira organização criminosa a ameaçar o Estado a partir das prisões, como comentou Paulo Sérgio Pinheiro. Sendo esse o caso, então, o que tivemos antes? Quais outras experiências? Quais seus desdobramentos? Em que momento outro discurso sobre o chamado crime organizado – e é o discurso que me interessava – se apresentou como uma ameaça capaz de redirecionar uma parcela da agenda política nas prisões? Isso certamente tinha história, e muito recente.

Comecei fazendo uma cronologia da conjuntura política na década de 1980, pois, foi um momento de tentativa de mudança na gestão da rede prisional em São Paulo; tentativa que, como veremos, gerou efeitos e práticas. De início, segui em frente com essa ideia, auxiliado por meus orientadores.

Estava habituado a pesquisar em acervos eletrônicos de jornais, de revistas, em elaborar cronologias e textos sobre as prisões, penitenciárias, manicômios, hospitais e violações dos Direitos Humanos nesses locais. Naquele momento estava reunindo informações sobre o discurso das serpentes por meio da elaboração de uma cronologia de notícias e referentes ao caso, tendo como base inicial o acervo da CTV. Foi nessa ocasião que conheci outra pessoa que muito me auxiliou na pesquisa.

Em das reuniões conheci a socióloga Camila Nunes Dias, professora da UFABC. Ela também desenvolvia estudos sobre prisão, punição e violência; tinha interesse em alguns documentos nos arquivos da CTV e juntou-se à empreitada. A equipe então foi Marcos, Fernando, Camila e eu. A experiência e orientação dos três ajudaram-me a seguir como aspirante a pesquisador. As reuniões eram sempre produtivas, pois as conversas me ajudavam a desenvolver algumas ideias, despertar novas e abandonar outras.

Paralelamente à pesquisa que desenvolvíamos, Camila Dias tinha outra em andamento, financiada pelo CNPq¹. Essa pesquisa investigava a chamada Comissão de Solidariedade, uma das medidas de reforma nos presídios efetivada no início dos anos 1980. Conforme as informações mostravam, o caso das Serpentes Negras estava relacionado com as atividades

¹ Título do Projeto é *Das Comissões de Solidariedade ao Primeiro Comando da Capital (PCC): disputas e conflitos em torno da organização de presos*. Estava vinculado à Universidade Federal do ABC/UFABC-SP.

dessa Comissão, eram praticamente inseparáveis no plano do discurso. Por esse motivo, foi muito proveitosa vinda de Dias e a cooperação entre as pesquisas em andamento².

Mesmo quando a Iniciação Científica chegou ao fim, ainda continuamos as reuniões, discussões, leituras e planejamentos que estávamos habituados. Pouco depois, a CTV oficialmente deixou de existir enquanto instituição, deixando seus arquivos aos cuidados do NEV, que, posteriormente, os doou para o Arquivo Público do Estado em 2013. O acervo da CTV conquistou, em 2016, a certificação no Registro Nacional do Programa Memória do Mundo da UNESCO. Esse título confere ao arquivo da CTV o status de patrimônio da humanidade. Isso significa que ele não poderá ser destruído em hipótese alguma, servindo como uma fonte de dados para memórias e futuras pesquisas. Obviamente devo muito a CTV e ao seu material, tanto por viabilizar meios para elaborar minha primeira pesquisa de IC quanto a presente dissertação de mestrado.

No final da graduação estava elaborando o projeto de mestrado e me preparando para realizar o processo seletivo para o Programa de Pós-Graduação Sociologia na USP. Minha decisão foi desdobrar o trabalho que desenvolvemos anteriormente na Iniciação Científica e fazer uma análise mais ampla sobre a experiência das Serpentes Negras no sistema de segurança pública em São Paulo.

Aqui encerro essa retrospectiva sobre como embarquei no mestrado da pós-graduação. Para as Ciências Sociais, descrever os primeiros passos, avanços, problemas, soluções e imprevistos, também é um dado de pesquisa e contribui para melhor compreender o trabalho em si e seus processos, que não são automáticos. A pesquisa não é dada, assim como a imersão nessa área do conhecimento também não é. Ocultar essa dimensão, me parece,

² Dentre a produção realizada pelo grupo, se destacam duas apresentações: uma a do texto *Das Comissões de Solidariedade ao Primeiro Comando da Capital: (des)legitimidade e (não) representação de presos no sistema carcerário paulista*, apresentado no 8º Encontro Nacional da Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-graduação (ANDHEP), 2014; E do texto *Serpentes Negras: fantasma das Comissões de Solidariedade ou precursora do Primeiro Comando da Capital (PCC)?*, 2014, apresentado no V Seminário Nacional de Sociologia e Política. Posteriormente o texto apresentado foi publicado, com o mesmo título, na Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Sociologias Plurais, volume especial, p.185-195, 2014.

Houve a referência ao estudo em uma matéria publicada no site do grupo Ponte Jornalismo, *Das Serpentes Negras ao PCC: o mito virou pesadelo*², e, posteriormente a tradução da mesma matéria no site InSight Crime, *From Black Serpents to PCC: A Brazil Gang Myth Turned Nightmare*², em setembro de 2014. Uma publicação da qual não participei, mas cabe aqui a referência por se tratar do tema no qual nos debruçávamos, foi: ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; DIAS, Camila Nunes. *Das comissões de solidariedade ao primeiro comando da capital em São Paulo*. Tempo Social, v. 25, n. 1, p. 61-82, 2013.

deixaria o trabalho com uma lacuna considerável. Minha formação privilegia esse tipo de descrição e aqui a fiz.

2. Sobre esta pesquisa

No Brasil, a década de 1980 foi palco de mudanças no cenário político, sobretudo por ter sido um momento de transição democrática. O governo em exercício era gerido pelos militares desde o golpe de 1964. A Ditadura Militar oficialmente perdurou por 15 anos. No final dos anos 1970 e início de 1980 vivíamos uma lenta abertura política que pretendia devolver a gestão do governo às mãos civis e adequar as práticas institucionais para receber democracia vindoura (Cf. PINHEIRO, 1991; 1986; 1984).

A prisão, um dos mecanismos de controle social que seriram, em grande medida, de principal respaldo para as ações do regime militar, estava na agenda de reformas que visava situar algumas instituições na futura democracia e assim desmontar a tradição de arbitrariedades, desassistência governamental e a ausência de garantia de direitos. Foi nesse período que se buscou aplicar o programa que ficou conhecido como *Política de Humanização dos Presídios* (PINHEIRO, 1986; ALVAREZ, SALLA e DIAS, 2013).

Nesta pesquisa acompanharemos os registros do processo de ascensão e declínio de um programa pertencente às chamadas políticas de humanização dos presídios, elaboradas e aplicadas em São Paulo durante o mandato do governador André Franco Montoro (1983-1987). Veremos como as disputas afetaram os rumos de parte dessas políticas.

Dentre as propostas da assim chamada humanização, darei ênfase na experiência de efetivação de um canal de comunicação e representação de presos no sistema penitenciário paulista. Esse canal foi chamado de Comissão de Solidariedade. Em resposta a essa experiência, surgiu uma denúncia: a existência de uma organização criminosa chamada Serpentes Negras. Segundo o delator, o juiz-corregedor dos presídios da época, essa organização era composta por um grupo organizado de presos, que se infiltrou na Comissão de Solidariedade e agia por meio dela, visando o controle do sistema carcerário paulista.

O caso das Serpentes servirá aqui para elucidar o debate nacional em torno de políticas de segurança, justiça e direitos humanos na transição democrática paulista, assim como será um “gancho” para analisar a formação de um novo discurso sobre o crime organizado em São

Paulo, ou seja, situar as condições que possibilitaram tal discurso surgir, os caminhos percorridos por ele e como foi recebido pelas instâncias oficiais do governo e pelos presos.

Veremos a influência que o rumor exerceu nas chamadas políticas de humanização. Na conjuntura, as Serpentes funcionariam como uma espécie de pretexto para justificar medidas contrárias às reformas, refletindo uma intensa disputa política, que culminou com o cancelamento da Comissão de Solidariedade e retrocesso das medidas de abertura e transparência do sistema de comunicação e representação dos presos nas prisões. Em outras palavras, existiu uma disputa em torno das políticas de Direitos Humanos no sistema prisional e que os rumos e as escolhas políticas em relação a esse projeto, sobretudo o que toca nas Comissões de Solidariedade, foram, em grande parte, influenciados pelo discurso das Serpentes Negras.

Para analisar o caso a referência será a noção de Pânico Moral desenvolvida pelo sociólogo inglês Stanley Cohen. Veremos como é possível diagnosticar algumas características do Pânico Moral no caso das Serpentes. A perspectiva de Michel Foucault nos acompanhará durante o trabalho, sobretudo a perspectiva da formação e efeitos dos discursos que emergiram em torno da denúncia e contexto político, tendo o discurso das Serpentes chegado à esfera pública em forma de Pânico Moral.

Nesse cenário emergiu uma experiência paulista de se cogitar a presença e ameaça do crime organizado em grandes proporções nos presídios. Ações e reações institucionais se moveram tendo em vista essa suposição e mostraremos como elas afetaram negativamente as chamadas políticas de humanização.

3. Materiais consultados

O principal método utilizado foi a análise de discurso baseada em fontes documentais e entrevistas qualitativas. Parte dos dados foi adquirida desde pesquisa IC e posteriormente outros foram incluídos. A ênfase foi nas informações sobre as Serpentes Negras ou nas que de alguma forma se relacionaram ao caso, dentro das limitações de acesso. Falaremos das principais fontes de pesquisa utilizadas.

Foi utilizado o **Banco de dados da imprensa escrita (1983 – 1992)**, especificamente dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, que foram as principais fontes de

informação sobre o caso. Ao longo da exposição veremos a relevância dessas fontes, principalmente pela possibilidade de identificar e distinguir os discursos veiculados.

O banco de dados foi um dos resultados da iniciação científica que realizei de janeiro de 2011 a dezembro de 2012. O critério da seleção das publicações foi o recorte temporal de 1983 a 1992. A coleta foi realizada por meios eletrônicos, utilizando o mecanismo de busca por palavra chave que os sites possuem³. O sistema rastreia todas as palavras registradas nas edições passadas do jornal, mas não a temática em si. Ou seja, é possível encontrar todas as palavras “prisão”, mas as notícias que a contêm não necessariamente estarão relacionadas com a temática do sistema prisional e segurança pública, podendo apontar inclusive notícias sobre “prisão de ventre” ou “prisão de pássaros” etc. Portanto a busca eletrônica é orientada sistematicamente com base na gramática.

Por esse motivo fiz leitura de todos os resultados de 1983 a 1992 com as palavras-chave: “Serpentes Negras”, “Comissões de Solidariedade”, “José Carlos Dias”, “Franco Montoro”, “Política de Humanização”, “Crime Organizado” e “Presídios”. Os resultados filtrados foram armazenados em uma pasta no computador.

Elaborei duas cronologias paralelas, uma referente à *Folha de S. Paulo* e outra ao *Estado de S. Paulo*, em texto, elencando as notícias em ordem de publicação e resumindo o conteúdo de cada uma, mapeando assim a evolução do caso e seus desdobramentos de acordo com os jornais.

As opiniões se polarizaram relativamente em duas frentes: por um lado a *Folha de S. Paulo* buscava mostrar o caráter fictício da denúncia e a possível tentativa de desestabilizar a política de humanização; por outro lado, o *Estado de S. Paulo* afirmava a veracidade da denúncia e a falência da Secretaria da Justiça em manter o controle dos presídios. Esses dois veículos foram, de certa forma, “palcos” dessa polaridade de opiniões e a principal “vitrine” para o caso e as disputas em torno da efetivação das políticas de humanização.

Consultei o **Arquivo da Comissão Teotônio Vilela**, que, embora não seja volumoso sobre o caso aqui abordado, expõe o posicionamento e articulação de ativistas de vários setores que enviavam cartas às autoridades, produziam artigos publicados na imprensa e faziam relatórios de visitas aos estabelecimentos prisionais contendo as impressões e registros tanto da instituição visitada quanto da conjuntura política. A CTV acompanhou os desdobramentos da chamada política de humanização, assim como as consequências da denúncia das Serpentes Negras.

³ <http://acervo.folha.com.br/> e <http://acervo.estadao.com.br/>, última visualização em maio de 2017.

Tive acesso aos **Registros da Comissão Especial de Inquérito da Assembleia Legislativa** (CEI – requerimento 438/84 em 1984) cujo objetivo inicial era averiguar a situação das polícias em São Paulo, mas, após a denúncia das Serpentes, a investigação concentrou-se em pesquisar a existência da suposta organização. Essa investigação colheu depoimentos de pessoas ligadas ao sistema prisional paulista na época.

Para acessar esse documento, fiz visitas regulares à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP). O material é de caráter público e está compilado em 12 volumes. Armazenados em cinco caixas, contendo entrevistas, ofícios, atas das reuniões, relatórios, depoimentos e algumas cartas.

Trabalhei também com o primeiro e único volume de um **jornal elaborado por um grupo de presos da Penitenciária do Estado**, editado em junho de 1986, destinado tanto à população do próprio presídio quanto à sociedade fora dos muros. O jornal era oficialmente patrocinado pela Secretaria de Justiça. Essa experiência foi resultado tanto de reivindicações dos presos quanto das políticas de humanização. O nome era *Democárcere* e é interessante em vários pontos.

Os artigos presentes na edição, em geral, apresentam preocupação acerca da vida cotidiana do presídio e os problemas institucionais como desassistência judiciária, superlotação, precariedade no atendimento médico, ociosidade, falta de assistência religiosa, questões de cidadania e problemas de comunicação/representação. É notável a proposta de união entre os presos em alguns artigos, principalmente na seção intitulada “Vamos dar as mãos”. Esse documento é um valioso registro que ajuda a melhor compreender não só a proposta de abertura e comunicação na prisão, como as principais demandas e interesses de presos, ou, ao menos, de um grupo de presos, que por um curto período tiveram possibilidade de se expressarem, falarem por si e de si mesmos.

Adquiri o **Estatuto da Comissão de Solidariedade dos Presos da Penitenciária do Estado** (1984) e o **Regulamento de Representação de Sentenciados na Penitenciária do Estado** (1984) nos registros da ALESP. Esses documentos são importantes para analisar o caso, pois são registros formais da expectativa de funcionamento da Comissão. A Sociologia mostra que nem sempre o que está escrito em um estatuto se reflete plenamente nas práticas sociais cotidianas de uma instituição, mas, ainda sim, esses documentos registram e orientam expectativas e ações, sejam elas esperadas ou não. Serão utilizados para melhor situar as Comissões de Solidariedade e como referência.

Nos arquivos da CTV encontrei a cópia de uma **carta redigida pela Comissão de Solidariedade dos Presos e enviada para o secretário de justiça José Carlos Dias**. No

documento podemos constatar a discussão sobre as reivindicações e reações dos presos em relação aos rumos políticos que se anunciavam. Tive o costume de separar todos os registros que continham mensagens das Comissões representando um coletivo de presos, pois essa foi a principal justificativa para a criação da mesma: ser um canal que permitisse comunicação direta dos presos com a secretaria de justiça, sem as tradicionais mediações feitas por guardas e funcionários da prisão.

Dentre o material consultado, temos um **Manifesto da Comissão de Solidariedade dos Presos, na Penitenciária de Araraquara em 1984**. A Comissão de Solidariedade funcionou principalmente na penitenciária do Estado, mas há registros de atividades em outras unidades como em Araraquara. O documento revela o posicionamento de um grupo de presos membros da Comissão em Araraquara. Na ocasião, estavam esclarecendo a posição dos presos em relação a uma greve que realizavam em resposta aos maus tratos e arbitrariedade da gestão local. O documento se encontra nos arquivos da CTV.

Em 1984 a **TV Cultura realizou um debate, ao vivo e transmitindo em rede nacional, entre membros da Comissão de Solidariedade da Penitenciária do Estado e autoridades políticas**. O programa que proporcionou a discussão foi o **RCT Debates**, apresentado por Rodolfo Konder. Para participar, estavam nos estúdios da TV Cultura o Secretário da Justiça, José Carlos Dias; o juiz-corregedor, Haroldo Pinto da Luz Sobrinho; o diretor da Casa de Detenção, Luiz Camargo Wolfman; o Diretor Geral da Penitenciária de Pirajuí, Luiz Gonzaga Vieira; o professor Paulo Sérgio Pinheiro; o Jornalista Percival de Souza; o jurista Hélio Bicudo; o psiquiatra João Batista Breda; Wilson e Fernando, guardas penitenciários e Roberto da Silva, egresso da prisão.

Ao mesmo tempo, em outra instalação improvisada dentro do chamado complexo do Carandiru, o jornalista Júlio Lerner mediava a mesa composta por: alguns membros da Comissão de Solidariedade, Gilberto, Rafael, José e Guilherme⁴; a assessora para assuntos penitenciários, Maria Inês de Oliveira Sampaio e o Diretor de Qualificação, José René Pires de Campos. Os apresentadores comentaram que aquele foi um momento inédito para o programa RCT Debates, e muito possivelmente para a Penitenciária do Estado também, isto é, ceder o microfone aos presos e conversar com eles, ao vivo, sobre a situação da prisão.

A conferência foi gravada em VHS na época. Existe uma cópia nos arquivos da Comissão Teotônio Vilela, mas tive acesso a outra cópia cedida gentilmente pelo prof. Roberto da Silva, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. O prof. Roberto

⁴ Os nomes dos presos e guardas participantes serão fictícios para preservar a identidade dos mesmos.

possui uma trajetória impar, há anos pesquisando e mobilizando-se ativamente em torno dos problemas da prisão; ele foi egresso da prisão e participou do debate televisionado em questão.

Consultei e utilizei como referência a **denúncia escrita pelo juiz-corregedor Haroldo Pinto da Luz Sobrinho sobre a existência das Serpentes**. Esse documento inaugura toda a efervescência que analisaremos. A denúncia foi encaminhada em forma de carta escrita diretamente ao Conselho Superior da Magistratura e publicada integralmente no jornal *O Estado de S. Paulo*⁵.

Realizei entrevistas qualitativas com pessoas que de alguma forma vivenciaram a agitação causada pelas investigações sobre as Serpentes e a atmosfera de mudanças que as políticas de humanização propiciaram. Um dos entrevistados foi Paulo Sérgio Pinheiro, um dos membros fundadores da Comissão Teotônio Vilela. Ele se recorda do caso e comentou sobre o que acredita ser representado para a conjuntura da segurança pública no período.

Conversei também com um ex-funcionário da penitenciária do Estado que estava em atividade na época; o chamaremos aqui pelo pseudônimo Antônio para preservar sua identidade.

Roberto da Silva foi outro dos entrevistados; foi egresso da prisão na época, hoje é professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e conhecedor da trajetória da Comissão de Solidariedade e das políticas de humanização, tendo vivenciado essa experiência pessoalmente. Entrevistei também uma ex-funcionária da penitenciária feminina, que chamaremos pelo nome fictício Palmira para preservar sua identidade.

Todos os entrevistados permitiram a divulgação de nossa conversa e estavam cientes de que se tratava de uma investigação científica que visava a elaboração de uma dissertação. Todos estavam cientes, exceto a senhora Palmira, cuja conversa tive via telefonema e não anunciei o tema de minha pesquisa. Nosso contato foi por acaso. Na ocasião, liguei procurando o Antônio e quem me atendeu foi a Palmira.

O telefone da instituição onde os dois trabalhavam foi concedido por um contato no Museu Penitenciário Paulista, a própria indicação de Antônio como uma boa fonte de informações foi me dada por esse contato. Quando liguei procurando-o, Palmira me atendeu. Após alguns questionamentos sobre quem eu era e o que queria, soube que Antônio se encontrava de férias. Palmira começou a falar espontaneamente que também conhecia o

⁵ *O Estado de S. Paulo* no dia 23 de junho de 1984, p. 14, “Organização quer dominar presídios”.

período de meu interesse e a situação prisão, afinal, também foi funcionária na época. Rapidamente peguei o papel e caneta e fui registrando a evolução de nossa conversa.

Em geral, não foi fácil acessar pessoas que se envolveram diretamente com o caso, pois muitos já faleceram ou estão idosos e não querem revirar velhas memórias. Dentre as tentativas de contato, duas não deram certo. A primeira foi com o jornalista Percival de Souza; contatei-o mais de uma vez via e-mail e telefone, adquiridos por um colega de trabalho do NEV, mas não obtive resposta. A segunda foi com o José Carlos Dias; escrevi um e-mail para ele, e-mail que adquiri com Paulo Sérgio Pinheiro, que o conhece pessoalmente, mas não obtive resposta. O professor Paulo Sérgio também encaminhou um e-mail recomendando o contato comigo, mas também não houve resposta.

O levantamento desse material servirá como bússola para traçar um mapa do fenômeno e suas consequências para o debate sobre as políticas de humanização e, além disso, para acompanhar o aparecimento de um discurso sobre o crime organizado em São Paulo e suas influências.

Novamente enfatizo que a presente pesquisa funciona mais do ponto de vista de uma arqueologia de um discurso sobre crime organizado, ou seja, analisar quais foram suas possibilidades, como isso chegou à esfera pública, quais documentos foram registrados, segundo quais oportunidades e orientando quais efeitos nas instancias dirigentes do Estado. Não é uma preocupação constatar ou refutar a existência das Serpentes Negras, mas sim os caminhos percorridos por esse discurso sobre o crime e políticas prisionais na transição democrática em São Paulo na década de 1980⁶.

⁶ Ao longo da exposição serão utilizadas algumas noções que podem apresentar um impasse, pois carregam uma série de exigências conceituais que aqui não serão trabalhadas. São exemplos: a humanização dos presídios, o crime organizado, instabilidade nas prisões, a transição democrática e outros mais. Não pretendo discutir e nem desenvolver uma teoria da humanização ou caracterizar o crime organizado, mesmo sabendo que são termos complexos com muitas possibilidades de interpretação. Nesta pesquisa constam os termos utilizados no contexto da época, na fala dos atores, nas publicações dos jornais nos registros oficiais do governo. Dessa forma, a questão não seria *o que é*, mas sim *o que se entendia por*. Todas as fontes documentais utilizadas para esta pesquisa são de caráter público, adquiridos nos arquivos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e nos arquivos da Comissão Teotônio Vilela presentes no Arquivo do Estado de São Paulo. Os dos presos e guardas presentes nos documentos serão ocultados para preservar as identidades, pois a identificação não é necessária para a análise.

CAPÍTULO I: O Surgimento das “Serpentes Negras”

1. A conjuntura da transição democrática e as políticas de humanização dos presídios.

Eram tempos de instabilidade política. Em meados dos anos de 1970 o general do exército Ernesto Geisel (1907-1996), então presidente do Brasil (1974 a 1979) demonstrou a intenção de o governo militar devolver gradualmente as rédeas do Estado à sociedade civil. Após essa declaração, os anos que se seguiram contaram com uma série de preparativos muito tímidos para a transição, que ocorreu formalmente na década de 1980, quando aconteceu a eleição de civis, isto é, candidatos não militares, para o governo de alguns Estados brasileiros (Cf. VIEIRA, 2005).

A proposta do governo, de uma transição política lenta e gradual, anunciava o fim do regime militar, abrindo uma série de expectativas em um cenário político que mudava na esteira da redemocratização. Essa conjuntura propiciou um momento de reconfiguração de muitas identidades políticas da época, assim como a redefinição das orientações sobre as narrativas referentes ao universo político e social (ODA, 2013; VIEIRA, 2005; PINHEIRO, 1984).

A anunciada transição impunha a todos os políticos uma espécie de reajuste de práticas, uma adequação nas estratégias de gestão, pois, caso contrário, não encontrariam formas de permanecer na vida pública. Dessa forma, aqueles que ocupariam cargos públicos se preparavam para o novo registro de disputas que surgia e organizava as táticas de sobrevivência política em torno de bandeiras democráticas, de direitos e, principalmente, a da liberdade de imprensa e expressão (ODA, 2013, p.37). Ou seja, não só algumas instituições tiveram que se adequar ao novo sistema político, mas também aqueles que almejavam cargos públicos.

As primeiras eleições diretas para governador em São Paulo foram realizadas em 1982, elegendo o candidato André Franco Montoro (1916 - 1999) como governador e Orestes Quécia (1938 - 2010) como vice-governador, ambos pertencentes ao do Partido Movimento

Democrático Brasileiro (PMDB). O governo do Estado de São Paulo foi assumido por uma gestão civil, após anos de regime militar.

O PMDB foi o sucessor direto do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que, por sua vez, foi o partido que reuniu, em grande medida, as oposições políticas formais contra o regime militar; isso significa que o MDB foi o único partido a ser reconhecido pelo governo em exercício como a oposição oficial⁷.

Como uma frente opositora, o PMDB não contava com plena união interna, havendo disputas entre grupos com ideais e interesses diversos. Podemos dizer que no interior do partido existiam dois núcleos de concentração: de um lado, setores da chamada direita e alguns da chamada esquerda-ortodoxa se organizavam em volta da figura de Orestes Quércia; e de outro lado, os chamados progressistas se aglutinavam em torno de André Franco Montoro (VIEIRA, 2005, p.98). Essas duas frentes, reunidas em um só partido, geraram ambiguidades consideráveis e tensões, afetando os rumos futuros do partido (VIEIRA, 2005, p.98). Lembrando que esse período de transição foi também o que precedeu a elaboração da constituição de 1988, momento de conflito de interesses e intensificação da disputa entre os campos de forças políticas.

Franco Montoro era apoiado pelo chamado setor progressista, que na época era considerado a esquerda política, principal opositora ao regime militar. Ao assumir o governo de São Paulo, recrutou suas antigas alianças para ajuda-lo em seu governo. Naquele momento, figuras que haviam se destacado na resistência aos militares passaram a ocupar cargos políticos importantes (VIEIRA, 2005, p.98-99).

A Secretaria de Justiça foi assumida por José Carlos Dias, advogado ligado à Comissão de Justiça e Paz, instituição que atuou na defesa dos presos políticos. Iniciou sua carreira como advogado criminalista e foi presidente da Comissão Justiça e Paz da Cúria Metropolitana de São Paulo, em 1978, tomando posse durante a realização de uma missa celebrada por D. Paulo Evaristo Arns, na Catedral da Sé. Sua trajetória de envolvimento e compromisso com a defesa dos Direitos Humanos o levaram a assumir a Secretaria da Justiça a convite de Montoro. Desde o início, ambos, governador e o secretário, sabiam da importância, dificuldade e o grau de fragilidade que a gestão enfrentaria.

Dias não escondia sua intenção imediata como secretário: o compromisso de “humanizar” a rede carcerária do Estado de São Paulo, pois ele acreditava que só assim seria

⁷Uma das ações tomadas pelos militares foi a dissolução dos partidos políticos, impondo, em seguida, um sistema eleitoral bipartidário simbólico, pois os resultados das votações já eram previamente determinados. O partido que representava o regime em exercício era a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). O partido reconhecido oficialmente pelo governo como oposição era o MDB (Cf. VIEIRA, 2005).

viável um quadro melhor para a segurança pública. Pretendia garantir que as polícias não praticassem abuso de poder e a corrupção, assim como, principalmente, que se tratasse o preso como ser humano detentor de direitos, fazendo com que se cumprissem os mesmos; esses eram os principais elementos de sua proposta de gestão (VEIRA, 2005, p.99).

Essa agenda política foi chamada de “Políticas de Humanização” e tornou-se uma referência para o governo Montoro e um símbolo para a transição em São Paulo que buscava consolidar a democracia e o respeito dos Direitos Humanos.

Tal posicionamento e prática política, como esperado, atraíram a atenção da esfera conservadora. A disputa política em torno dos Direitos Humanos não se deu apenas no plenário ou nas bancadas legislativas e judiciárias, mas também por meio do debate público, da assim chamada opinião pública, estimulados pela cobertura e os espaços que os jornais da época dedicaram para acompanhar as transformações. A temática dos Direitos Humanos era retratada como o principal problema ou solução, dependendo do veículo de comunicação e sua ênfase.

As campanhas de defesa dos Direitos Humanos não eram inéditas no país. Desde o final dos anos 1970 grupos liderados por intelectuais, políticos de esquerda e associações civis⁸ reivindicavam: respeito aos direitos dos presos políticos, muitos dos quais foram torturados; retorno a um regime constitucional; eleições livres e diretas; liberdade de expressão; fim da censura e liberdade de organização de partidos políticos e sindicatos (CALDEIRA, 2000, p.345). A atenção às violações era voltada, em geral, aos presos políticos e não aos chamados presos comuns.

Durante o governo Montoro, o discurso dos Direitos Humanos se estendeu aos presos comuns, e foi nesse momento que as resistências foram mais insipientes. O problema não era discutir e aplicar os Direitos Humanos em si, mas sim a quem se destinava. Teresa Caldeira (2000, p.343-383), nos mostra que, naquele período, esse discurso foi apresentado por jornais e políticos como “privilegio de bandidos” e inversão dos valores morais convencionais. Caldera indica que essa noção pejorativa também foi utilizada para deslegitimar as propostas democráticas como um todo.

O principal ataque aos direitos humanos, que consolidou as imagens negativas ainda muito presentes junto à população, foi originalmente articulado durante o governo de Franco Montoro no estado de São Paulo. Montoro, o primeiro governador eleito depois do regime militar, lutou pelo retorno ao estado de

⁸ São exemplos: Comissão Justiça e Paz, o Movimento Feminino Pela Anistia e a Ordem dos Advogados do Brasil.

direito e, uma vez eleito, tentou não só controlar os abusos policiais como também melhorar as condições das prisões em São Paulo. (...) Enquanto Montoro era apoiado por grupos de direitos humanos e partidos de centro e esquerda, os políticos de direita acusavam-no e a seus aliados de protegerem criminosos. Nessa campanha, os direitos humanos foram chamados de “privilégio de bandidos” (CALDEIRA, 2000, p.346).

O Jornal *O Estado de São Paulo*, por exemplo, publicou notícias que enfatizavam o posicionamento contrário aos Direitos Humanos e seus defensores, buscando desqualificá-los e reivindicando que sua implementação não fosse permitida. O jornal *Folha de São Paulo*, em contrapartida, concedeu espaço para os defensores e publicou notícias que visaram, em grande medida, sustentar a consolidação da agenda de reformas do governo, mostrando os resultados positivos da proposta.

Outro sistema de comunicação muito utilizado na época era o rádio, onde as opiniões também divergiam e circulavam para a população. O clima de instabilidade política foi propício para fazer emergir programas que tinham por objetivo realizar reportagens de casos policiais e de insegurança pública. Temos como exemplo, na rádio Record, o programa diário comandado por Gil Gomes, conhecido por atacar os Direitos Humanos, considerando seus defensores como coniventes com o crime.

O programa diário da rádio Capital tinha a tradição de noticiar e opinar casos de segurança pública e violência. No comando desse programa estava a principal figura do rádio contrária à efetivação dos Direitos Humanos: Afanásio Jazadji, que enaltecia a pena de morte, a justiça pelas próprias mãos e repudiava com claros requintes de ódio a política de humanização e a qualquer simpatizante. O programa fazia muito sucesso e possuía grande audiência.

Este discurso de violência explícita encontrava enorme receptividade nas classes populares oprimidas pela miséria material e cultural e na classe média retrógrada, que acreditava que este era (é) o único caminho para se resolver o problema da crescente violência urbana. A evidência empírica de que este discurso encontrava receptividade em amplos setores da população não vem apenas da grande audiência de tais programas, mas do fato de Afanásio ter sido eleito deputado estadual com uma das maiores votações da história da Assembleia Legislativa de São Paulo (VIEIRA, 2005, p.99).

É importante enfatizar um detalhe que pode nos elucidar as dificuldades enfrentadas pelo governo para efetivar a agenda de reformas: o governo Montoro, apesar de civil, funcionou por dois anos sob a ditadura militar. O Brasil era presidido pelo General João Baptista de Oliveira Figueiredo (1918 – 1999), último presidente do regime militar, cujo mandato foi de 1979 a 1985. O sucessor foi Tancredo Neves (1910 – 1985), eleito em janeiro

de 1985. Entretanto, Tancredo adoeceu e faleceu devido uma infecção generalizada às vésperas da posse. Em março do mesmo ano, o então vice-presidente, José Sarney de Araújo Costa, foi empossado como presidente. Lembrando que Montoro foi eleito em 1982 e empossado em 1983.

A transição além de lenta e gradual foi também muito difícil e instável. Foi um momento delicado de incertezas, esperanças, tentativas e resistências. A ditadura definhou, mas seu fim não representou o início da democracia como a passagem de um ano para o outro; muito pelo contrário. Mesmo quando o governo era oficialmente civil muitas práticas da gestão anterior permaneceram impregnadas nas orientações das relações políticas e sociais (Cf. PINHEIRO, 1991).

Núcleo de Estudos da Violência realizou um estudo sobre “O Autoritarismo Socialmente Implantado” (1987 – 1991), com participação de Paulo Sérgio Pinheiro e Sérgio Adorno. Em linhas gerais, a tese mostra que as práticas autoritárias tiveram continuidade no exercício do poder político mesmo após a ditadura militar, devido à legitimação popular, que pode ser explicada por meio do autoritarismo enraizado nas práticas e relações cotidianas tanto familiares quanto públicas, estimulada por anos de “entulho autoritário”, repleto de violência e intolerância (PINHEIRO, 1991, p.45-56).

Toda essa efervescência ocorreu antes da esperada Constituição, que era a principal promessa de efetivação da democracia no país. A promulgação ocorreu no dia 5 de outubro de 1988. No ato, ao vivo em rede nacional pelos canais de comunicação, o presidente da constituinte, Ulysses Guimarães (1916 – 1992), também presidente da Câmara dos Deputados, assinou a carta que oficializava a nova Constituição. Em seguida pronunciou as seguintes palavras, erguendo o documento: “Falando ao Brasil, declaro promulgada. O documento da liberdade, da dignidade, da democracia, da justiça social, do Brasil. Que Deus nos ajude que isso se cumpra.”.

Pronunciou também o juramento formal nos seguintes dizeres: “Declaro manter, defender, cumprir a constituição. Obedecer às leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil”. Em seguida o presidente da república José Sarney e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Rafael Mayer, proferiram o mesmo. A fala final de Ulysses Guimarães foi de repúdio ao regime militar e em memória

aos que haviam resistido e conseqüentemente perecido. Encerrou dizendo em meio a aplausos: “Que a promulgação seja nosso grito! Mudar para vencer! Muda Brasil!”⁹.

Ao assumir o governo do estado de São Paulo, em 1983, André Franco Montoro encontrou algumas heranças da gestão anterior¹⁰. Segundo José Carlos Dias, em um depoimento para a assembleia legislativa, em outubro de 1984, nenhum recurso havia sido destinado a qualquer unidade prisional que carecia de infraestrutura, ainda mais em um período em que a criminalidade violenta aumentava assustadoramente, sendo a negligência do governo em fiscalizar e zelar pelas prisões um fator que também contribuiu para esse aumento¹¹.

O secretário acrescenta que a rede prisional paulista contava com aproximadamente 8 mil vagas. O número de encarcerados chegava aos 12 mil, sendo que 11 mil deles se aglomeravam em cadeias públicas e distritos policiais. A conclusão que se chegou é de que tudo nos estabelecimentos prisionais estava abandonado de supervisão e manutenção, mas contava com cada vez mais presos.

Dias afirmou que a necessidade de primeira ordem da Secretaria de Justiça era aumentar o número de vagas nas prisões, pois a superlotação era um dos principais desafios a serem enfrentados. Tendo isso em mente, um projeto com esse intuito foi arquitetado para amenizar o desafio da superlotação no cárcere: a prioridade era a criação de 5 mil e 200 vagas em São Paulo para os próximos 18 meses, contando tanto com novas unidades prisionais quanto com a ampliação das antigas. Para tanto, algumas metas deveriam ser cumpridas, segundo José Carlos Dias em seu depoimento à Comissão Especial de Inquérito da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no dia 29 de junho de 1984, foram elas:

- Aumento da capacidade do instituto Penal Agrícola¹² de Bauru, de 300 vagas para 600. O mesmo ocorreria com o instituto em São José do Rio Preto. Segundo o secretário, os Institutos Penais Agrícolas teriam importância vital, pois com a efetivação da primeira Lei de Execuções Penais (LEP), que seria avalizada em janeiro do ano seguinte, os juízes poderiam determinar, de acordo com o histórico e

⁹ Assisti a gravação do evento no computador. A conferência foi gravada em vídeo e hoje está disponibilizada na internet e meios eletrônicos.

¹⁰ Foi Paulo Maluf, membro do partido ARENA, o governador de São Paulo na gestão anterior a Franco Montoro.

¹¹ Essas informações foram retiradas do depoimento de José Carlos Dias para a assembleia legislativa, presentes no Diário Oficial do Estado (D.O.E.); Sec. I, São Paulo, 94 (193), quarta-feira, 10 out. 1984.

¹² O Instituto Penal Agrícola (IPA) é uma unidade prisional em que ocorre a punição em regime semiaberto, cujo detento exerce atividades de trabalho rural para capacitação e formação de mão de obra especializada.

características do julgado, o cumprimento da pena nessas colônias agrícolas; ou seja, o encaminhamento poderia ser feito diretamente por parte das Varas de Execuções penais. Até então as leis federais impediam esse agenciamento. O contraste era gritante: enquanto nas cadeias públicas e distritos policiais a superlotação era absurda, os institutos agrícolas contavam com muitas vagas.

- Construção de uma nova unidade de presídio em Sorocaba, com 250 vagas, cuja estrutura base se encontrava emprestada para a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM).
- A Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté deixaria de desempenhar atividades do ponto de vista clínico, pois eram muitos os relatos e denúncias de torturas e maus tratos no local, principalmente quando a questão era o “tratamento” ao qual o custodiado era submetido. A instituição passaria, após a reforma, a ser uma penitenciária com capacidade de 540 vagas, maior que a atual, que comportava aproximadamente 360 pessoas¹³.
- Construção do presídio regional de Campinas, com capacidade de 528 presos. O edifício central do manicômio judiciário seria transformado também em presídio e para lá seriam encaminhados presos já condenados que estavam nos distritos policiais (DPs).
- O instituto de classificação e triagem, que se encontrava inacabado, retomaria a construção em Sorocaba. Quando concluído disponibilizaria 360 vagas.
- Construção de um anexo na penitenciária de Taubaté. Esse anexo se destinaria aos presos de altíssima periculosidade, para que eles não tivessem contato com outros.
- Construção de um presídio no Vale do Paraíba, na região de São José dos Campos, no município de Tremembé.
- Dar início ao chamado Projeto Carandiru, que pretendia reurbanizar os 430m² que compõe a área do Carandiru. Lembrando que o complexo do Carandiru abarca a Penitenciária do Estado, Instituto de Classificação e Triagem e a Penitenciária Feminina.

¹³ Vale ressaltar que a criação desse anexo é um dos paradoxos da gestão de Dias, pois ia contra os princípios da então recente Lei de Execuções Penais. Para mais informações a esse respeito consultar TEIXEIRA, 2009.

Em linhas gerais, essas foram as principais metas iniciais para combater os problemas da rede prisional em São Paulo, sendo a superlotação um dos desafios mais espinhosos e, aqui acrescento: essa fragilidade é ainda hoje um dos graves problemas sociais que engendram e catalisam tantos outros no sistema de justiça criminal (Cf. SALLA, 2006).

A investida dessas reformas não teve por objetivo rever unicamente a infraestrutura das prisões, mas também reconfigurar o sistema de relações sociais internas. Veremos a seguir outra proposta que a secretaria de justiça procurou efetivar: a Comissão de Solidariedade, que podemos considerar como um dos maiores símbolos das chamadas políticas de humanização das prisões no estado de São Paulo.

2. A Comissão de Solidariedade dos Presos e a Comissão de Guardas

Em 1983 o governador André Franco Montoro, juntamente com o secretário de justiça José Carlos Dias, iniciou a aplicação das chamadas Políticas de Humanização dos Presídios, que, dentre seus objetivos, buscavam dar transparência à rede prisional, visando cumprir as leis, diminuir a violência e eliminar a constante arbitrariedade que ocorria nesses espaços. Para concretizar tal proposta, foram criados mecanismos institucionais de comunicação e diálogo entre custodiados e custodiadores, com a finalidade de contemplar a política de reintegração dos presos na sociedade e de respeito aos Direitos Humanos (Cf. TEIXEIRA, 2009). Segundo Eda Goes (2009), os primeiros mecanismos desse programa de reformas foram:

- **Aumento do número de vagas do Sistema Penitenciário Paulista.** A previsão era de que fossem abertas 2.170 novas vagas, além de 2.800 vagas “artificiais” (celas ocupadas por um só detento que passaram a ser ocupadas por dois), até o final do governo Montoro;
- **Criação de canais diretos de comunicação entre os presos e os juízes corregedores e entre aqueles e a Secretaria de Justiça por intermédio das Comissões de Solidariedade e de urnas distribuídas pelos corregedores dos presídios.** Essas comissões seriam constituídas por representantes dos detentos, eleitos por voto direto, sendo elegíveis todos aqueles que não tivessem cometido atos de violência contra companheiro e guardas, dentro do presídio; o tamanho de cada comissão seria

proporcional ao número de detentos do presídio e deveria haver representantes de todos os pavilhões e alas.

- **Criação de Comissões de Guardas penitenciários.**
- **Fim da censura à correspondência de detentos.**
- **Efetivação da assistência jurídica aos presos**, uma vez que a morosidade no exame dos processos é apontada por diretores de presídio e pelos próprios detentos como uma das principais causas das revoltas.
- **Permissão para visitas conjugais**, encontros nas celas entre os detentos e suas esposas, noivas e namoradas, nos dias de visita.

O principal símbolo das políticas de humanização, descrito no segundo item acima, foi a Comissão de Solidariedade, que começou a operar em março de 1983. A proposta foi abrir um canal direto de comunicação entre presos e a secretaria de justiça, permitindo que a demanda do preso chegasse diretamente às autoridades, impedido, dessa forma, que ocorressem as tradicionais mediações e possíveis barganhas/corrupção com os guardas, que eram, a rigor, o primeiro e único contato acessível entre preso e administração, pois a relação entre ambos se dava presencialmente, face-a-face entre as grades da cela (Cf. RAMALHO, 2008).

Não nos esqueçamos de que, além dos guardas, outra figura mediadora estava sempre presente: outros presos, principalmente aqueles que ocupavam de alguma forma uma posição de liderança, seja devido à imposição pela força aos demais, por ser veterano no sistema ou até possuir um carisma excepcional (Cf. RAMALHO, 2008). As comissões também visavam desarticular o exercício das lideranças que agenciavam relações cotidianas na prisão, beneficiando-se delas, pois muitas vezes exigiam tributos por proteção, benefícios, permissões, acessos e etc.

Para elucidar as intenções da Secretaria de Justiça de acabar com as mediações informais, segue um trecho do depoimento de Dias à assembleia legislativa, no dia 10 de outubro de 1984, prestando contas de seus objetivos com as reformas e Comissão de Solidariedade.

Srs. deputados, as comissões de representantes dos presos existiram – e isso não é uma idéia nossa – desde o início do século e já se faziam experiências, mas as comissões normalmente eram compostas pelos xerifes de cadeia, pelos donos de quadrilha que se consorciavam e iam ao diretor fazer acertos para manter a disciplina, para manter a segurança interna, eram eles os representantes da massa carcerária e que sempre exigiam dessa massa um preço alto o pedágio; cobravam pau, como cobram pau, usando linguagem da cadeia. São aquelas figuras notórias do mundo do crime, que se impõem pela força dentro da cadeia, que transacionam seres vivos, porque vendem o preso jovem, que entra no sistema penitenciário, para servir de companheiro a outro preso, que exigem pagamentos – muitas vezes – como se diz no sistema

penitenciário do Rio, fazem pagar sanhaço, isto é, obrigam um preso a matar outro; a segurar a bronca do companheiro. E tudo isso verificamos concretamente no cotidiano dos presídios do mundo inteiro.

A proposta da Comissão de Solidariedade era principalmente evitar as práticas descritas acima pelo secretário em seu depoimento. Estimular a comunicação direta com os presos e a representação entre os mesmos seria uma media preventiva.

De acordo com o estatuto de fundação da Comissão, ela funcionava, em linhas gerais, da seguinte forma: juntavam-se ao grupo aqueles que tivessem interesse na proposta de representação e colaboração. Os presos que se reuniam para esse intuito eram os mais engajados politicamente, que já se mobilizavam de alguma forma, visando acompanhar o andamento dos processos judiciais, organizar e acompanhar os prontuários, exigir direitos, reivindicar melhores condições de habitação e etc.

Não eram os “bandidões” que se reuniam para compor a Comissão de Solidariedade, eram sim aqueles que já estavam envolvidos em atividades administrativas em colaboração com a própria administração. Essas atividades aconteciam muito antes. Tentar organizar prontuários, por exemplo. Muitos presos se articulavam visando reivindicar a aceleração dos processos judiciais, por exemplo, agilizar esses processos. Eram essas figuras que se interessaram em entrar para a comissão, as que já tinham um engajamento.

(Roberto da Silva, entrevista no dia 15 de dezembro de 2016)

Podemos dizer, retomando as palavras de Dias no depoimento e de Silva na entrevista, que a essência das Comissões já existia nas práticas de alguns presos e que eles demandavam um canal de comunicação oficial. Tentativas anteriores de dialogar com comissões de presos representantes foram ensaiadas no passado¹⁴, pelo governo anterior de Paulo Maluf¹⁵, mas não tratando esse diálogo como uma prioridade presente em uma agenda política, mas sim como uma relação cotidiana, sem acompanhamento e beirando a informalidade. Com as políticas de humanização, o governo pretendeu planejar e oficializar um canal de comunicação, criando espaço e respaldo institucional para que exercessem essas práticas.

Para pertencer a Comissão de Solidariedade, um preso interessado era eleito por voto direto dos demais presos, mas somente se apresentasse bom comportamento e disposição de cooperação com a administração. O eleito seria o porta-voz dos presos e possuiria algumas responsabilidades, como representá-los e transitar com maior flexibilidade pelas instalações do presídio para averiguar a situação de todas as pessoas, lugares, higiene, condições de

¹⁴ Veremos a questão no capítulo II, referente às investigações.

¹⁵ Na gestão de Paulo Maluf existiam as Comissões de Direitos Humanos de Presos na Casa de Detenção.

habitação e solicitar transferências, tanto de presos quanto de funcionários, tudo encaminhado diretamente para Secretaria de Justiça, que seria a única a tomar a decisão de fato. Os processos decisórios seriam transparentes aos presos, mas nenhum deles possuiria qualquer tipo de autonomia decisória ou autoridade na gestão da prisão. Segue abaixo estatuto da Comissão de Solidariedade.

**ESTATUTO DA “COMISSÃO DE SOLIDARIEDADE DOS PRESOS DA
PENITENCIÁRIA DO ESTADO”**

Artigo 1º. – Tendo por norma os interesses coletivos, o princípio básico da Comissão Solidariedade é representar e sanar as necessidades que afligem a população carcerária da Penitenciária do Estado.

Artigo 2º. - A meta a ser seguida para atingir os fins visados, deverão ser os meios burocráticos, quais sejam, representação, projetos, propostas. Ademais, sugestões para o desenvolvimento entre a população e o corpo funcional, no que se diga respeito a segurança e disciplina interna, outrossim, compreensão às necessidades em nível administrativo no mesmo diapasão.

Artigo 3º. – O corpo de representatividade será formado por 12 representantes e 18 suplentes assim distribuídos:

a) Cada raio de terá 2 representantes e 3 suplentes, os quais auxiliarão os trabalhos dos representantes.

b) Os suplentes serão eleitos pela população sendo que serão aqueles que receberem mais votos em proporcionalidade só votos recebidos pelos representantes eleitos, que deverão receber votação majoritária no raio que habitam.

Artigo 4º - Fica estabelecido que na falta de elementos para suprir as necessidades da suplência, poderão eles ser indicados pelos representantes do raio necessitado, fora do contexto exposto neste Estatuto, para suprir as necessidades da suplência.

Artigo 5º - Deverá integrar o corpo de representatividade, na falta de elementos, 3 coordenadores os quais atuarão como orientadores e partes integrantes do planejamento

de trabalho dos representantes dos Pavilhões 1, 2, e 3. Estes coordenadores deverão ser escolhidos pelo corpo de representantes eleito.

Parágrafo único: Fica estabelecida a responsabilidade e distinção na atuação individual de cada integrante do corpo de representatividade de cada pavilhão, sendo que deverá ser reconhecido o princípio de defesa do corpo de representatividade, por um princípio de representatividade individual, dadas eventuais ocorrências incoerentes aos fundamentos propostos pelos ideais da Comissão Solidariedade.

Artigo 6º. - Fica estabelecido que somente serão aceitos quaisquer tipos de reclamações da população por escrito e subscritas por seu autor; sendo que, no caso de ser o autor analfabeto, será então a reclamação subscrita pelo representante o qual foi procurado pelo reclamante. Fica expresso que o estabelecido pelo presente artigo tem validade não só para reclamações, mas para qualquer ato de arbitrariedade levado a efeito.

Artigo 7º. - Todos os trabalhos deverão visar não só o progresso material e espiritual da população, mas a ampliação do sistema de produção e trabalho e educação na Penitenciária em lato sentido. Nesse sentido deverão ser estimulados todos os trabalhos como deverá ser divulgada à população carcerária estes objetivos como um princípio de integração democrática em busca de um amplo relacionamento e participação comunitária.

Artigo 8º. - Em hipótese alguma uma irregularidade cometida por um integrante do corpo de representatividade poderá abalar a estrutura da Comissão Solidariedade ou atingir qualquer integrante sem justificativa.

Parágrafo único: Os integrantes do corpo de representatividade que transgredirem ou incorrerem em parte de infração disciplinar, terão direito a ampla defesa, porém submetidos a duplo julgamento, sendo que comprovada a infração, o elemento sofrerá punição, ou seja, cumprimento do castigo e sua exclusão da Comissão.

Artigo 9º. - A Comissão Solidariedade deverá funcionar com todas as possíveis necessidades burocráticas supridas como ter uma sala para seu funcionamento. Deverá ter uma ata onde serão registradas suas atividades que deverão ser reconhecidas pelas autoridades do sistema penitenciário.

Artigo 10º. – A Comissão Solidariedade deverá ter uma Coordenadoria Geral a qual será representada por único coordenador que terá como assistente direto um Secretário Geral.

Artigo 11º. – A Comissão Solidariedade terá em seu quadro de Coordenadoria Geral, um Coordenador para assuntos jurídicos o qual terá incumbido desta área e atuará ao lado da Coordenadoria Geral em seu assunto específico, podendo assisti-lo em casos genéricos se necessário.

14 de março de 1984.

Comissão de Solidariedade

De acordo com o estatuto, podemos concentrar as praticas e responsabilidades das Comissões em quatro eixos principais¹⁶. São eles:

- 1) Exigir que as normas e regulamentos das prisões fossem legais e administrativamente cumpridos de sorte que os funcionários fossem impedidos de aplicar “penas” suplementares àquelas que já receberam a decisão da justiça (castigos corporais, atemorização psíquica, chantagem, delação, sevícias sexuais, perda do alojamento etc.) – tratou-se de impedir que os carcereiros se convertessem em tribunais e juízes cotidianos daqueles que já foram julgados.
- 2) Exigir que o serviço de prontuários fosse agilizado e respeitado de modo a permitir a saída dos que já cumpriram a pena (e lá permanecem por inércia burocrática ou por decisão administrativa arbitrária), a impedir que seja usado como forma de punição e de chantagem sobre os presos (reter ou modificar os prontuários para conseguir que os presos se submetam à vontade arbitrária dos funcionários).
- 3) Erradicar a corrupção (compra e venda de celas, colchões, cobertores, sapatos, sabonete; compra do direito de tomar sol por um maço de cigarros; não pagamento dos trabalhos feitos nas oficinas etc.) e erradicar a violência (revistas ignominiosas dos presos e de seus visitantes, postos nus e com o ânus e vagina revistados para verificar “porte de armas e drogas”; ameaças às famílias dos presidiários; uso sexual de membros das famílias dos presidiários; intimidação física e psíquica dos presos

¹⁶ Esses pontos foram expostos no livro *Democracia X Violência*, elaborado pela Comissão Teotônio Vilela em 1986, p.27-28.

por meio do apagar e acender de luzes ou de ruídos metálicos durante a noite e a madrugada etc);

- 4) Pacificar e conscientizar os demais presos. Este último trabalho foi de considerável importância, pois, segundo a própria Comissão, a maioria dos presos, vindos de situação materiais e psíquicas de miséria e instabilidade, agrupados pelo medo e pela revolta, aterrorizados com castigos e ameaças de morte recíprocas, têm “o pavio curto” e podem se rebelar e se amotinar, com graves danos para todos, fora e dentro dos presídios.

Não é de se surpreender que a Comissão de Solidariedade fosse vista como uma potencial ameaça para os agentes carcerários e diretores, pois, na perspectiva deles, ela diminuía a autonomia e a autoridade de sua categoria, assim como a tão estimada disciplina interna (Cf. COELHO, 1987; GOES, 2004). Veremos adiante como a inversão de autoridade foi o tema que mais se utilizou nas ações em repúdio à comissão.

Segundo o prof. Paulo Sergio Pinheiro, a proposta da Comissão apresentava uma mudança nas perspectivas e expectativas da relação entre presos e funcionários na época. Mudança que não agradou alguns.

A proposta dessa comissão de solidariedade de presos, lembro-me disso, foi uma experiência nova dentro do sistema prisional. Diria até que foram revolucionárias para a época. As fileiras conservadoras da época se agitaram e reagiram duramente contra esse programa. Ainda hoje reagiriam (Paulo Sérgio Pinheiro, entrevista em 13 de dezembro de 2016).

Estava prevista a criação de duas comissões na Penitenciária do Estado. Uma foi a dos presos. A outra foi a Comissão de Guardas, criada com as mesmas intenções da primeira: abrir um canal de diálogo para a categoria, representação, democratizar as práticas no trabalho, impedir corrupção e, sobretudo, melhorar as relações entre presos e guardas, que era tradicionalmente conturbada.

A Comissão de Guardas funcionou de forma diferente. A eleição para os membros não foi por votação, mas sim através de uma simples consulta entre eles. No final, contou com 40 membros permanentes de representantes. Eram convidados a participar das reuniões semanais com a Comissão de Solidariedade, mas a adesão era baixa por parte dos funcionários, que ainda apresentavam resistências em participar de diálogos com os presos.

Após algumas semanas, uma parcela do setor político iniciou reações contrárias à existência da comissão de presos e ao programa humanizador como um todo, efetuando uma

série de acusações ao governo. A imprensa exerceu o papel protagonista como o principal suporte para mediar e, de certa forma, intensificar a disputa em torno das reformas (GOES, 2004, p.39).

Dias e sua política de “humanização de presídios” foram alvo de intensa oposição. Esta foi articulada e expressa pelos meios de comunicação de massa, especialmente em programas de rádio especializados na narração de crimes (um dos mais famosos deles o de Afanazio Jazadji) e em jornais como *O Estado de S. Paulo* (CALDEIRA, 2000, p.346).

Em geral, a argumentação opositora baseava-se na seguinte matriz: as Comissões eram inadmissíveis, pois “estragariam” a disciplina interna nas prisões por meio dos “privilégios” que concedia aos presos, gerando o afrouxando punitivo, diminuição do controle e a inversão de autoridade. A consequência imediata seria a organização dos presos, que se aproveitariam da abertura política e do espaço das Comissões para articular planos em conjunto e fugas em massa.

3. O fantasma das Políticas de Humanização

As primeiras denúncias sobre a suposta existência das Serpentes surgiram durante um motim de presos, ocorrido em 28 de dezembro de 1983, na Penitenciária do Estado, mas ganharam maior ênfase em seguida, durante uma greve dos guardas na mesma penitenciária. Foi o primeiro motim ocorrido durante a gestão de José Carlos Dias, que alegou nos principais jornais ter o evento sido forjado por guardas e funcionários visando deslegitimar as políticas de humanização (GÓES, 2009, p.30).

Segundo os depoimentos prestados à Comissão Especial de Inquérito da Assembleia Legislativa (CEI), incumbida de analisar o caso do motim, os presos não deixaram suas celas, não fizeram reivindicações, os barulhos característicos (gritos, depredação, metais se chocando e etc) foram produzidos pelos próprios agentes penitenciários e, durante a invasão da Polícia Militar, já existia uma marcação (“X”) nas celas dos detentos que deveriam ser imobilizados no processo de “controle do motim”. Tudo indicava uma possível armação por parte dos guardas, que gerou revolta em uma parcela dos presos que temiam represalias em resposta ao motim.

A assessora para assuntos penitenciários do gabinete do Secretário da Justiça, Maria Inês de Oliveira Sampaio, acompanhou a repercussão do episódio e elaborou um pequeno relatório de sua visita no presídio. Segundo Maria Inês, em relato posterior, aquele episódio serviu para elucidar ainda mais o grave problema de relação entre guardas e presos; relacionamento até então negligenciado pelas autoridades.

A partir de 27 e 28 de dezembro do ano passado, quando então houve na Penitenciária do Estado, o que nós podemos denominar de um pseudo motim, eu fui encarregada de ouvir os presos que foram, como eles dizem, tomar um bonde, foram para Veceslau depois desse motim. Eu fiz um relatório ao Sr. Secretário e trouxe as evidências do que realmente aconteceu naquele final de ano. A partir daí - esse relatório eu fiz no dia 5 de janeiro – então começamos a realizar um trabalho dentro da Penitenciária do Estado para que houvesse uma coexistência pacífica entre a guarda e os presos, pelo menos uma tentativa nesse sentido. (Maria Inês de Oliveira Sampaio, depoimento para a CEI - 438/9, 8º reunião, dia 27/6/1984, volume 3).

O trabalho ao qual Maria Inês se refere trata-se do diálogo que ocorreria mais tarde entre a Comissão de Guardas e a Comissão de Solidariedade. O referido relatório, lido posteriormente pela autora no dia 27 de junho de 1984 em depoimento à Comissão Especial de Inquérito da Assembleia Legislativa Estado de São Paulo (ALESP), também pode ser entendido como um prelúdio às acusações que viriam tempo depois, pois os mesmos guardas envolvidos anunciaram que em breve revelações viriam revelações sobre as atividades clandestinas na penitenciária.

Relatório ao Secretário de Justiça¹⁷

São Paulo, 4 de janeiro de 1984

Sr. Secretário,

Por determinação de V.Exa. e em atenção à carta dos catorze reeducandos que foram remanejados para a Penitenciária Regional de Presidente Wenceslau, na data de 28 de dezembro de 83, anexa a este relatório, visitei o referido estabelecimento passando a

¹⁷ Maria Inês leu o relatório para a CEI, ocultando os nomes dos envolvidos. Aqui será transcrito a leitura do relatório, registrada nas atas presentes na ALESP. Para acessar o relatório integral, consultar GOES, 2009 ou os registros da CEI 438/9.

relatar os fatos ocorridos, narrados pelos próprios reeducandos, que tive a oportunidade de ouvir.

Os fatos: Na madrugada de 28 de dezembro de 83, por volta de 5 horas, os guardas de presídio abriram determinadas celas e mandaram os seus ocupantes saírem, sob a alegação de que seriam ouvidos pelo Diretor da Casa, da Penitenciária do Estado.

Depoimentos: Eu acredito que aqui no depoimento, o nome dos reeducandos eu vou me permitir não dizer, mas depois eu entrego a carta a vossa excelência.

Primeiro Depoimento: Foi retirado da cela às 4 e meia, não oferecendo resistência, pois os guardas lhe disseram que o Diretor Geral, Dr. Rui Toledo Joeli, queria conversar com ele. Havia no corredor aproximadamente 40 guardas, dois plantões reunidos, o turno do dia e o turno da noite, armados de canos de ferro e madeira preparados, pedaços de madeira com pregos na ponta, termos usados pelo depoente. Assim que foi retirado da cela, foi agredido pelos guardas no corredor, tendo sido ferido nas pernas. Os ferimentos estão em fase de cicatrização, mas ainda pode-se confirmar que a pele foi perfurada por instrumento perfurante. Foi agredido por um guarda de presídio – eu também preferia não dizer o nome – na testa e ao cair no chão o mesmo guarda pulou sobre ele dizendo que iria mata-lo, isso só não ocorreu devido à intervenção de outro guarda e de mais um outro, que evitaram que o agressor fosse ainda mais violento. O espancamento foi feito sob as ordens de uma outra pessoa citada aqui.

Outro Depoimento: Foi retirado da cela por volta das 5 horas, os motivos alegados foram os mesmos, foi espancado de mesma maneira, podendo reconhecer alguns agressores e aqui cito os nomes. Alega ainda que um guarda estava proibido de trabalhar diretamente com os reeducandos em virtude de sua violência.

O depoente diz ainda que trabalhava junto à Diretoria como mecanógrafo e que o seu prontuário demonstra o seu bom comportamento. E assim mais uma série de depoimentos.

Foi relatado – e isso é muito importante – que o camburão, que os transportou numa viagem de 8 horas, por ordem de uma pessoa foi colocado o reeducando “Sorriso”, desafeto de alguns deles para que houvesse briga e morte dentro do veículo. Porém, apesar de revoltados nada fizeram contra o reeducando, pois ainda confiam no Secretário da Justiça e não querem atrapalhar os benefícios que o mesmo está fazendo por eles.

O único incidente dentro da viatura foi a necessidade que tiveram de quebrar a janela para respirar, pois estavam muitos num espaço mínimo. Após ouvir o relato dos

reeducandos, conversei com o Diretor geral da penitenciária de Wenceslau, que tinha tomado o depoimento de outros reeducandos remanejados e iria juntar o laudo médico, com um reeducando que teve os dois braços quebrados e encaminharia ao Sr. Coordenador da COESP para as providências necessárias.

Era o que tinha a relatar.

O relatório foi elaborado em um momento anterior à efetivação das Comissões e ilustra a violência presente nas relações entre presos e guardas. Estimular o diálogo entre essas duas esferas foi uma das principais motivações para a aplicação das Comissões de Solidariedades, visando diminuir as agressões.

Esses mesmos guardas envolvidos com o evento do motim, citados no relatório, para justificar suas ações, divulgaram que em breve viria a público uma denúncia sobre a existência de uma organização de presos, com ascendência sobre a massa carcerária, que já estavam planejando fugas, massacres e pressionar a administração; essa organização seria denominada Serpentes Negras¹⁸. Foi a primeira vez que as Serpentes foram mencionadas publicamente mas que não chamou muita atenção, caindo rapidamente no esquecimento.

No ano seguinte do episódio, em junho de 1984, quando as atividades das Comissões estavam em andamento, o juiz-corregedor¹⁹ Haroldo Pinto da Luz Sobrinho anunciou ter concluído uma investigação efetuada por ele mesmo acerca da situação dos presídios no estado de São Paulo. A pesquisa foi realizada nas penitenciárias de Itirapina, Araraquara, São José do Rio Preto, Bauru, Pirajuí e Avaré. Segundo o próprio juiz, sua conclusão teve como parâmetro inúmeros depoimentos prestados a ele vindo dos diretores dessas instituições, dos funcionários, guardas, presos e familiares de presos.

As informações levaram-no a concluir que havia uma grave situação de crise latente no sistema prisional paulista e, caso as autoridades não tomassem uma atitude imediata, nada poderia evitar a catástrofe e a inauguração da pior crise no sistema de segurança pública. De acordo com Haroldo, esse quadro se justificava por um elemento central, que contaminaria todos os ouros: a existência de uma organização clandestina denominada Serpentes Negras, que se havia infiltrado na Comissão de Solidariedade e realizava suas atividades por meio dessa “fachada”.

¹⁸ SOUZA, Percival. “Revolta na Penitenciária”. *Jornal da Tarde*. 30/12/1983.

¹⁹ O Juiz Corregedor dos Presídios tem a função, em linhas gerais, de fiscalizar as unidades prisionais e as condições de vida do preso, assim como o correto cumprimento da lei na pena.

A acusação alertou que as serpentes visavam exercer o poder interno, paralelo ao Estado, nos presídios por meio das Comissões de Solidariedade, sobretudo na Penitenciária do Estado e na Penitenciária de Araraquara, onde se concentravam e atuavam mais ativamente tal qual em uma de central de comando.

O documento expõe que o grupo estaria relativamente bem organizado e com capacidade de ação conjunta em outras unidades prisionais em São Paulo. Caso nenhuma medida fosse tomada a respeito, eles se organizariam ainda mais e espalharia sua influência. As estratégias que usariam em conjunto para pressionar as autoridades eram, em grande parte, fazer uso de greves de trabalho e de fome, orientar para que nenhum preso comparecesse em processos judiciais ou qualquer assunto do gênero, não sair das celas em hipótese alguma, não permitir revistas pessoais e nas celas por parte dos guardas, recusa em aparar a barba e, principalmente, fugas em massa, que seria a principal atividade.

A informação não foi recebida como mera agitação infundada ou um boato sem qualquer relevância; ao contrário, gerou uma rede de especulações que, por sua vez, movimentou pessoas, reorganizou propostas políticas, reuniu e edificou discursos, gerou práticas, expectativas e decidiu vidas que estavam em jogo. Uma denúncia nesse tom, feita por uma pessoa exercendo uma prestigiada função pública, em meio ao agitado contexto político da época, não foi pouca coisa. A denúncia em si já era um problema.

É verdade que haviam resistências às políticas de reformas, mas não se imaginava que algo como aquela denúncia apareceria, principalmente encaminhada pelo juiz-corregedor. A posição que ele ocupava fez com que a denúncia fosse levada muito a sério. Obviamente chamou a atenção. (Roberto da Silva, entrevista no dia 15 de dezembro de 2016).

Para impactar ainda mais a revelação, a denúncia foi enviada diretamente para o Conselho Superior da Magistratura, e não para a Secretaria da Justiça, como manda protocolo convencional. O secretário da justiça, surpreendido, só ficou sabendo do caso por meio do jornal²⁰. Para expor a situação de maneira mais consistente, segue transcrito o documento da denúncia na íntegra publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*²¹; ocultarei os nomes dos presos citados no documento substituindo-os por letras do alfabeto e os números de identificação serão substituídos por outros números de forma aleatória. Em entrevista com Riberto da Silva, obtive a informação de que todos os que foram citados na denúncia, assim como os relacionados com a Comissão de Solidariedade, não estão mais vivos.

²⁰ *Folha de S. Paulo*, dia 22 de junho de 1984, “Dias não crê na existência das “Serpentes Negras”.

²¹ *O Estado de S. Paulo* no dia 23 de junho de 1984, p. 14, “Organização quer dominar presídios”.

Senhores Desembargadores:

Tenho a honra de informar a Vossas Excelências que, havendo aos 13 de junho do fluente, concluído dois meses de jurisdição nesta Vara, e havendo cumprido, em maio, e na semana passada, o programa de correições nos estabelecimentos da rede da Secretaria da Justiça e no Manicômio Judiciário, colhi informações dos Senhores Diretores, no sentido da existência, no seio dos estabelecimentos, de uma organização de sentenciados, denominada ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA DAS SERPENTES NEGRAS, cujos integrantes são:

<i>Nome</i>	<i>nº matrícula</i>
<i>A</i>	<i>1</i>
<i>B</i>	<i>2</i>
<i>C</i>	<i>3</i>
<i>D</i>	<i>4</i>
<i>E</i>	<i>5</i>
<i>F</i>	<i>6</i>
<i>G</i>	<i>7</i>
<i>H</i>	<i>8</i>
<i>I</i>	<i>9</i>
<i>J</i>	<i>10</i>
<i>L</i>	<i>11</i>
<i>M</i>	<i>12</i>

Tal organização visa, além de alcançar o poder interno e paralelo dos presídios, através de diversas comissões já existentes, bafejadas por sua excelência, o senhor secretário da Justiça, dr. José Carlos Dias e sua assessora para assuntos penitenciários, Bacharela Maria Ignez de Oliveira Sampaio, realizar uma série de atividades criminosas, visando a desestabilizar a Vara das Execuções e o Sistema Penitenciário, tais como: 1) greves de trabalho e de fome; 2) recusas em apresentações processuais; 3) recusa a revistas pessoais; 4) libertação, por meios corruptos ou armados, de outros presos; 5) diminuição da autoridade; 6) ofensas aos guardas de presídios, e outras ações tumultuárias semelhantes, tudo com o apoio de elementos de extração marxista, como, por exemplo, as doutoras Alice Santos Ferreira, coordenadora do Departamento Jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto, e Marília Meier Borges, e outras, que se aproveitam do preso, ideologizando-o e agitando-o para fins de exploração política.

Alerto, por isso, sobre a possibilidade de ações violentas contra os presídios, contra a pessoa dos juízes desta Corregedoria e contra os demais juízes do Estado.

O foco de irradiação é a Penitenciária do Estado, cujo diretor, túbio bacharel Ruy Toledo Joele, tem-se prestado a ignorar ou propiciar tal atividade de subversão, impulsionada pela “Comissão de Solidariedade de Detentos”, composta pelos sentenciados: A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, L, M, N, O, P, todos condenados a elevadas penas e apresentando-se dotados de periculosidade, inclusive tendo chegado ao cúmulo de instaurar, entre nós, ao arrepio de qualquer autoridade da vara, as denominadas visitas conjugais nas celas, como o aplauso do excelentíssimo senhor secretário da Justiça.

Aliás, ontem, por volta das 18,00 hs, eclodiu um movimento paredista dos guardas de presídio, do turno da noite, os quais se recusaram a assumir o serviço, forçando a permanência do turno vespertino. Dele tomei conhecimento, à roda de 23,00 hs e, a 00,00 h, compareci à penitenciária, após sobreavisar a autoridade policial de permanência no Cepom, para reforços policiais. Na penitenciária, já encontrei reunidos o sr. Secretário da Justiça, uma comissão de guardas de presídio, a bacharel Maria Ignez de Oliveira Sampaio e o bacharel José René Pires de Campos, diretor de produção, resolvendo-se a situação após um fora de conversação.

Resta, à vista do exposto, também alertar para a suspeita de que movimentos idênticos poderão surgir nas penitenciárias do Interior e no Manicômio Judiciário, esclarecendo, por fim, que se anuncia a demissão do bacharel Ruy Toledo Joele, mas os problemas somente cessarão se dissolvida a mencionada Comissão de Solidariedade de Detentos. Aproveito o ensejo para apresentar a vossas excelências os meus protestos de estima e consideração.

Haroldo Pinto da Luz Sobrinho

Juiz de Direito Corregedor

O documento em si, e a forma como foi entregue, nos revelam a pretensão de urgência e alerta para uma reação imediata. Claramente, o autor relaciona as Comissões de Solidariedade com a tal organização Serpentes Negras e, além disso, procura responsabilizar o Secretário de Justiça em exercício por corroborar com essa situação, tentando, dessa forma, não só caracterizar a gestão de Dias como ruim e despreparada, como também enfatizar a periculosidade de efetivar as chamadas políticas de humanização, tomando o exemplo das Serpentes como um sintoma que se agravaria cada vez mais.

Os termos utilizados eram chamativos e alarmantes, trouxeram a noção de “Organização Criminosa” e de que ela estava se articulando com outras organizações já existentes. O juiz também anunciou que esses grupos organizados estavam ligados a “elementos de extração marxista” tanto de presos quanto de intelectuais e ativistas, que, ainda segundo a denúncia, pregavam ideologias que agitavam os presos para fins de exploração política. Lembremos que no período em questão, e no regime militar anteriormente, a bandeira do comunismo era vista como uma ameaça para muitas instituições e políticos. Associar crime, organização criminosa, marxistas, presos e “tudo que há de ruim” no período serviu para colocar mais “água no moinho” do pânico que se instaurou, conforme veremos adiante.

Na ocasião, se ponderou a existência de um crime organizado em grandes proporções no interior dos presídios de São Paulo, com capacidade de articulação, coordenação e ação conjunta entre as unidades. A denúncia foi para muitos um sinal de alerta, crítica da má gestão da secretaria de justiça e um grito de desespero frente à crise que se anunciava, mas, para outros, foi uma tentativa de golpe, uma emboscada, um pretexto para deslegitimar as reformas em andamento.

A conjuntura possibilitou a formação de novos discursos que circularam por lugares diferentes e foram utilizados de forma heterogênea por uma rede de relações e atores que de alguma forma se conectavam com a rede prisional. Nessa rede estavam presentes diretores das unidades prisionais, os guardas, funcionários, os presos, os familiares dessas pessoas, agentes do governo, instituições governamentais, organizações não governamentais, os agentes da mídia que produziam os jornais, programas de rádio, operadores do Direito, a universidade, intelectuais e especialistas.

A Comissão de Solidariedade foi alvo de críticas, principalmente por parte de Haroldo Sobrinho e seus adeptos, que atribuíram às Serpentes Negras e, conseqüentemente, às Comissões de Solidariedade, a responsabilidade de praticamente todos os problemas da prisão. Em situações de fugas, tentativa de fugas, rebeliões, conflitos, brigas, mortes e indisciplina, todas eram expostas e relacionadas de alguma forma com a organização. Essa era uma das narrativas dominantes sobre o caso.

A equipe da secretaria de justiça, em resposta às acusações, enfatizou que estavam cumprindo um dever importante e que as Comissões não eram um problema que engendrava tantos outros, muito pelo contrário, era uma medida preventiva, uma possível solução para diminuir os inúmeros problemas internos, possuindo um papel não só de conscientização, mas também o de pacificação.

Entendemos, Srs. Deputados, que deveríamos institucionalizar isto [a prática de representação dos presos], criando comissões de representantes eleitas pelo voto secreto, porque creio eu V. Exas., como eu, ainda não descobriram na história da ciência política um método melhor de representação do que o voto secreto. Com isso o preso elege o seu companheiro; muitas vezes, elege aquele que é quadrilheiro, mas também irá eleger outro que conquistou a simpatia por ser organizador de atividades esportivas, por ser aquele que é realmente um companheiro solidário, aquele que mostra uma liderança intelectual, enfim, procurou-se a escolha, a composição de um colegiado, não tão puro como gostaríamos que fossem os melhores parlamentos do mundo, mas um colegiado que representasse condignamente a malandragem, sim, e que seja uma comissão de interlocução entre o preso e a diretoria. Com isso treinamos o preso a exercer o direito de petição. Nós exercitamos o preso a exercer o direito de reunião. Nós, com isto, treinamos o preso a exercer o direito de representação e o direito de reivindicar, de pedir, de denunciar e vai ouvir o “sim” ou vai ouvi o “não”, porque há gestão (Depoimento de José Carlos Dias para a Assembleia Legislativa, Diário Oficial do Estado.; Sec. I, São Paulo, 94 (193), quarta-feira, 10 out. 1984).

A fala de Dias argumentava contra a ideia, difundida e enfatizada pelos jornais, de que as Comissões permitiriam que os presos dirigissem os presídios por eles mesmos, fazendo com que a autoridade dos diretores e funcionários fossem cada vez menos efetiva, sendo a Secretaria de Justiça conivente com isso. Isso resultaria, segundo as acusações, na queda da disciplina interna e na ausência de controle sobre o preso. Podemos conferir essa ideia na seguinte notícia, e em muitas outras:

A criação da Comissão facilitou e aumentou a corrupção entre os presos, a assessora, Maria Ignez de Oliveira Sampaio, da Secretaria de Justiça, retira a autoridade dos guardas na frente dos detentos; a comissão não é formada por detentos de bons comportamentos, mas exatamente pelos de maior periculosidade, que “compraram” os votos dos companheiros de cela – seja com dinheiro ou garantia de não-violência física, muitos tem armas, estiletes e facas levedos por visitantes. As revistas não são muito rigorosas, devido o receio de contrariar os membros da comissão, que têm o poder e “indicar” guardas para serem transferidos. Os detentos fumam maconha na cela e produzem “Maria louca”, uma pinga que passa de cela em cela. Os guardas se sentem desautorizados e deprimidos com a arrogância da Comissão e a proteção que as autoridades estão dando a elas (*O Estado de S. Paulo*, 26/06/1984, “Governo ignora Serpentes”).

José Carlos Dias mais de uma vez buscou esclarecer que as políticas de humanização não pretendiam eliminar a segurança e disciplina, muito pelo contrário. A questão havia se tornado inicialmente um debate público, tornando-se paulatinamente uma dinâmica de troca de acusações que se deu principalmente no âmbito da imprensa. Os jornais acompanharam o

caso com afinco, pois era um tema que chamava a atenção e, suponho, era tema que “vendia” bem. O poder de mobilização dos jornais era forte ao ponto de fazer o Secretário de Justiça ser convocado para prestar esclarecimentos a ALESP e organizar sua fala em resposta aos conteúdos das notícias veiculadas.

Em momento algum nenhuma comissão de representantes de presos foi responsável pela direção de qualquer presídio, porque nós não seríamos insanos. Se a segurança e a disciplina não devem ser os dois únicos pilares de um sistema penitenciário moderno, elas devem existir sempre, mas posso garantir a V.Exas. que, ao contrário, a Comissão de Presos tem sido um fator de equilíbrio e um fator de disciplina e de segurança interna, porque muitos problemas que podem surgir – brigas entre grupos, brigas entre presos, disputas de poder interno dentro do estabelecimento – são contornadas, na medida em que os representantes dos raios dos pavilhões estão em contato com as suas bases no dia-a-dia e a democracia lá é uma democracia cobrada no cotidiano (Depoimento de José Carlos Dias para a Assembleia Legislativa publicado no Diário Oficial do Estado.; Sec. I, São Paulo, 94 (193), quarta-feira, 10 out. 1984).

O ponto central da denúncia, o mais polêmico, é o anunciado vínculo entre Comissões de Solidariedade e a suposta organização Serpentes Negras. Segundo Haroldo Sobrinho, as “liberdades” e “regalias” concedidas pelas Comissões e por toda a política de humanização, forneceram o espaço e a oportunidade para que um grupo pudesse se organizar em larga escala e, no futuro, a promessa era de que ele agiria fora das prisões.

Esse discurso sobre o crime e direitos atravessou os diferentes lugares de fala e, de alguma forma, os conectou – tal como uma agulha que passa por diferentes tecidos, ligando-os por meio do fio atado a ela, compondo uma malha de significados que orientam a vida social, sejam via expectativas ou ações.

4. Caça às bruxas e recompensa por informações

A atmosfera de mudanças e tensões que a transição democrática estimulou nas prisões não ocorreu apenas em São Paulo. A mesma ideia de projeto foi aplicada no Rio de Janeiro, em 1984, conforme mostrou Edmundo Campos Coelho, em *A Oficina do Diabo*, 1987, que analisa as resistências à efetivação de políticas de Direitos Humanos (COELHO, 1987, p. 152-155).

O governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, enfrentou em grande medida os mesmos problemas que Montoro e Dias enfrentaram em São Paulo. Brizola tentou implantar uma comissão de presos similar às Comissões de Solidariedade mas os desdobramentos foram diferentes.

Em seu depoimento para Comissão Especial de Inquérito, em 1984, José René Pires de Campos comentou que a Secretaria de Justiça do Paraná esteve interessada no trabalho das comissões, solicitando a gentileza de encaminharem dados e subsídios para que também pudessem implantar tal programa.

A resposta foi imediata e otimista. Muitos funcionários fizeram relatórios sobre o programa, inclusive os membros da Comissão de Solidariedade. A experiência de representação no sul do país teve resultados diferentes, mas é interessante notar como o programa das Comissões gerou expectativas para além do estado de São Paulo.

Chegando até aqui, podemos dizer que a denúncia da suposta existência das Serpentes gerou um retrocesso²² nas tendências reformistas e a relativa “deslegitimação” do programa “humanizador” como um todo, resultando na destituição de alguns direitos adquiridos pelos presos e, anos depois, com a extinção das Comissões de Solidariedade em 1987²³. As pressões afetaram os rumos políticos, chegando a influenciar consideravelmente no mandado de José Carlos Dias, que se demite em 1986, pouco tempo antes da extinção das Comissões. O processo de desmonte iniciou ainda em 1984, logo após as denúncias.

Em razão da denúncia do juiz-corregedor Haroldo Pinto da Luz Sobrinho, estão oficiosamente em suspenso, desde o final da semana passada, as atividades da Comissão de Solidariedade dos Presidiários da Penitenciária do Estado. Pelo menos temporariamente. (...) O secretário da Justiça, José Carlos Dias, já estuda as possíveis reformulações do sistema de atuação da Comissão de Solidariedade (*Folha de S. Paulo*, 01/07/1984, “Atividades da comissão de presos estão suspensas”).

A população carcerária, nesse processo, revoltou-se com os efeitos negativos gerados pelo rumor; alguns presos diziam que não era justo pagarem por algo que não existia

²² É interessante ponderar, em contrapartida, até que ponto a denúncia prolongou a vigência das comissões devido à atenção e ênfase dadas pela mídia e reações políticas.

²³ *Folha de S. Paulo*, 19/05/1987, p.15, “A comissão dos presos da Penitenciária de SP é extinta”.

(Serpentes controlando as comissões) e que tudo era um pretexto para justificar ações políticas que comprometiam cada vez mais seus direitos e programas recém-adquiridos²⁴.

A Penitenciária do Estado voltou a viver ontem clima de tensão e medo. “O estopim está pronto, só falta ascender”, afirmou um funcionário ao repórter, que tentou entrar em contato com presos e funcionários – para esclarecer detalhes sobre a denúncia da existência de uma suposta organização clandestina denominada “Serpentes Negras” - mas que foi impedido de chegar a eles pela determinação segundo a qual se exige uma autorização do juiz corregedor (o autor da denúncia) para se ter acesso às dependências da Penitenciária. [...] “Os detentos estão tensos e não querem perder o que conseguiram na direção passada”, comentou a esposa de um preso, que acabara de visitar o marido, revelando haver um boato interno dando conta de que seriam suspensas as visitas nas celas individuais da Penitenciária (*Folha de S. Paulo*, 01/07/1984, “Atividades da comissão de presos estão suspensas”).

Não demorou muito para que a Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado de São Paulo (COESPE) propusesse reformas na estrutura e no modo de atuação das Comissões de Solidariedade, iniciando o processo de decomposição gradual do programa devido às pressões²⁵. Ao passar dos dias, era cada vez mais difícil conseguir apoio e manter o controle na prisão, pois os ânimos da população carcerária estavam cada vez mais exaltados.

Apesar das afirmações aos jornais, e apenas aos jornais, Haroldo Sobrinho não apresentou provas concretas sobre o caso, mesmo dizendo que as possuía. Para justificar sua omissão, declarou não ter exposto os documentos que comprovariam sua denúncia devido à preocupação com a segurança de suas fontes, que estavam entre os guardas e presos.

Seu principal informante era o detento Willian²⁶, que disse ter provas da existência das Serpentes e possuir documentos com nomes e atividades da organização, que, segundo ele, atuava desde 1973 visando proteção mútua, representação e defesa dos direitos dos presos.²⁷ “Ele diz não ter nenhuma dúvida sobre a existência das ‘Serpentes Negras’, que seria, segundo Willian, uma organização composta por 300 presidiários espalhados pelos 14 estabelecimentos penais do Estado” (Idem).

Willian deu uma coletiva de imprensa para falar sobre o caso, seguindo um acordo feito com Haroldo Sobrinho, resultando em sua transferência para o regime de prisão domiciliar em troca da colaboração com as investigações, principalmente fazendo depoimentos e

²⁴ *Folha de S. Paulo*, 25/06/1984, p.12, “Após denúncias, Penitenciária vive clima de tensão”.

²⁵ *Folha de S. Paulo* 8/07/1984, p.22, “Comissões de solidariedade sofrerão mudanças”.

²⁶ O nome é fictício. Apesar de ser uma figura importante para o caso e seu verdadeiro nome estar nas principais notícias sobre o caso, preferi preservar sua identidade. O nome será Willian, inclusive nas referências que utilizo.

²⁷ *Folha de S. Paulo* 9/7/1984, p.13, “Willian insinua que recebeu favores de corregedor”.

apresentando provas. O informante ainda disse ter nomes de guardas de presídios que colaboravam com as serpentes, mas divulgaria apenas após conseguir passaportes e passagens para que ele e sua família ficassem em segurança (Idem).

No seu entender, a denúncia da existência da organização “Serpentes Negras” é necessária, “pois ela surgiu em 1973 para reivindicar os direitos do preso. Hoje ela quer usar métodos violentos, como sequestro de autoridades, rebelião, em dia de visitas, onde sangue de muita gente inocente poderia rolar” (*Folha de S. Paulo*, 09/07/1984, p.13).

Após os depoimentos de Willian, uma tendência passou a vigorar: oferta e demanda de recompensa por informações, cada vez mais presos se disponibilizaram a “cooperar” com depoimentos, que com o tempo ganharam variados enredos e mas foram entendidos pela Secretaria de Segurança como ficções cujo objetivo era chamar a atenção e ganhar algum benefício pessoal²⁸.

“Se souber que fazendo revelações, reais ou faciosas, poderá obter a liberdade, ele vai inventar o que é preciso e o que não é preciso para sair da prisão”. Essa preocupação foi manifestada verbalmente pelo procurador geral do Estado, Paulo Salvador Frontini, ao desembargador Marcos Nogueira Garcez, do Conselho Superior da Magistratura, após a divulgação de notícias a respeito da concessão de prisão-albergue a detentos que deram informações sobre as “Serpentes Negras” ao juiz corregedor (*Folha de S. Paulo*, 10/07/1984, “procurador condena liberdade em troca de revelações”).

O informante Willian fez revelações sobre as Serpentes, revelações que iam além de suas atividades, mas também de sua origem. Narrou a criação do grupo que, segundo ele, foi fruto de um acordo feito com um deputado, do qual não revelou o nome, no dia 17 de agosto de 1983, na Casa de Detenção. Esse acordo feito com alguns presos deu luz ao grupo intitulado “Falange Negra”, que tinha por objetivos reivindicar o direito dos presos e estabelecer união entre eles. Com o passar do tempo, os presos sofreram cada vez mais a violência por parte dos funcionários, aumentando ainda mais a revolta. Frente a essas violações, a “Falange Negra”, transformou-se em “Serpentes Negras”, com um posicionamento mais agressivo de ação, visando agora dominar os presídios, e não mais politizá-los²⁹.

Também houve o episódio em que foi encontrada uma estátua de serpente nas dependências da Penitenciária do Estado, especificamente enterrada no centro do campo de futebol. Segundo alguns presos, ela representava a presença da organização no local. O fato

²⁸ Idem.

²⁹ *Folha de S. Paulo*, 10/07/1984, “Albergado vai processar José Carlos Dias”.

reforçou o mito para alguns, mas também simbolizou a banalização do caso para outros. Não se sabia o que representava aquela imagem, podendo ser um aviso ou puro sarcasmo humorado.

Esse símbolo das Serpentes Negras, isso eu tenho plena convicção. Ele [Haroldo] aliciou um preso, que era um preso que, dizem as más línguas, que antes de ser preso ele já era informante da polícia e tudo mais, fazia acordos com o Luizão na Casa de Detenção em troca de benefícios. Ele arquitetou uma série de coisas lá no pavilhão 8 e 9. Uma dessas atribuições que alguém, supostamente o próprio Haroldo, deu a ele, foi de enterrar uma esfinge no campo de futebol do pavilhão 8. Sabe aquele símbolo da medicina e das áreas médicas? Uma cobra enrolada em uma haste no formato e uma adaga, feita de bronze. O surpreendente nisso é que quando se fez a denúncia e se quis dar uma materialidade... quer dizer... imagina um campo de futebol, qualquer arqueólogo escavaria o campo inteiro para achar uma pecinha assim. A equipe do Haroldo não. Foi exatamente no ponto onde estava enterrado (risada)! Essa atribuição de enterrar esse símbolo lá foi dada ao Willian. (Roberto da Silva, entrevista no dia 15 de dezembro de 2016).

Os relatos de Willian eram recebidos de formas diferentes. Os simpatizantes da causa de Haroldo Sobrinho, contra as reformas, viam nos depoimentos as provas da crise em andamento. Para outros, as falas eram vistas como ficções que visavam chamar a atenção; esse era o posicionamento do diretor da Penitenciária do Estado Luiz Camargo Wolfmann, conhecido como Luizão.

“Se o Willian é doido, eu não sei. Não posso afirmar porque não sou psiquiatra. Mas sei que é de inventar mentiras como ninguém. Ele é o meu velho conhecido. Há sete ou oito anos, quando ele estava na Penitenciária do Estado, vivia me “alugando” para contar suas invenções. Eu sempre dava atenção, porque na cadeia não se deve desprezar nenhuma informação. A gente tem que apurar tudo. Mas, de cada cem alcaguetagem³⁰ do Willian, só uma ou outra era verdadeira: uma faca ou estilete em poder de um preso. Nada mais que isso. Entretanto, ele vivia contando planos de rebelião, fugas e coisas assim” (*Folha de S. Paulo*, 10/07/1984, Diretor da detenção não acredita em “Serpentes”).

Frente a essas declarações, a Secretaria de Justiça solicitou um laudo psiquiátrico de Willian. O resultado do exame foi de, alguma forma, vazado e publicado pela imprensa, acionando então a mobilização de psiquiatras que discutiam não só o conteúdo do exame em si, mas também a violação ética de divulgar os resultados. Em geral o exame constatou que o informante possuía traços de personalidade com características paranoides.³¹ Em resposta a

³⁰ O significado do termo seria delator, dedo duro, aquele que entrega algum segredo etc.

³¹ *Folha de S. Paulo*, 10/07/1984, “Psiquiatra defende laudo”.

divulgação de seu exame, Willian prometeu processar a Secretaria de Justiça e José Carlos Dias³².

Esse jogo de perguntas e esclarecimentos não se limitou aos jornais. Ocorreram inclusive investigações oficiais sobre o caso, realizadas pelos poderes Legislativo e Judiciário. Veremos como as pautas das investigações tinham por base os jornais em circulação.

³² *Folha de S. Paulo*, 10/07/1984, “Albergado vai processar José Carlos Dias”.

CAPÍTULO II: O início das investigações

1. O movimento dos poderes Legislativo e Judiciário.

A denúncia de Haroldo Sobrinho atacou diretamente as instâncias governamentais responsáveis por gerir e fiscalizar as prisões em São Paulo. De uma hora para outra, não se comentava outro assunto nas prisões, na Secretaria de Justiça e nas matérias sobre segurança pública nos principais jornais do estado. A carta foi recebida inesperadamente e interpretada de formas diferentes: um equívoco para alguns, um certificado do caos para outros.

Tanto o Secretário de Segurança Pública, Michel Temer, quanto o Secretário de Justiça, José Carlos Dias, afirmaram desconhecer a existência de um grupo organizado nas proporções da denúncia e requisitaram a investigação por meio de uma sindicância administrativa para averiguar a situação³³.

O Estado de S. Paulo: O senhor nega a existência da organização?

Jose Carlos Dias: Eu jamais neguei a existência desta organização. Se eu negasse, não teria determinado a instauração de uma sindicância. Eu nem nego, nem afirmo, vou apurar. (Entrevista para *O Estado de S. Paulo* em 26/06/1984).

Inicialmente o secretário assumiu uma postura conciliadora e procurou investigar a questão. Estava aberto para a possibilidade da ameaça exposta no relatório do juiz-corregedor, mas essa postura não durou muito. Após alguns dias de pressões e questionamentos por parte de repórteres e autoridades políticas, o secretário declarou à imprensa que a denúncia era um ataque direto às políticas de humanização, que era uma conspiração fantasiosa, uma sabotagem absurda e que não iria se intimidar, não iria recuar com as reformas³⁴.

Vejo uma tentativa de desestabilização do projeto democrático em vários setores. Há muitas pessoas que não concordam, após anos de autoritarismo, com a redemocratização do País. Quem são os interessados? Essa é uma

³³ *Folha de S. Paulo*, 23/06/84, p.16, "Dias manda apurar denúncia sobre 'serpentes negras'".

³⁴ *O Estado de S. Paulo*, 23/06/84, p.12, "Dias: Estou cumprindo com meu dever".

análise que fica para todos nós. (DIAS, entrevista para *Folha* em 23/06/1984 p.16).

A partir desse momento armou-se uma disputa entorno da verdade sobre as Serpentes: se a organização existia de fato ou se era uma ficção criada para barrar as políticas de humanização e as Comissões de solidariedade. Aconteceram debates, depoimentos e investigações em todo o processo.

As investigações mais importantes foram duas. A primeira foi realizada pelo Conselho do Tribunal Superior de Magistratura, ligado ao poder Judiciário, o mesmo que recebeu diretamente a denúncia do juiz-corregedor. Frente aos acontecimentos, decidiram requisitar uma investigação, nomeando uma comissão de desembargadores da seção criminal, que em sessenta dias daria uma posição final e oficial sobre o caso³⁵.

A nota oficial apresenta a orientação inicial para a investigação que seria realizada sobre a existência da organização criminosa, levando ao juízo do Governador de São Paulo, isto é, Poder Executivo, resultado.

NOTA OFICIAL do Conselho Superior de Magistratura

O Conselho Superior da Magistratura, em sessão realizada a 26 de junho de 1984, tomou as seguintes deliberações:

1 – Oficiar ao excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Negócios da Justiça, para, em atenção à solicitação de sua excelência, enviar-lhe copiada comunicação do Juízo das Execuções Criminais, a propósito da existência de comissões de presos e de eventuais interferências na direção de estabelecimentos prisionais do Estado;

2 – Designar uma comissão de desembargadores da Sessão Criminal para, sob a presidência do excelentíssimo senhor desembargador segundo vice-presidente do Tribunal, examinar os problemas penitenciários pendentes e, em 60 dias, apresentar suas conclusões; com poderes para proceder às diligências que se fizerem necessárias para o desencargo da incumbência, a fim de oferecer ao Conselho subsídios seguros para a adoção de providências da competência do Poder Judiciário.

³⁵ *O Estado de S. Paulo*, 23/06/84, p.12, “Dias: Estou cumprindo com meu dever”.

*O Conselho esclarece que, após a apreciação das conclusões da comissão de desembargadores, levará ao excelentíssimo senhor governador do Estado os resultados das diligências empreendidas e das sugestões pertinentes.*³⁶

Paralelamente, outra investigação foi realizada pela Comissão Especial de Inquérito (CEI) da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, sob o requerimento 438/84, realizado pelo deputado Antônio Rezk em 14 de abril de 1984. Falaremos com mais detalhes sobre essa CEI, pois para ela foram convidados atores importantes para apresentar esclarecimentos e responder perguntas dos Deputados que formaram a equipe de investigadores. A intenção inicial da CEI 438/84 não era investigar as prisões paulistas, mas sim a organização das polícias, conforme consta no requerimento para a sua criação.

Excertos do requerimento n.º 438 de 1984

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

É fato de todos sabidos que com o advento do regime instaurado no país em 1964, o desnível de renda do nosso povo, que já era um dos maiores do mundo, agravou-se. E mais grave tornou-se com a imposição da política econômico-financeira pelo Fundo Monetário Internacional, de quem o Governo Federal ornou-se mero instrumento. [...]

E, lamentavelmente, senhores deputados, é preciso reconhecer que após um ano de governo democrático em São Paulo, a mesma organização policial comprometida com o caduco regime ditatorial, persiste ainda em nosso Estado, resistindo ao processo de democratização da vida política paulista, muito mais instrumento do governo federal para a repressão do que garantia de tranquilidade e segurança da população, muito embora o governo Montoro busque contê-la nas manifestações sociais. Eis porque a proposta democrática de mudança e de polícia nova não se cumpriu. Buscar as causas e analisá-las é tarefa desta Assembleia.

Com a instalação em nosso país, em 1964, de um governo e um regime diretamente anti-povo e anti-nacional, os que ocuparam o poder, ao fazê-lo não tiveram outra alternativa senão a se montar uma forte guarda que tinha como fim precípua retirar o povo das ruas, impedir sua livre manifestação, não só calando-o, mas sobretudo intervindo em suas organizações mais legítimas.

Assim a nossa polícia teve subvertido o seu papel, de mantenedora da paz pública, de guardiã do patrimônio particular e de perseguidora dos elementos anti-sociais, ela foi

³⁶ Documento divulgado em *O Estado de S. Paulo* em 27/06/1984, “desembargadores investigam denúncias”.

convertida em tropa de ocupação, condenada a atividades contra o seu próprio povo em seu próprio estado. Deixou de ser a garantia da segurança do cidadão para ser guarda exclusiva do regime e dos interesses por ele desconhecidos. Deixou de ser polícia na rua, para ser tropa quartelada. [...]

Queremos uma polícia em função do homem, do cidadão, incluindo-se o próprio policial. Uma polícia que atue, sem ódio de criminoso, mas com sabedoria, inteligência e energia para combater o crime, para identificar e segregar os elementos anti-sociais. Uma polícia, não seletiva, mas abrangente, cuja ação se faça sentir onde dela necessitar o povo trabalhador e ordeiro. Não queremos uma polícia que selecione os bairros mais ricos para atuar, nem as pessoas mais destacadas para proteger.

A imprensa, falada, escrita e televisiva, noticia diariamente deficiência, ineficiência e ausência de policiamento em todo o Estado, como pode ser constatado pela leitura, exemplificativamente, dos recortes de jornais aqui anexados. Por isso cumpre estudar-se uma nova organização policial. Uma nova polícia que consubstancia um método ou uma técnica, ou, mesmo, uma filosofia profissional, consistente na prestação de segurança pública, mediante uso racional e legal dos seus recursos. [...]

A sua atuação deve ser sempre preventiva e não repressiva porque, na divisão de tarefas entre os órgãos encarregados da manutenção da segurança pública – Polícia Civil e Polícia Militar – incumbe-lhe a prevenção, porque, se ambas as polícias forem reprimir, o poder público conduzir-se-á pelos efeitos e não pelas causas. [...]

Isto posto, Senhor Presidente e Senhores deputados, nos termos regimentais proponho à deliberação do plenário para que após discussão aprove este requerimento de constituição de Comissão Especial de Inquérito para apurar a real situação da organização policial do Estado de São Paulo. Referida comissão deve ser composta por cinco deputados de todos os Partidos Políticos representados nesta Casa, e deve funcionar por 120 dias.

Sala das Sessões, 11 de 4 abril de 84.

A proposta foi aprovada e no dia 10 de maio, sob o título de “Apurar a real situação da organização policial do Estado de São Paulo”. Em seguida, houve a solicitação da composição da banca, com membros efetivos e substitutos, para que dessem início às investigações imediatamente. Foi composta pelos seguintes deputados:

PMDB - Efetivos: Antonio Rezk e Luiz Carlos Santos

Substitutos: Benedito Cintra e Manoel Nogueira

PDS – Efetivos: Arthur Alves Pinto

Substitutos: Álvaro Fraga

PTB – Efetivos: Sydney Palácios

Substitutos: Augusto Toscano

PT – Efetivo: Paulo Frateschi

Substituto: Geraldo Siqueira

Os nomes acima foram os enviados à presidência da casa para que pudessem começar as reuniões, mas participaram outros políticos interessados em acompanhar e colaborar com a investigação, como foi o caso de Eduardo Jorge e José Gregori. Foram realizadas vinte e oito reuniões semanais ao longo do ano.

No dia 16 de maio ocorreu a primeira reunião. Foram indicados pela equipe, por unanimidade, os nomes de Antonio Rezk como presidente da CEI, Arthur Alves Pinto como vice-presidente e Sydney Palácios para relator dos trabalhos. Decidiram elencar uma lista de convidados para prestar depoimentos, documentos para análise, estudos a serem levantados, dados de outros departamentos e etc.

A primeira decisão foi convidar o ex-secretário de segurança do governo Paulo Maluf, Desembargador Otávio Gonzaga Júnior, e, em seguida, prof. Manoel Pedro Pimentel, ex-secretário de segurança pública do governo Franco Montoro. Ao longo do trabalho, planejaram convidar outras autoridades para a pesquisa, como os investigadores da polícia, os delegados, os guardas de presídio, os diretores de presídio, os presidiários, os membros da secretaria de justiça, os membros da secretaria de segurança pública, intelectuais e jornalistas para acompanharem as investigações.

A prisão e a polícia eram os principais recursos para o controle social do regime militar. O governo Montoro teve a intenção de “mexer” nessas duas instâncias para principalmente desmontar as práticas autoritárias do regime anterior. Foi seguindo esse intuito que a CEI 438/1984 se formou, inicialmente para averiguar a situação policial.

São dois pontos chave para entender o lado autoritário do Estado. Um é a prisão/detenção, o outro é a polícia, o monopólio da violência física. No momento da transição, esses foram os principais alvos das tentativas de mudança da equipe do Governo Montoro (Paulo Sérgio Pinheiro, entrevista em 13 de dezembro de 2016).

Notem que o requerimento e a aprovação foram realizados em data anterior à denúncia de Haroldo Sobrinho. A proposta inicial dessa CEI era de fato investigar a situação da organização policial no Estado, seguindo a orientação da agenda de reformas e humanização proposta pelo governo Montoro e sua equipe, mas, após a denúncia de Haroldo Sobrinho, a CEI resolveu adicionar a questão das Serpentes à agenda de investigação, aproveitando a

disposição do grupo, uma vez que a CEI já havia sido aprovada e estava em andamento; não queriam perder tempo e dar entrada com outro requerimento, pois a situação era urgente.

A decisão foi tomada durante a reunião do dia 26 de junho de 1984, quando o Deputado Luiz Carlos Santos fez o requerimento para a convocação de Haroldo Sobrinho e José Carlos Dias para que pudessem esclarecer o que estava acontecendo. Pedindo a palavra, anunciou:

Sr. Presidente, face às denúncias veiculadas pela imprensa, que assume gravidade maior, gerando uma preocupação na opinião pública, requeiro a convocação do Corregedor Geral dos Presídios, o Juiz Haroldo da Luz, que denunciou a existência de uma organização clandestina, que estava, no condicional, atuando junto às penitenciárias como organização marginal ameaçando a disciplina e segurança, Sr. Presidente, já que as denúncias constam num relatório sigiloso. A preocupação é pública e o relatório foi encaminhado em caráter confidencial. Nós devemos tomar conhecimento disso e se a matéria é confidencial, inclusive, podemos ouvi-lo, o regulamento prevê, na chamada sessão secreta ou sigilosa, que há para esse tipo de assunto. É uma questão a ser debatida.

Acho também que após os depoimentos do denunciante, e como é um assunto que está hoje nas manchetes dos jornais, ocupando espaço na imprensa, podemos ouvir também o depoimento da outra parte, representada pelo secretário da Justiça, o prof. José Carlos Dias e também vários nomes envolvidos.

A notícia é realmente grave e vai levar uma discussão dos problemas de segurança dos presídios, do tratamento dos presos, da gestão do diretor atual do presídio e do diretor anterior.

Portanto, requeiro a convocação do corregedor, a convocação do secretário da justiça, do diretor atual e do ex-diretor dos presídios, que também está envolvido nas denúncias públicas.

Esse é o sentido dessa questão de ordem, Sr. Presidente (Luiz Carlos Santos, pronunciamento à CEI 438/84, dia 26/6/1984, volume 1).

O requerimento foi aprovado e, na segunda reunião, no dia 29 de maio, seguiu com o depoimento do prof. Pimentel, ex-secretário de segurança pública, ex-conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, professor de Direito na USP e livre-docente. Em 1982 foi convidado por Montoro, seu amigo pessoal, a assumir a secretaria de segurança pública, cujo exercício se deu por 6 meses, abdicando em seguida devido problemas de saúde, em dezembro de 1983. Seu sucessor foi Michel Temer.

Indagado sobre a situação da PM em sua gestão, respondeu que os problemas se concentravam em: baixa remuneração, a falta de material pessoal, alto índice de violência, uso indevido de função e a lógica militar da instituição. Esses pontos associados permitiriam a oportunidade para a corrupção, barganhas e ações arbitrárias por parte do corpo policial.

O prof. Pimentel fez uma extensa argumentação, recapitulando na história os problemas da lógica militar na polícia, ou seja, a ênfase em uma formação predominantemente militar e não policial. Para ele, a polícia deveria ser menos “corneta”, menos “grito”, menos “marcha”, menos “farda”, menos “guerra” e muito mais prevenção e policiamento, como era no mundo inteiro.

O depoimento passa a impressão de um velho atuante na política que enfrentou muitas barreiras e resistências para efetivar uma série de planejamentos em relação à polícia durante o declínio da ditadura. O projeto principal foi dar maior ênfase no policiamento e eliminação do militarismo impregnado nas práticas e formação dos policiais. No advento da redemocratização, tentou-se, sem sucesso, desmilitarizar a polícia e unificar as duas forças, civil e militar, em um único corpo. O jurista Hélio Bicudo, envolvido nas investigações de delações do chamado Esquadrão da Morte, também prestou depoimento e fez suas considerações, não muito diferentes da do Prof. Pimentel.

A reunião seguinte foi marcada para o dia 27 de junho e ocorreu nas instalações do chamado complexo do Carandiru, visando escutar guardas e presos em depoimentos sobre a situação, uma vez que a prioridade da CEI passou a ser investigar as Serpentes. Os depoimentos carregam discursos que deixam clara a situação e os diferentes pontos de vista em jogo.

É importante constar que antes da existência da CEI presidida por Antônio Rezk visando analisar a situação da segurança pública, já existia outra, criada um ano antes sob iniciativa da Deputada Ruth Escobar, cujo objetivo era averiguar a situação carcerária especificamente.

A CEI presidida por Ruth Escobar, na ocasião, não se reunia havia dois meses e, tendo isso em mente, a CEI de Antônio Rezk tomou a iniciativa de investigar a denúncia das Serpentes, “atropelando” a anterior. A Deputada Escobar não aprovou a atitude e iniciou uma discussão sobre o assunto, alegando ter sido uma desconsideração com a equipe incumbida de investigar especificamente a situação na prisão. Os jornais, que já acompanhavam os desdobramentos do caso Serpentes, também acompanharam o breve diálogo entre as duas CEI. Após uma reunião entre as partes, foi fechado um acordo e as investigações seguiram em frente comandadas pela equipe de Rezk. A situação foi noticiada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

Duas CEIs e um só objetivo

*Para ouvir o diretor da Penitenciária do Estado, Alberto Angerami, e a assessora do secretário da Justiça, Maria Ignêz de Oliveira Sampaio, sobre a existência da **Organização Criminosa Serpentes Negras**, duas comissões de inquérito vão se unir hoje na Assembleia Legislativa: a que verifica as condições e irregularidades do sistema carcerário estadual e a que analisa o sistema de segurança pública. A primeira foi criada há um ano por iniciativa da deputada Ruth Escobar, mas não se reúne formalmente há dois meses, enquanto a outra foi constituída, recentemente, por proposta de deputado Antonio Resk.*

A criação da segunda irritou os integrantes da comissão presidida por Ruth Escobar. Ontem à tarde, no plenário José Bonifácio, o deputado José Gregori reclamava: “Não tiveram o mínimo de lealdade. Nos atropelaram, já que a verificação dessa denúncia é de competência da nossa comissão”. Gregori não aceitou o argumento de Antônio Resk, com quem conversara momentos antes, que tentou desculpar-se: “Pensei que sua comissão tivesse sido extinta”.

*O impasse foi solucionado após os deputados José Gregori, Maurício Najjar, Eduardo Jorge e Ruth Escobar terem se reunido com o deputado Luiz Carlos Santos, integrante da comissão de Antônio Resk. Ruth Escobar não permitiu que a imprensa acompanhasse a reunião. Na conversa com os repórteres ficou a impressão que a CEI, presidida ela deputada, já tem a resposta, mesmo antes de iniciar as investigações: a organização não existe. Para Ruth Escobar as **Serpentes Negras** foi criada pela direita e pelos guardas carcerários. E mais: “Ela não existe. Desde 1980, eles (os presos) sonhavam em formar uma organização tipo Ilha Grande (Falange Vermelha), mas não uma organização criminosa. Algum guarda captou isso e transformou a ideia em um fato consumado”.*

Mais tarde, entretanto, em nota oficial, a deputada disse que “é possível que tal organização exista realmente. Cabe às autoridades esclarecê-lo e, em caso afirmativo, tomar as providências cabíveis. No entanto, não passa pela cabeça de ninguém que uma possível organização de detentos como as que a imprensa identifica pudesse ter inspirações filosóficas políticas”.

(O Estado de S. Paulo, 28 de junho de 1984).

A Deputada Ruth Escobar era figura conhecida por acompanhar os estabelecimentos prisionais paulistas e participar de discussões e programas destinados à questão penitenciária. Podemos notar na passagem acima, retirada da notícia de jornal, que a própria estrutura do texto carrega a conotação de ambiguidade sobre a existência das Serpentes, pois é anunciado que Escobar, em um primeiro momento pondera a inexistência do grupo, e, logo depois, o texto nos trás que posteriormente Deputada teria voltado atrás com sua posição, alegando a possibilidade de existência. Esse movimento de trazer informações de forma ambígua sobre o caso foi recorrente nos jornais da época; por um lado as Serpentes existiam, mas, ao mesmo

tempo, por outro lado, não. Assim seguiam as reportagens, nunca deixando de apresentar as disputas e, por vezes, tomar partido em alguma.

2. Os depoimentos dos guardas

Os membros das Comissões de Guardas foram ouvidos durante a investigação. Em geral, os guardas de presídio na época sentiram-se indignados com as “liberdades” concedidas aos presos e se viam em desvantagem, pois, além de sentirem sua autoridade diminuída pelas reformas do governo, também se frustravam com a imagem, deles, difundida por um setor da imprensa e por organizações pró-Direitos Humanos, invertendo os papéis que acreditavam ocupar: eles, os agentes da segurança, vistos como criminosos por violarem os Direitos Humanos, e os presos como as vítimas que sofriam arbitrariedades e resistiam heroicamente a toda a peleja (GOES, 2009, p.30).

Para a maioria dos guardas depoentes o problema não estava na Comissão de Solidariedade, nas políticas de humanização, na secretaria da justiça e etc, o grande problema seria a consequência do programa, ou seja, a possível inversão de autoridade, diminuição da autonomia e do poder decisório que a categoria detinha. A inversão de autoridade, sobretudo do ponto de vista moral, era o principal motivo de revolta da categoria.

Quando questionado sobre as funções da Comissão de Guardas, criadas concomitantemente com as Comissões de Solidariedade, Alberto³⁷, guarda na Casa de Detenção por 8 anos, presidente da Associação de Guardas de Presídio da Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo, comenta:

O objetivo da entidade: reivindicar, ajudar o guarda de presídio em várias coisas que necessita. Ter uma classe específica. Nunca ninguém tentou ajudar o guarda de presídio. Então o objetivo é reivindicar (Alberto em depoimento para a CEI, 4384/84, 27/06/84, volume 1).

Segundo os funcionários, e enfatizado por Alberto, a relação entre presos e guardas sempre foi conturbada e guiada pela desconfiança e hostilidade. Havia muita agressão verbal e muitas vezes até agressão física, partindo dos dois lados. Alberto era guarda da Casa de

³⁷ Nome dei nomes fictícios para os funcionários para preservar as identidades deles.

Detenção e não sabia plenamente o que acontecia na Penitenciária do Estado, local onde supostamente agiam as Serpentes. Questionado sobre o caso, ele relata:

Olha, a notícia foi surpresa para todos nós, mas gostaria de colocar meu ponto de vista pessoal. Não quero de forma alguma atacar ou acusar o Sr. Secretário. Eu poderia dizer que não sei, porque não posso provar. [...] Deputado, pra mim foi surpresa e eu desconheço. Se eu dissesse ao senhor que alguma vez ouvimos falar ou tivemos alguma visão de que existisse, eu estaria mentindo. Eu estou sabendo das Serpentes Negras tanto quanto o senhor, através de jornais e do Juiz Corregedor. Nunca soube, nunca ouvi falar (Alberto em depoimento para a CEI 4384/84, 27/06/84, volume 1).

Por mais que o clima fosse, segundo Alberto, de tranquilidade, o que incomodava mais os guardas era a liberdade em demasia cedida aos detentos. Os guardas se queixavam que não tinham mais a autoridade de antes, não emitiam mais respeito e a quebra da disciplina era uma das graves consequências.

O diálogo entre presos e guardas era estimulado pelo contato entre as duas comissões, que foram acompanhadas por Maria Inês de Oliveira Sampaio como mediadora. Muitos funcionários fizeram reclamações de que de que Maria Inês privilegiava mais os presos e restringia a autoridade dos guardas, desautorizando-os na hora de alguma punição.

Por exemplo, se o detento cometesse uma falha e o guarda fizesse a comunicação diretamente ao diretor, imediatamente ela [Maria Inês] procurava liberar o detento, defender o detento. E aqui o guarda perde a sua autoridade. Se o detento pedisse, digamos, um trânsito em que o guarda de presídio é o chefe do pavilhão e achava que não podia ser e ela interferisse, o preso teria. Nesse sentido! Quer dizer, aconteceria isso quando de acordo com o regimento interno deve prevalecer a autoridade do guarda. Mas acontece que, quando ela interferia, automaticamente o detendo conseguiria (Alberto em depoimento para a CEI, 4384/84, 27/06/84, volume 1).

Por mais que o discurso fosse o mesmo entre os depoentes, nem todos chegavam às mesmas conclusões sobre o clima de tensão. Cada um avaliava os problemas de um ponto de vista diferente. Evandro, membro da Comissão de Guardas e funcionário da Penitenciária do Estado, por exemplo, argumentou que a disciplina estava falindo não por causa das Comissões de Solidariedade, mas sim pela falta de funcionários. Ele entende o “movimento dos direitos humanos” positivamente, dizendo que o relacionamento entre presos e funcionários estava melhorando.

Tenho impressão de que isso aí [o clima de tensão] a gente não pode nem definir, porque a imprensa tem falado bastante sobre isso aí [Serpentes Negras], mas aqui internamente, dos movimentos dos presos, até que a

disciplina esta boa (Evandro, em depoimento para a CEI 4384/84, 27/06/84, volume 1).

No dia seguinte, 28 de junho, novamente na unidade prisional, a CEI recebeu outros funcionários que alegaram não terem sido convocados, mas também tinham revelações a fazer. Segundo esses funcionários, que não pertenciam a Comissão de Guardas, os guardas entrevistados anteriormente, eram membros do referido grupo e não eram os mais habilitados para depor justamente devido seu envolvimento com ela. A solicitação do grupo foi atendida e foram ouvidos pelos deputados.

Dessa vez os relatos foram mais incisivos e acusatórios em relação aos outros entrevistados, mas ainda estava no registro da inversão de valores, quebra da disciplina, afrouxamento punitivo, favoritismo e demasiada liberdade para os presos.

O que está acontecendo é que estão invertendo os valores. Guarda de presídio, dentro da penitenciária, não tem mais respeito nenhum por parte dos presos. Os presos têm todas as regalias possíveis e imagináveis. Guarda de presídio não tem autoridade para nada dentro da penitenciária. Se um guarda de presídio abre a boca para se revoltar contra esse estado de coisas ele é punido, como foi o meu caso [foi transferida]. [...]

Com esse nome [Serpentes Negras] eu não sei se existe, mas que existe alguma organização dentro da penitenciária, existe (Florinda, em depoimento para a CEI 4384/84, 28/06/84, volume 1).

Ainda segundo Florinda, guarda de presídio há 9 anos, os guardas que revelassem informações seriam punidos por parte da diretoria, que os estava ameaçando constantemente. Terminou o seu relato, dizendo que se as mortes haviam diminuído na penitenciária, não era por causa da política de humanização, mas sim devido o poder que a tal organização possuía, agenciando vidas e mortes.

Essa argumentação foi unânime entre os novos depoentes: existia, e sempre existiu, algum tipo de organização criminosa na prisão que precisava ser detida imediatamente, mas que não sabiam se realmente se chamava Serpentes Negras, pois era muito sigilosa e exercia influência silenciosamente.

A nível Estadual não posso dizer nada. A nível da Penitenciária do Estado, sim: sempre existiram organizações e quadrilhas. Agora, a cor delas, não sei, porque nós estamos lá para olhar os presos, tanto faz se pertencem a uma ou outra quadrilha ou não pertencem a nenhuma, tanto faz. Nossa função é segurança e disciplina e vigilância. [...]

Deve existir pelo seguinte motivo: atualmente, na Penitenciária do Estado, há um pavimento – o 5º - no segundo pavilhão, que foi isolado. Ali estão cerca de

50 sentenciados que pediram segurança preventiva, por ameaça de outros presos. Então, conclui-se que há alguém pressionando, porque vem sendo pedida a segurança (Rodolfo em depoimento para a CEI 4384/84, 28/06/84, volume 1).

Para a maioria dos guardas era fato que as Comissões de Solidariedade beneficiavam as ações das organizações de presos, seja elas quais forem ou tenham o nome que for.

Como exemplo, uma das justificativas usadas por alguns funcionários para comprovar a influência de organizações criminosas nas Comissões de Solidariedade foi: após a chegada da humanização, nunca se pediu tanto seguro de vida na prisão. Isso se explica pelo fato da maior liberdade de circulação dos presos, que poderiam acertar as desavenças de maneira mais simples. Era um reflexo, mais uma vez enfatizado pelos depoentes, da diminuição de autoridade do guarda e valorização da autonomia do preso.

Exatamente, porque atualmente nós perdemos toda a autoridade de dentro do presídio. Hoje em dia o preso pergunta a nós “porque vou fazer isso?” e “por que vou fazer aquilo?”. Ora, nós estamos lá para quê? O Estado nos paga pra quê? É para olhar por eles, para ver todas as coisas. “O senhor vai recolher, certo?”. “Por que vou recolher?”. Ora, são ordens lá da frente. Então, nós temos que dar satisfação ao preso?

Hoje em dia nós vamos fazer uma revista numa cela, o que é confidencial entre o preso e o funcionário, essa tal Comissão vai junto, na cela, para acompanhar a revista. Não tem cabimento (Rodolfo, Guarda na Penitenciária do Estado em depoimento para a CEI 4384/84, 28/06/84, volume 1).

O controle da circulação e punição dos presos era uma prática tradicional que muitos guardas faziam questão de manter, não admitindo qualquer intervenção. As políticas de humanização foram acusadas de favorecer a inversão de valores e de autoridade no interior das prisões. Os guardas, conforme narram os depoimentos, sentiram-se extremamente destituídos de autoridade, acusando principalmente as atividades das Comissões como a maior responsável por difundir o clima de tensão por qual estavam passando.

Eu tenho a denunciar que dentro da Penitenciária do Estado, assim como na Casa de Detenção, com a criação dessas Comissões de Solidariedade de sentenciados, está havendo uma inversão de valores. O guarda Não está tendo mais a mesma autoridade. O guarda não trabalha mais tranquilo. O guarda não pode mais punir o sentenciado, um reeducando que ele acha que cometeu uma falta, sem antes comunicar às Comissões de Solidariedade. Essa comissão é que estuda se a punição deve ser aplicada ou não. [...]

As punições são dadas da seguinte forma; quem está em contato com o preso é o guarda de presídio, porque essa é a função nossa, é a função de Polícia dentro do estabelecimento penitenciário. Porém, as autoridades se encontram

no Estado maior. Dificilmente as autoridades se encontram na linha de batalha, na linha de guerra. [...]

Se a nossa função é reeducar, eu acho que só existe uma forma de reeducar. E nunca ouvi dizer que palmadinha atrás, no traseiro, machucasse ninguém (Alex, Guarda da Penitenciária do Estado em depoimento para a CEI 4384/84, 28/06/84, volume 1).

As “palmadinhas” na fala do guarda Alex, citada acima, eram práticas que iam além da violência física e verbal, abrangendo uma série de castigos institucionalmente possíveis como exclusão em cela solitária, impedimento na participação de alguns eventos, diminuição ou cancelamento dos banhos de sol, proibição de visitas e assim por diante.

Sobre a existência das Serpentes Negras, a maioria dos depoimentos seguia a mesma argumentação: existiam sim muitas organizações de presos, mas nenhuma grande o suficiente para dominar a rede prisional. O maior problema era que elas se infiltraram nas Comissões e utilizavam os benefícios que a instituição propiciava para realizar ações e táticas que prejudicavam a boa disciplina e autoridade da categoria dos guardas. Ainda segundo Alex, quando interpelado se concordava com as notícias veiculando a existência das Serpentes Negras, respondeu:

Concordo. Não com concordo com o nome, porque isso deve ser arte de jornalistas. Eles colocam nos jornais as manchetes e criam nomes absurdos, eles criam nomes para chamar a atenção, como por exemplo, Bebê Diabo³⁸. Isso é pra vender jornal; esta é uma forma de vender jornal (Alex, Guarda da Penitenciária do Estado em depoimento para a CEI 4384/84, 28/06/84, volume 1).

Todos os depoimentos de guardas prestados à CEI seguiram essa mesma narrativa e percepção dos efeitos das políticas de humanização. Não foi diferente nas entrevistas para repórteres que escreveram matérias nos jornais da época. Por mais que o espaço para as falas fosse diferente, nos jornais e na ALESP, os discursos seguiam a mesma tendência e, de alguma forma, relacionavam esses locais. Isso significa que a equipe da CEI questionava seus depoentes em relação às notícias veiculadas nos jornais, assim como os jornais também veiculavam suas notícias tendo por base as investigações realizadas pela CEI.

Outros funcionários, porém, pedindo para não serem identificados, confirmaram que a organização está infiltrada nessa penitenciária, onde já tem poder suficiente para intimidar os guardas, que ficam com medo de serem

³⁸ Em 11 de maio de 1975, o jornal “*Noticias Populares*” publicou: Nasceu o Diabo em São Paulo. Tratava-se de uma suposta criatura sobrenatural. O caso ganhou fama durante alguns meses e foi trazido em enredo de mistério, terror, medo e sensacionalismo, característicos desse jornal.

transferidos ou até mortos, em represália a atitudes que tomem para preservar a disciplina.

Segundo esses funcionários, a organização criminosa é uma consequência da nova política dos direitos humanos nas prisões que, na Penitenciária de Presidente Venceslau, garantiu a presos de alta periculosidade a possibilidade de intimidar seus companheiros para se elegerem membros do conselho carcerário e das comissões judiciária, de esportes e jornalismo. Com isso esses detentos podem andar livremente, das 6 às 21 horas, pelos pavilhões internos do presídio. [...]

“Na cela 204 tem um estilete” – garantiu um guarda que, no entanto, se recuso a vistoria-la com medo de represálias. Ele lembrou que a Comissão de Solidariedade do presídio já pediu a transferência de nove guardas que faziam revistas de improviso (*O Estado de S. Paulo*, 27/06/1984 – Denúncias levam o grupo a se retrair).

Veremos como a maioria das falas de funcionários condiz com a da referência acima, alegando que após a chegada das Comissões, o trabalho do guarda foi dificultado e os presos estariam abusando das “regalias”. Responsabilizam essa questão devido o “afrouxamento punitivo” que as políticas de humanização proporcionavam.

3. Os depoimentos dos presos

Conforme foi decidido no planejamento das investigações da CEI, alguns presos foram ouvidos e questionados sobre a situação dentro das prisões. O primeiro a depor foi Juliano, sentenciado há 13 anos, membro da Comissão de Solidariedade da Penitenciária do Estado. Quando questionado sobre os objetivos da mesma, responde:

O objetivo da Comissão de Solidariedade é reivindicar melhora para a Penitenciária do Estado e também tentar, através da experiência vivenciada dentro do sistema, dar subsídios a pessoas interessadas para renovar o sistema penitenciário, porque o sistema penitenciário atual do Estado de São Paulo, acho que do Brasil, ele não recupera o ser humano, pelo contrário, ele massifica, ele deturpa mais ainda a essência do homem (Juliano, membro das CS, em depoimento para a CEI 4384/84, 27/06/84, volume 1).

Em seu depoimento, Juliano deixa claro que a pratica de reunir comissões de presos para negociação e representação não era inédita. Existiram outras experiências, mas nunca

com a ênfase, acompanhamento e respaldo institucional como fazia a gestão da Secretaria de Justiça da época. Agora a representação havia adquirido o status de um programa, inserido em uma agenda política dedicada em institucionalizar oficialmente tal comissão, isto é, possuir um estatuto, cargos, responsabilidades, eleições, reuniões e etc.

Essa demanda por um canal de representação e comunicação partiu de alguns presos, que procuraram a equipe de José Carlos Dias para fazer a solicitação. O momento político era propício para que tal demanda fosse atendida e, enfim, começaram os trabalhos junto a uma equipe.

Então a partir do dia 10 de janeiro, quando mantivemos a primeira reunião com a Dra. Maria Inês para pedir apoio à secretaria de justiça para que nós viéssemos realmente formar uma comissão que reivindicasse o anseio da população, então foi exigido de nós uma série de critérios, inclusive os elementos participantes da Comissão de Solidariedade não podem ter suas fichas disciplinares problemas de estiletes, agressões a companheiros ou mesmo a funcionários. Esse estatuto, de início do trabalho até hoje, continua e levamos muito a fundo isso, porque acho que um elemento que, dentro de uma Penitenciária, se escuda atrás de uma faca para impor respeito não tem condições de representar ninguém (Juliano, membro das CS, em depoimento para a CEI 4384/84, 27/06/84, volume 1).

A gestão da Comissão de Solidariedade reunia as principais demandas dos presos para reportar diretamente à secretaria de justiça. Ao contrário do que era veiculado por alguns jornais e guardas - que denunciavam a desproporção da demanda dos presos – a comissão de presos solicitava, principalmente, itens para uso básicos de higiene e bem estar como papel higiênico, cobertor, colchão, assistência médica e etc. Essa materialidade básica para a sobrevivência muitas vezes era tramitada em negociações, barganhas e corrupções internas (RAMALHO, 1979; COELHO, 1987).

Agora mesmo, se os senhores forem andar pela casa vão encontrar companheiros dormindo com pedaços de colchão, outro sem roupa nenhuma, outro só com um colchão e um cobertor, o rapaz da cela 943 está em péssimo estado mental. Quer dizer, tem vários problemas aqui dentro e que realmente nos afligem diante da consciência que hoje nós temos que realmente não infringirmos regras sociais, morais, pessoais. O que nós pedimos é só condição de uma administração social. Não estamos querendo o poder interno, a gente está querendo reivindicar uma coisa que a gente pode sair lá fora e se reintegrar no convívio social (Juliano, membro das CS, em depoimento para a CEI, 4384/84, 27/06/84, volume 1).

Esse relato foi confirmado por Maria Inês posteriormente e seu depoimento. As principais demandas dos presos eram de cunho simples, voltadas às necessidades vitais básicas, muito parcas na prisão.

Tenho aqui memorandos da Comissão de Solidariedade fazendo pedidos, e pedidos os mais variados de uma forma, digamos assim, que para eles é uma maneira bem educada, somente pedindo roupas, alimentação, porque tem dias em que faltam 170 jantares num pavilhão, enfim uma série de coisas assim (Maria Inês de Oliveira Sampaio, Assessora para Assuntos Penitenciários, depoimento da CEI, 438/84, 28/06/1984).

Como de praxe, Juliano foi questionado sobre a existência da organização Serpentes Negras. Ele responde que tal rumor era um absurdo e outra forma de agredir o preso e seus direitos. Durante sua argumentação, acrescenta que os nomes na denúncia que Haroldo Sobrinho encaminhou, apresentados como membro das Comissões de Solidariedade e ao mesmo tempo integrantes da organização criminosa, na verdade eram nomes de presos que pertenciam à outra comissão de presos em exercício anteriormente, não oficializada pela secretaria de justiça.

Eu acho que a denúncia do Exmo. Dr. Haroldo foi o estopim da coisa. Acho que começou com ele. (...) Não existe esse tipo de organização, isso aí e aqueles nomes que foram dados como supostos elementos das Serpentes Negras, da suposta organização, foram elementos que faziam parte da Comissão de Solidariedade não oficializada pela secretaria de justiça, no final do ano.

(Juliano, membro das CS, em depoimento para a CEI, 4384/84, 27/06/84, volume 1)

4. Os depoimentos da Secretaria de Justiça

Os principais envolvidos com a criação e gestão das duas comissões, a de presos e a de guardas, foram prestar esclarecimentos a convite da CEI. Foram eles: secretário da justiça, José Carlos Dias, assessora para assuntos penitenciários Maria Inês de Oliveira Sampaio e o diretor da Divisão de Qualificação e Produção Profissional da Penitenciária do Estado, José René Pires de Campos.

A presença do Secretário de Justiça na reunião da CEI foi muito aguardada, tanto para os investigadores quanto para a imprensa. Dias era indicado pela imprensa como o principal responsável pela situação caótica das prisões em São Paulo, era a cabeça dele que estava em jogo, ou melhor, a permanência em seu cargo. Compareceu para depor sem delongas, agradecendo a oportunidade de apresentar os fatos que esclareceriam a verdadeira situação da prisão.

De início, o presidente da CEI, Antônio Rezk, anunciou os motivos da convocação do secretário, deixando clara a preocupação com a denúncia e a repercussão da mesma nos jornais. Rezk deixa evidente em sua fala que a preocupação primordial é a relação, difundida pela imprensa, entre as reformas em processo de efetivação e o crescimento da suposta organização criminosa. Esse era o núcleo argumentativo daqueles que eram contrários à agenda de humanização: essas políticas dariam as oportunidades para que o preso tivesse cada vez mais poder.

O objetivo da sua convocação pretende-se basicamente a uma denuncia veiculada pela imprensa que partiu do Juiz Corregedor, Dr. Haroldo Pinto da Luz Sobrinho sobre a eventual existência de uma organização de presos, uma organização de caráter criminoso, evidentemente, com o intuito de controlar as penitenciárias. [...] Sr. Secretário, eu quero apenas fazer uma observação: o que causou e causa preocupação para nós é o fato de que a denúncia dessa organização foi relacionada, pelo menos foi o que se transmitiu à opinião pública, como gerada em consequência da nova política introduzida nas penitenciárias (Antonio Rezk, depoimento da CE 438/84, 28/06/1984).

Durante o depoimento, Dias fez um resumo da situação geral da prisão em São Paulo, relatando que os principais problemas eram a morosidade no sistema de justiça, a superlotação, a corrupção interna, a falta de investimento, a falta de respaldo Estatal e a falta de meios de comunicação e representação intramuros. Apresentou também os projetos em andamento para tentar amenizar alguns dos muitos problemas. Bateu nessa mesma tecla muitas vezes, sempre que teve a oportunidade de falar sobre o assunto, defendendo com convicção que as políticas de humanização estavam dando certo e deveriam continuar, apesar das resistências. Quando finalmente entrou na questão que todos ansiavam pela resposta, foi categórico:

Como v.exa., eu também nunca ouvi falar nessa organização “Serpentes Negras”. Claro está que nós temos dentro do sistema penitenciário algumas centenas e presos de altíssima periculosidade, periculosidade demonstrada no comportamento carcerário, muitos com várias mortes praticadas contra companheiros. São os chamados inadaptados do sistema penitenciário, são chamados de piranhas ou Falanges. [...] Isto está gerando um clima tremendo

dentro dos estabelecimentos penitenciários, acirrando a luta entre funcionário e preso. O preso provocando o funcionário, e o funcionário provocando preso. Nós temos que acabar com isso, por que a população não pode ficar atormentada, com medo de uma rebelião (José Carlos Dias, depoimento da CEI, 438/84, 28/06/1984).

Segundo José Carlos Dias, o que era prejudicial para a rede prisional não era a agenda política em processo de efetivação, conforme veiculava a imprensa, mas sim, em contrapartida, o problema era a própria forma como se dava a difusão de notícias que condenavam tal agenda. A repercussão criara um clima de tensão, instabilidade e revolta, afetando presos e funcionários, que entraram em um tipo de disputa concreta que prejudicava a convivência entre ambos. A Comissão de Solidariedade teria um efeito contrário ao que estava sendo veiculado: ela muito mais impediria a formação de quadrilhas organizadas do que favoreceriam.

Não está em cheque a política penitenciária, na medida em que existia ou não existia essa organização. O que precisamos é saber se ela existe para acabar com ela. Por que ela não é subproduto da política penitenciária que temos, se eventualmente ela existir. A formação, a articulação entre os chamados inadaptados ou piranhas teria muito mais tendência de existir num regime em que não houvesse a abertura, para que pessoas liderassem pela força. Quer dizer, hoje, com a possibilidade de presos que tenham liderança, não pela força, é muito menos possível a formação, vamos chamar assim, de “lobies” de piranhas, do que antigamente. Então, esse trabalho já é profilático para impedir a formação desse tipo de organização (José Carlos Dias, depoimento da CEI 438/84, 28/06/1984).

O depoimento de Maria Inês de Oliveira Sampaio também foi ouvido com interesse, afinal, ela era a principal mediadora e fiscal da Comissão de Solidariedade e da Comissão de Guardas. Era funcionária do gabinete do Secretário de Justiça, acompanhando o sistema penitenciário há mais de 10 anos ao lado dos secretários anteriores como Manoel Pedro Pimentel, José Carlos Ferreira de Oliveira e, na ocasião, com José Carlos Dias. Acompanhava presencialmente os trabalhos na prisão, realizando reuniões semanais com os grupos.

O papel da Dra. Maria Inês, ela é supervisora da Comissão de Solidariedade e ela é o elo de ligação entre nós e as autoridades e entre também a Comissão de Guardas quando há um problema de mais urgência; quando necessita, vamos dizer, de uma sugestão deles de imediato, de uma autorização deles de imediato, então ela se coloca entre nós e eles (Juliano, membro da Comissão de Solidariedade, depoimento da CEI 438/84, 27/06/1984).

A assessora comentou que não foi fácil instalar as comissões de presos e guardas. Relembrou que quando a notícia de que uma nova comissão seria montada, agora como uma

política penitenciária, nem todos os presos ficaram otimistas. Alguns se armaram em desconfiança e deboche tendo por base experiências anteriores. A equipe também encontrou dificuldades para convencer os guardas a fazerem a própria comissão. Talvez, desde o início a principal resistência partisse, ao contrário das expectativas da equipe, de dentro da prisão.

Ao chegar, realmente o clima era meio tenso, e quando nós propusemos a instalar uma nova comissão, eles tinham muito medo, e usavam sempre esse termo: “Ah! Dra., Outra comissão não, porque nós vamos tomar um bonde logo, logo e apanhar de novo. [...] Juntamente com a Comissão de Solidariedade, no mesmo dia, instalamos também a Comissão da Guarda. E é nesse trabalho que digo a v.exa. que estamos tentando uma coexistência pacífica entre o guarda e o preso (Maria Inês de Oliveira Sampaio, Assessora para Assuntos Penitenciários, depoimento da CEI 438/84, 28/06/1984).

A desconfiança foi a principal barreira que dificultou o início dos trabalhos desde o princípio, tanto por parte do governo quanto por parte dos internos; foi por esse motivo que um grupo de presos sugeriu implantar as Comissões de Solidariedade com muita cautela, afinal, a tentativa anterior não havia sido uma experiência agradável para eles. Ainda que não tenha dado certo em outras vezes, o grupo insistiu, talvez movidos pelos oportunos ares políticos da época, assim como a composição da gestão da Secretaria de Justiça que tinha interesse prioritário no diálogo.

No dia 10 de janeiro, quando estive na Penitenciária do Estado, um grupo, que depois denominamos de grupo de colaboradores, que foram os primeiros com os quais tive contato, nos contaram das dificuldades, dos problemas, da outra comissão, mas que eles precisariam ter um meio de comunicação. Por que veja bem: a Penitenciária do Estado tem 1200 reeducandos. Evidentemente nenhum diretor pode atender a todos. Então eles teriam que ter acesso, de alguma forma, para que suas pretensões fossem levadas aos diversos diretores. E se pensou, então, em formar esse tipo de comissão. Realmente foi-me trazido o problema, levei ao Sr. Secretário e começamos a trabalhar nesse sentido com as duas comissões ao mesmo tempo (Maria Inês de Oliveira Sampaio, Assessora para Assuntos Penitenciários, depoimento da CEI 438/84, 28/06/1984).

Como sabemos, outras comissões operaram na Penitenciária do Estado em outras gestões, mas nenhuma ganhou a atenção e incentivo como a atual, assim como nenhuma havia gerado resultados tão bons. O trabalho estava sendo positivo, apesar das resistências, e a expectativa era ampliar esse programa às demais unidades prisionais do Estado.

Existem comissões, mas como essa que tomou posse no dia 16 de março, com a presença do Sr. Juiz Corregedor da época, Dr. Francisquini, e do Sr. Secretário da Justiça; mas como essa Comissão de Solidariedade, não. O Sr.

Secretário da Justiça recebe algumas cartas dos presídios do interior, que eles gostariam também de ter a mesma comissão, o mesmo trabalho e tudo o mais. Mas, infelizmente, ainda não houve possibilidade (Maria Inês de Oliveira Sampaio, Assessora para Assuntos Penitenciários, depoimento da CEI, 438/84, 28/06/1984).

Assim como Dias, Maia Inês de Oliveira Sampaio também sofreu ataques da imprensa e de setores contrários aos trabalhos que desenvolvia, sendo muitas vezes acusada de favorecer os presos e dar proteção excessiva aos mesmos. Alegou à CEI que recebia telefonemas de anônimos ameaçando-a de morte, exigindo que parasse de incentivar o diálogo entre os presos.

Durante o depoimento, Maria Inês recorda de um episódio, quando uma carta anônima foi encaminhada para a Secretaria de Justiça, acusando a assessora não só de favorecer os presos, mas também de exercer atividades criminosas como agenciar a entrada de drogas e armas na prisão. Essa anônima pode ser encontrada nos registros da CEI e ilustra mais uma vez o conflito e truca de acusações entre dois lados em disputa sobre as políticas prisionais da época.

Carta anônima

Venho através dessa denunciar uma assessora do secretário da justiça que na Penitenciária vem tratando funcionários com cachorro. Se um funcionário der flagrante de maconha, no outro plantão está fora dos quadros da Casa, porque a Ruth Escobar manda pra fora. O nome da sem vergonha é Maria Inês, a prostituta dos presos que já foi flagrada com o Arnaldo [nome fictício], um da Falange 3 da Penita. A moça anda levando prontuário para fazer acerto com familiares e tem muita gente no negócio que é muito rendoso, mas quando um funcionário toma uma atitude é até suspenso. Há uma base de 16 funcionários que foram transferidos para a casa de Detenção etc. A quadrilha do Dr. Rui Joelli – Maria Inês anda cobrando de 200 a 500 para a entrada da maconha e outros tóxicos. A coisa está ficando preta. Há indícios de entrada de armas na Penita por intermédio da Dra. Maria Inês que grita para os funcionários que o Dom Evaristo e outros pilantras querem assim e que está coberta. Coitado de quem por a cara com ela que o pau vai quebrar e desta vez vai morrer muito funcionário pois a batata já assou. Estamos informados que tem bombas caseiras prontas para uso e a diretoria não dá nem bola e fomos informados que inclusive há uma lista feita por eles para matar funcionários. Por favor venham logo antes que a carnificina tenha tempo para ser realizada.

SOS, GPS, Guardas de Presídio.

Essa denúncia jamais foi comprovada. Significou para a Secretaria de Justiça e CEI mais como um sintoma paranoico, ou desonesto, das resistências do que um alerta de fato; Maris Inês deixa esse ponto bem claro em seu depoimento. Outras cartas anônimas foram enviadas, mas nenhuma ganhou importância significativa capaz de acionar, por exemplo, uma inquietação nas autoridades ou investigação mais detalhada.

Sobre as Serpentes Negras, Maria Inês acompanhou o discurso daqueles que não acreditam na existência de tal organização, entendendo o caso como uma tentativa de deslegitimar o trabalho que estavam fazendo na prisão. Questionada se alguma vez já ouvira o nome da organização, acrescenta:

Sr. Deputado, não acredito na existência disso. A partir do momento que verifico que eles estão pedindo coisas básicas para sobreviver, não acredito que tenham tempo para se organizar dessa forma. (...)

Ouvi só uma vez, Sr. Deputado, e quem disse foi o Sr. Juiz Corregedor, na noite da paralização [dos guardas], no domingo, em que alguns guardas se recusaram a entrar em serviço [devido a continuidade das políticas de humanização]. Então, estavam o Sr. Secretário, o Sr. Juiz Corregedor, o Sr. Diretor da Penitenciária do Estado, o Padre Agostinho, que todos conhecem, alguns assessores do Secretário, inclusive eu e o Dr. Haroldo tocou nesse assunto. Estávamos todos na sala do Diretor. Foi a primeira vez que ouvi falar em Serpentes Negras (Maria Inês de Oliveira Sampaio, Assessora para Assuntos Penitenciários, depoimento da CEI, 438/84, 28/06/1984).

Como José Carlos Dias, Maria Inês Sampaio também foi alvo de muitas críticas. Houve um episódio em que ela enviou uma carta de agradecimento aos membros das comissões pelos trabalhos em andamento. Esta carta chegou às mãos do juiz-corregedor Haroldo Sobrinho e foi publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, que reprovou tal atitude. Como de costume, a publicação refletiu em pronunciamentos oficiais, como por exemplo na assembleia legislativa, cujo Deputado Sydney Palácios, PTB, fez uma fala em repúdio a posição de Maria Inês. O pronunciamento em questão abordou uma notícia publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* sobre uma carta de Maria Ignez enviada aos presos membros da Comissão de Solidariedade no dia 13 de março. A carta foi vazada e chegou às mãos de Haroldo Sobrinho, que por sua vez disponibilizou-a para publicação no jornal; mesmo jornal que também publicou a denúncia sobre as Serpentes. O deputado demonstra indignação devido a assessora ter chamado ter tratado os presos como heróis em sua carta. Segue a íntegra da carta de Maria Ignez:

Carta de Maria Inês de Oliveira Sampaio para a Comissão de Solidariedade

Vocês foram à luta. Sinto-me orgulhosa por acompanhá-los nesta batalha para minimizar o sofrimento do ser humano, para combater as injustiças. Vocês são heróis, minha única função é de mediadora de seus problemas e de pessoa que acredita muito no ser humano". (...) Pode parecer muito frio e distante começar um agradecimento dizendo colaboradores e não citando seus nomes, que eu conheço muito bem. Porém, ao chegarmos quase à reta final desta luta por algo muito maior que nossos problemas pessoais, não posso deixar de agradecer a atenção e amizade que tive a honra de merecer por parte de vocês. (...) Não pensem que me passou despercebida a dedicação, os cuidados para com minha segurança. A única forma que eu conheço para retribuir é a minha sinceridade de propósitos, meu carinho e minha amizade aos colaboradores: Bruno, Aurélio, Renê, Rafael, Juliano³⁹. A vocês, meu muito obrigado pela oportunidade de conhecer e conviver com seres humanos tão maravilhosos como vocês. Que esta amizade perdure para sempre⁴⁰.

O tratamento dado aos presos, a forma como Maria Inês se referiu a eles, não agradou o Deputado, que após ler a carta em seu pronunciamento, completou dirigindo-se não só aos presentes, como também ao Governador Franco Montoro, fazendo uso de um discurso de ódio, o mesmo muito característico da época que prega que “bandidos” não merecem direitos⁴¹

V.Exas. poderão verificar que eles mataram, assassinaram e assassinaram de arma em punho seres indefesos, chefes de família e essa senhora, se assim pode ser chamada, os tacha de heróis. Lógico, eles mataram pessoas sem arma, indefesas, para roubar, para estuprar, violentando a sociedade e essa senhora os tacha de heróis.

Muito bem! Tive a honra de conhecer aquela plêiade de bandidos e marginais que ornamentam o maior estabelecimento penal de São Paulo. Verificam V. Exas., também, que esta senhora sentia segurança no meio dos presos. Quero ver se ela sente essa mesma segurança na rua andando de madrugada a hora em que os trabalhadores transitam, são assassinados e violentados continuamente em São Paulo por falta de segurança. Ande de madrugada para ver se vai encontrar essa segurança que ela sente entre 4 paredes com a proteção de toda essa administração. São maravilhosos porque a família dela nunca foi visitada por bandidos e seus filhos, ou ela mesma, nunca foram estuprados. Se ela pensa dessa forma é porque prega a subversão na cadeia, subverter a ordem contra a administração pública.

³⁹ Utilizei nomes fictícios.

⁴⁰ Adquiri a carta por meio do registro do pronunciamento feito pelo *Diário Oficial do Estado*; Sec, São Paulo, 94 (179), quinta-feira, 20 set. 1984.

⁴¹ Para mais informações sobre a questão, consultar CALDEIRA. 2000.

Sr. Governador, brincadeira também tem hora. Vamos parar com isso e tomar providências enquanto é tempo⁴².

Mais uma vez a questão da inversão de autoridade aparece no pronunciamento acima. Segundo o Deputado, a assessora chama de heróis justamente marginais, assassinos, estupradores e criminosos que destroem famílias e pessoas de bem. É completa, seguindo a linha de um discurso de ódio recorrente na época, que por ela pensar da forma apresentada, torna-a não só conivente com a desordem, mas também a incentiva.

José René Pires de Campos, diretor da Divisão de Qualificação e Produção Profissional da Penitenciária do Estado, ao depor, seguiu a mesma linha argumentativa de José Carlos Dias e Maria Inês. Relatou os processos que regeram a formação e eleição das Comissões de Solidariedade e os efeitos imediatos do trabalho, sendo o principal deles a insatisfação dos guardas. Não acreditou na existência de nenhuma organização criminosa, mas estava certo de que a especulação podia gerar problemas internos.

Conversamos com os presos, não só da Comissão, como da população, com funcionários e causou perplexidade a todos a notícia do Juiz. Acho que, inclusive, esse alarido, essa publicidade em torno dessa organização pode até prejudicar o bom andamento da Casa. [...] Acho que esse trabalho da Comissão de Solidariedade, essa conscientização a respeito dos direitos dos presos, deixa muita gente irritada. Funcionários acostumados esses anos todos a fazer e a desfazer, sentem-se, acho, desprestigiados, diminuídos em seu poder (José René Pires de Campos, Diretor de Produção e Qualificação, depoimento da CEI 438/84, 28/06/1984).

Durante a mesma exposição, divulgou um documento no qual relatava as atividades de trabalho que estava desenvolvendo junto às Comissões e as propostas do programa. A leitura do documento é interessante por apresentar as expectativas da Secretaria de Justiça em relação ao de funcionamento e propostas da Comissão de Solidariedade; o texto pode ser encontrado nos registros da CEI e apresenta considerações sobre a própria proposta de humanização via comunicação e representação.

⁴² *Diário Oficial do Estado.*; Sec, São Paulo, 94 (179), quinta-feira, 20 set. 1984.

***Carta formal do diretor de Qualificação e Produção Profissional da Penitenciária do Estado,
José René Pires de Campos.***

1 - introdução:

Em atenção ao ofício da “comissão Solidariedade”, no qual é requerido um relato sobre sua atuação, sinto-me plenamente à vontade para falar com admiração e respeito sobre o trabalho conscientizador que vem sendo desenvolvido.

Posso afiançar também que tive a honra de acompanhar os primeiros passos que antecederam a eleição direta que sufragou a “Comissão Solidariedade”.

Participei de todas as reuniões que se fizeram necessárias para o evento se concretizasse, acompanharei os obstáculos colocados pelo então diretor penal, que antevia no processo de formação da comissão um foco gerador de “quadrilhas”. Muitos requisitos foram colocados para quem desejasse ser candidato a representante, sendo que após exaustivos debates, apenas um prevaleceu: o que impedia ser candidato o elemento que praticou crimes contra companheiros (homicídios ou lesões corporais) dentro do presídio.

Com a mobilização cada dia mais frequente dos reeducandos, com as reuniões cada vez mais periódicas, muitos funcionários foram apreensivos.

Principalmente, guardas de presídio dizendo-se prejudicados em sua função de manter a disciplina da casa. E escudados sob o binômio “disciplina e segurança”, proclamavam que tal processo seria temerário, na medida em que os reeducandos participassem ativamente junto da administração do presídio, argumentando que a “Comissão” iria usufruir de regalias e extrapolar suas funções.

Toda mudança provoca reações, principalmente num sistema abandonado há décadas pelos governos anteriores, institucionalizando-se as arbitrariedades e as injustiças, dando-se mar a incabíveis focos de corrupção e de desmandos. Nestes últimos anos o presidiário foi considerado o esgoto de nossa sociedade.

Encontro nas palavras de Dostoiévski, in “Recordações da casa dos mortos”, uma definição para quadro tão desolador: “Não consigo compreender, hoje em dia, como pude passar, ali, dez anos. Na espécie de tarimba que servia de leito comum a trinta de nós, todo o meu domínio de reduzia ao espaço de três tábuas”.

2 – A humanização dos presídios:

Como humanizar um Sistema Penitenciário há tanto relegado pela sociedade e pelos governantes?

De um lado, a convicção de sua exa. O sr. Secretário da Justiça, ardoso defensor dos direitos humanos, para impor a mudança; de outro, os reais interessados, os presidiários, por vivenciarem as malezas desse sistema violento, arbitrário, medieval. Como intermediários a

isso, temos ainda a falta de verbas, a falta de técnicos especializados, o reduzido nível cultural dos guardas de presídio, associado a seus baixos padrões de rendimentos.

Seria muito fácil humanizar os presídios se o trabalho fosse apenas realizado com os presos.

Mas, com o advento do regime militar instituído em nosso país como o golpe de 1964, a violência aumentou e a corrupção passou a ser elemento de destaque em nossa sociedade.

A violência e a corrupção no meio policial contribuíram muito para o aumento da criminalidade.

A violência acobertada pelo Estado, que nunca punia os torturadores, que permitiu o surgimento dos esquadrões da morte, que no famoso “pacote de abril” do então Presidente Geisel deu aos policiais militares a regalia de foro privilegiado da Justiça Militar, referiu-se de maneira insana nos estabelecimentos prisionais, onde diretores e funcionários cometeram toda a sorte de desmandos.

E os filhos do abandono por parte do Estado apodrecem hoje nos cárceres, vítimas desse sistema arbitrário.

De tal sorte que, mesmo por determinação do sr. Secretário da Justiça, muitos se negam a aceitar a nova filosofia da humanização, continuando a agir e a praticar seus atos com desrespeito ao preso e com violência.

Os guardas e funcionários, que agiram de maneira autoritária, despótica, tudo fazem para que sem uma pedra do tabuleiro seja alterada. São essas pessoas intermediárias entre a direção da casa e os reeducandos que controlam e exercem, ainda, o poder, a informação.

Muitas vezes são essas pessoas que provocam os motins, que introduzem armas, tóxicos, bebidas, que desviam materiais, gêneros alimentícios, etc. São essas pessoas que espancam e às vezes até provocam morte de presos.

Portanto, para se humanizar os presídios, entendo que é de fundamental importância trabalhar diretamente com essas pessoas, conscientiza-las e puni-las se praticarem desmandos, alertá-las e instituí-las sobre seu papel reeducador.

Quanto aos presos, estes querem trabalho, então é preciso dar-lhes meios para se ressocializarem de uma forma consciente e não paternalista.

Sem cairmos no eterno maniqueísmo, onde guardas e presos se combatem, são polos antagônicos, devemos investir em ambas as partes, ouvir e trabalhar com as comissões dos presidiários e dos guardas, aproximando-as do diálogo, convergindo para o mesmo ideal.

Nas reuniões da comissão dos guardas também sentimos a necessidade da categoria em ter um canal de comunicação entre eles e as autoridades, a direção da casa, os reeducandos etc.

É dentro dessa meta que entra o trabalho sério e idealista da “Comissão de Solidariedade”, um trabalho totalizador, multidisciplinar, que visa a integração.

3 – A Comissão de Solidariedade

No meu entender, cabe à “Comissão de Solidariedade” fundamentalmente esclarecer, conscientizar os presidiários e defender intransigente seus direitos.

E nas conversas que temos tido se depreende a maturidade e o grau de conscientização alçados pelos representantes.

Os reeducandos que compõe o corpo representativo, eleitos democraticamente, desenvolvem com a população um trabalho informativo, educador e opinativo. É um trabalho de base, com uma meta, com resultados esperados a curto, a médio e a longo prazo.

Esta liderança positiva, real, engajada com pouco mais que um mês de atuação, já trouxe um enorme benefício com seu trabalho: a redução completa do número de mortes na casa. Também têm atuado de maneira segura e responsável junto à administração da Penitenciária do Estado, dando sugestões, avaliando as deficiências, participando das mudanças, e dando o feed-back de como as mesmas estão sendo sentidas pelo presídio.

E os presos, privados de votar pela nossa lei, ao elegerem seus representantes, deram um verdadeiro exemplo de conscientização e organização, de uma maneira mais séria, democrática, do que as eleições aqui de fora.

Sou um entusiasta desse trabalho, e aproveito a oportunidade para reafirmar minha disposição de somarmos nossas forças, de caminharmos juntos⁴³.

As considerações de Pires nos ajudam a compreender o processo de efetivação das duas comissões, a dos presos e a dos guardas, com muitos requisitos para as atividades dos grupos. O que mais chama a atenção no relatório é a noção de humanização utilizada pelo autor, que alega ser uma proposta não apenas direcionadas aos presos. Nas palavras de Pires, era humanizar as práticas na prisão não diziam respeito unicamente aos presos, mas também aos guardas e funcionários que administram e custodiam. A proposta era também rever as relações da administração entre si, para melhor agirem durante o exercício da função.

Não foi só a equipe da Secretaria de Justiça que se manifestou publicamente contra as denúncias contra as Comissões, entendendo-as como um golpe. Ao final da reunião da CEI do dia 28 de junho, o Deputado Eduardo Jorge (PT), leu uma nota do Partido dos Trabalhadores sobre a situação que a segurança pública frente aos acontecimentos, declarando insatisfação com a irresponsabilidade do Juiz Corregedor em lançar graves acusações infundadas. O partido manifestou o apoio e solidariedade para com José Carlos Dias.

⁴³ Diário Oficial do Estado.; Sec. I São Paulo, 94 (193), quarta-feira, 10 out. 1984.

Nota do Partido dos Trabalhadores

O Partido dos Trabalhadores, através da sua Bancada na Assembleia Legislativa, vem a público manifestar sua repulsa sobre a lamentável atuação do Juiz Corregedor dos Presídios e da polícia judiciária Haroldo Pinto da Luz Sobrinho. Sempre acusados de opositores, a qualquer preço, o Governo Montoro, neste momento queremos deixar claro que sempre seremos favoráveis a toda e quaisquer medida de natureza democrática que visem à participação popular. Neste sentido somos solidários com o Secretário da Justiça, José Carlos Dias, que, corajosamente, vem lutando contra a podridão existente no interior da Penitenciária Judiciária através da implantação de um processo democrático com eleições dos representantes dos presos e dos guardas de presídios, buscando melhorar as condições daquele estabelecimento correccional. É de se estranhar que, no momento em que o trabalho lograva indiscutível êxito, viesse à tona uma inexplicável greve de guardas de presídio alegando falta de segurança no trabalho como alegam falta de segurança quando as ocorrências delituosas no interior do presídio chegavam ao nível zero, fato inédito na história da penitenciária. Por outro lado, qual sinistra orquestração, o Juiz Corregedor Haroldo Pinto da Luz Sobrinho estoura na imprensa, irresponsavelmente, denúncias, sem qualquer fundamento, sobre a existência de uma dita organização criminosa, “Serpentes Negras”. Nada se comprovou nesse sentido até o momento, valendo ressaltar que o Sr. Secretário da Justiça veio a saber da denúncia pelos jornais em inexplicável desrespeito ao bom senso e cautela que devem ser seguidos em assuntos de tão delicada natureza. Não bastasse, o Dr. Juiz Corregedor passa a exigir revistas absolutamente vexatórias dos presos no Fórum, com total desrespeito à dignidade humana. O mesmo acontecendo com as visitas de familiares nas Penitenciárias, TUDO LEVA A CRER TRATAR-SE DE MAIS UMA MANOBRA visando a manutenção do “status quo” anterior com o consequente desgoverno e total impunidade daqueles que veem na miséria humana forma de satisfação pessoal espúria. Por todos esses motivos e os demais que vêm sendo veiculados amplamente pelos meios de comunicação, o PT, Partido dos Trabalhadores, exige o imediato afastamento do Juiz Corregedor dos Presídios e da Polícia Judiciária. Estamos totalmente solidários com o Sr. Secretário da Justiça, que merece nosso total apoio nesse infeliz e irresponsável episódio.

Deputado Geraldo Siqueira, Líder do PT; Assembleia Legislativa de São Paulo.

A nota de solidariedade lida por Eduardo Jorge demonstra que a o problema afetou não só a segurança pública e seus operadores, mas inclusive a esfera política, isto é, as agitações fizeram com que um partido político se posicionasse publicamente em meio à conjuntura vivenciada na prisão. Tratava-se de uma disputa política que se dava em torno da democratização do país, visões de mundo e ideologias distintas; a segurança pública era um foco de disputa em meio a tantos outros na época.

5. O depoimento de Haroldo Pinto da Luz Sobrinho

Na 10ª reunião da CEI, no dia 29 de junho de 1984, conforme orientado no encontro anterior, foi enviado um convite a Haroldo Sobrinho para prestar depoimento acerca da denúncia que ele mesmo difundiu, pois estava agitando a opinião pública e as prisões. Igualmente foi solicitada uma cópia dos documentos resultantes das investigações de Haroldo, ou seja, as provas pelas quais o juiz se baseava para sua acusação. Ao contrário das expectativas, o juiz-corregedor não compareceu de imediato, e, acrescento, nunca o fez, não realizou o depoimento e nem entregou as ditas provas. A resposta à convocação foi:

São Paulo, 28 de junho de 1984.

Sr. Presidente, tenho a honra, em resposta aos dois ofícios que nesta data recebi de v.exa. comunicar-lhe 1º que o comparecimento do Juiz Corregedor dos Presídios, Dr. Haroldo Pinto da Luz Sobrinho perante a Comissão Especial de Inquérito, presidida pelo nobre Deputado Antônio Rezk, dependerá de autorização do Conselho Superior da Magistratura, não havendo a menor condição para que o comparecimento possa ocorrer com a urgência solicitada pois a remessa de elementos constantes de investigação relativa à existência de Comissões de presos, por seu caráter sigiloso, dependerá de oportuna deliberação do Conselho Superior de Magistratura, impossível de ser tomada no momento. Em breve voltarei a comunicar-me com v.exa. Sobre as solicitações recebidas. Aproveito a oportunidade para renovar a consideração.

Bruno Afonso De André, Presidente do Tribunal de Justiça.

Para os membros da CEI, essa resposta significou basicamente o adiamento do encontro com o juiz, caso houvesse um. O motivo para tanto foi que na semana seguinte a Assembleia Legislativa entraria em recesso, acarretando na paralização das investigações por 1 mês, significando Haroldo Sobrinho só poderia ser ouvido em agosto daquele ano. Esperar tanto frente ao clima de tensões seria muito custoso devido a urgência que a situação exigia.

Sabemos que ao mesmo tempo em que operou a CEI, o Conselho Superior de Magistratura também estava investigando o caso. Eram duas investigações, sobre a mesma questão, feita por dois grupos diferentes e que não dialogavam entre si. Essa situação contribuiu para deixar o clima ainda mais tenso, acirrando a disputa em torno da verdade sobre as serpentes. Haroldo Sobrinho parecia colaborar mais com os desembargadores, pois entregou as provas sigilosas de sua investigação a eles e não dialogou com nenhum outro

grupo interessado em respostas. Além disso, lembremos, encaminhou a própria denúncia diretamente ao tribunal.

Frente à resposta do Tribunal de Justiça, o presidente da CEI, Antônio Rezk, registrou seu estranhamento, principalmente pela demonstração de falta de pressa de Haroldo Sobrinho em depor sobre o caso; ou melhor, depor especificamente à CEI, pois o mesmo fazia muitas declarações aos jornais, cedendo entrevistas completas.

Em que pese todo o respeito que temos pelo Poder Judiciário, mas queremos estranhar a não pressa e o impedimento formal da apresentação do Dr. Haroldo Pinto da Luz Sobrinho numa questão que ele próprio levantou e agitou por meio da imprensa junto à opinião pública, num fato que reputamos extremamente grave, porque não apenas gera intranquilidade na população carcerária, mas gera também intranquilidade e sentimento de insegurança na própria população do Estado. Estranhamos mais que o Juiz Corregedor não tenha tido ele próprio o interesse de apresentar a autorização formal e a sua presença nesta Comissão de Inquérito, sob alegação dada a esta casa de que o Conselho Superior de Magistratura estaria investigando a denúncia do Juiz Corregedor e que o mesmo não poderia, sem a autorização desse conselho, prestar depoimentos ou dar entrevistas. No entanto, o jornal “*O Estado de S. Paulo*” informa que o Juiz Haroldo Pinto da Luz Sobrinho considera altamente positivo a notícia de que a Comissão de Desembargadores vai apurar suas denúncias sobre a organização criminosa Serpentes Negras e sobre as atividades da Comissão de Solidariedade da Penitenciária do Estado. [...] Haroldo falou à saída do Seminário da OAB sobre criminalidade e justiça, realizado ontem pela manhã na Câmara Municipal. Então, me parece que o Juiz Corregedor não está tendo nenhum impedimento formal para prestar declarações públicas e menos ainda falar e prestar declarações em seminários sobre o mesmo assunto, só estando impedido de prestar esclarecimentos a esta Comissão de Inquérito. Com o respeito que o Poder Judiciário nos merece e que merece deste Deputado, quero registrar o nosso protesto e lamentar a leviandade que conduz os passos de um Juiz Corregedor que acima de tudo teria que pautar sua conduta pela seriedade, pela austeridade e pela postura reservada própria de um Juiz. Esta presidência emitirá ao final da reunião das nossas atividades uma nota a respeito (Antonio Rezk, Presidente da CEI, 438/84, 29/06/1984).

Nessa altura da discussão, conforme podemos constatar na fala de Rezk, os ânimos em relação ao diálogo entre as duas investigações, pertencentes a dois poderes distintos, Legislativo e Judiciário, não estavam bem. A ausência de diálogo e desconforto estava evidente entre as partes.

CAPÍTULO III: A breve experiência de visibilidade e voz

1. Uma conversa ao vivo na TV

Essa foi mais uma experiência propiciada pela atmosfera das políticas de humanização em São Paulo: a reunião de um grupo de presos, especificamente os membros da Comissão de Solidariedade, para uma discussão com intelectuais, políticos e autoridades ligadas ao sistema prisional paulista. A conferência transmitida ao vivo em rede televisiva nacional foi um raro acontecimento, muito possivelmente inédito.

A emissora de televisão que proporcionou o debate foi a TV Cultura, no programa RCT Debates, cujo apresentador era Rodolfo Konder. Para participar, estavam nos estúdios o Secretário da Justiça, José Carlos Dias; o juiz-corregedor, Haroldo Pinto da Luz Sobrinho; o diretor da Casa de Detenção, Luiz Camargo Wolfman; o Diretor Geral da Penitenciária de Pirajuí, Luiz Gonzaga Vieira; o professor Paulo Sérgio Pinheiro; o Jornalista Percival de Souza; o jurista Hélio Bicudo; o psiquiatra João Batista Breda; Wilson e Fernando, guardas penitenciários e Roberto da Silva, egresso da prisão.

Ao mesmo tempo, em outro estúdio improvisado, diretamente do chamado complexo do Carandiru, o jornalista Júlio Lerner mediava a mesa composta por: alguns membros da Comissão de Solidariedade, Gilberto, Rafael, José e Guilherme (sobrenomes não apareceram na tela)⁴⁴; a assessora para assuntos penitenciários, Maria Inês de Oliveira Sampaio e o Diretor de Qualificação, José René Pires de Campos. O grupo estava sentado em uma mesa disposta no centro de um saguão; ao fundo era possível ver presos observando atrás das grades de suas celas. Horas antes do início do programa a emissora enviou funcionários para montar todos os aparelhos necessários para que a transmissão fosse realizada satisfatoriamente com a qualidade e a segurança exigida.

Na mesma época estreou o documentário “Pra que serve uma prisão?”, com a participação de Julio Lerner. A ideia era reunir presos e autoridades para uma roda de discussão sobre o tema em comemoração ao lançamento do documentário⁴⁵.

⁴⁴ Os nomes dos presos e guardas participantes serão fictícios para preservar a identidade dos mesmos.

⁴⁵ (SOUZA, Percival; *O Estado de S. Paulo*, 27 de junho de 1984, “Serpentes tatuadas, uma proteção extra?”).

A dinâmica do programa ocorreu de acordo com as colocações, posicionamentos, perguntas e respostas dos participantes, coordenados pelo apresentador. A ideia era de que os principais a serem ouvidos na discussão seriam os presos, que poderiam solicitar a palavra a qualquer momento dando um sinal para o coordenador do debate presente no Carandiru, e, assim que possível, a palavra seria cedida ao solicitante.

Desde o início o debate foi apresentado da maneira mais horizontal e democrática possível, gerando expectativa para alguns, desconforto para outros conforme podemos notar ao longo da transmissão. A oportunidade de palavra era igual para todos.

O programa iniciou com Rodolfo Konder dizendo as seguintes palavras, que caracterizam o teor do debate prestes a iniciar: Para que serve uma prisão? Para recuperar os presos ou para que a sociedade se vingue deles?

Sem seguida foram apresentados, por Konder, os membros participantes presentes nos estúdios da emissora, e, por Julio Lerner, os presentes na Penitenciária. Lerner comenta sobre as eleições diretas entre os presos, que escolheram 47 internos para representá-los por meio da Comissão de Solidariedade. Dentre os escolhidos, dez deles participariam do programa. Ao receber a palavra novamente, Konder comenta, referindo-se à Comissão de Solidariedade: Parece que as diretas já, já chegaram ao presídio.

Não trataremos detalhadamente sobre o programa, mas algumas falas e reações serão importantes para complementar a nossa caracterização da atmosfera do período. O primeiro a receber a palavra foi José Carlos Dias, que comentou sobre a agenda de reformas que sua gestão buscava efetivar.

Antes de mais nada, acho que estamos mudando uma mentalidade. Aquilo que sempre se procurou esconder, hoje nós tentamos abrir à opinião pública, porque a Democracia está chegando. A discussão, a suspensão da censura, a imprensa, o acesso a todo o tipo de comunicação, jornais, revistas, livros, a possibilidade da imprensa e da sociedade civil estar presente dentro das prisões. [...] O problema gravíssimo da super população penitenciária, agravada com a crise, a criminalidade crescendo, setores da população pedindo vingança e não compreendendo um trabalho de humanização, não compreendendo que a humanização reflete numa íntima análise na própria segurança da população.

(José Carlos Dias, RCT Debates, 1984)

A discussão seguiu abordando o caráter contraditório da prisão, seus objetivos e resultados. A prisão, conforme colocado em no livro *Vigiar e Punir*, 1975, é a escolha errada que fizemos e da qual não podemos abrir mão facilmente: esse era o plano da discussão

naquela noite. A prisão não recupera, ao contrário, engendra os problemas pelos quais ela foi criada para conter. O desafio seria então, inicialmente, no mínimo, fazer com que ela exercesse sua função e apenas isso, ou seja, funcionar como pena de restrição de liberdade. Um dos grandes dilemas é que as engrenagens que fazem a prisão existir e funcionar permitem uma série de punições alternativas que se aplicam juntamente com, e além da, restrição de liberdade. Foi essa a linha de raciocínio apresentada por Gilberto, membro da Comissão de Solidariedade, quando estava com a palavra. Quando questionado pelo apresentador qual era a função da prisão, responde:

A prisão é um ambiente de tristeza e sofrimento. A prisão é uma escola como outra qualquer, porém é uma escola do crime, é uma escola que forma bandidos, criminosos, pelo seu sistema falido de tantos anos, que atualmente graças à sua excelência Dr. José Carlos Dias, ao Ministro da Justiça, Ibraim Abiak, ao novo Governador de São Paulo e a tantas outras autoridades, está se transformando numa casa de reeducação. Nesta penitenciária do Estado, através dessas comissões de sentenciados que foram feitas, através de um ambiente mais humano. Eu acho que a sociedade só tem a lucrar com isso, pois se criarem feras aqui dentro, a sociedade terá que enfrentar feras. E as feras só podem causar prejuízos à sociedade. Se criarem seres humanos aqui dentro, a sociedade receberá como gente que não mais fará mal a sociedade, mas só trará benefícios.

(Gilberto, Membro da Comissão de Solidariedade, RCT Debates, 1984)

Todos os participantes tiveram a palavra em algum momento e se posicionaram de acordo com o andamento do assunto. Houve relativo desconforto entre Haroldo Sobrinho e José Carlos Dias, assim como entre alguns presos e Haroldo Sobrinho, que foi questionado por algumas promessas que não foram cumpridas, sobretudo o melhoramento do auxílio jurídico, uma das principais demandas dos internos. O tom não agradou o juiz-corregedor, que por mais de uma vez interrompeu e pediu direito de resposta imediata.

Dr. Haroldo, na reunião que o Marcos explicou [em outra fala], que o senhor esteve aqui presente na penitenciária conversando com os elementos da Comissão de Solidariedade, o senhor prometeu um juiz e um promotor e também a taquigrafia da reunião; inclusive, nem taquigrafia, nem juiz e promotor, porque realmente a excelência aqui designada está chegando aqui por volta das suas 10 horas ou 10 horas e 30 minutos, e conhecendo as oficinas, sendo que o setor de oficinas é um órgão competente ao nosso diretor de produção e qualificação. A excelência teria que no caso visitar o nosso setor prontuário, que é totalmente desorganizado, não há condições de se tirar informações do indivíduo preso porque as informações do prontuário são totalmente defasadas.

(Rafael, Secretário Geral da Comissão de Solidariedade, RCT Debates, 1984)

A gravação da conferência, a qual tive acesso graças ao professor Roberto da Silva, que por sinal estava presente no debate representando os egressos, nos permite captar uma série de reações, comportamentos, expressões faciais, entonação da voz e etc. O clima do debate, embora democrático, foi de certa forma tenso. Para termos uma noção, Percival de Souza, jornalista que acompanhava os rumos da segurança pública da época, convidou os presentes a fazerem, sem delongas e fantasias, um exercício realista da prisão. Foi enfático. Paulo Sergio Pinheiro respondeu ao jornalista, discordando:

Eu gosto sempre de participar dos debates onde esta o Percival, pois ele nos convida ao realismo, mas eu acho que diante do surrealismo que é a punição, eu acho que devemos partir de suposições não realistas. [...] Qual a via realista ao nível do sistema penitenciário? É a mesma via em relação aos manicômios. Visto que ninguém acha, nem a melhor democracia do mundo, nem outras experiências no meio do caminho descobriram. O que nós temos que fazer? É humanizar. É o caminho da humanização! [...] Outra coisa extremamente positiva que eu tô vendo no depoimento, é a organização dos presos, isso é uma outra coisa básica. Não é só nós decidirmos o que é bom pra eles, mas que eles também se manifestem. Não é problema de democratizar a prisão, que é um sistema autoritário, mas é de humanizar através de todos os mecanismos que a nossa imaginação possa provocar.

(Paulo Sérgio Pinheiro, Pesquisador e membro da CTV, RCD Debates, 1984)

As condições físicas da fita VHS que continha a gravação do programa não estavam boas devido o desgaste do tempo. Parte da gravação estava embolorada e não pôde ser acessada. Mais precisamente, não conseguimos reproduzir o ultimo terço do programa. Assisti o debate por meio de uma gravação em feita em DVD, a partir da antiga fita original VHS. Não vi o conteúdo dos últimos momentos do debate, mas podemos ter uma ideia de acordo com o andamento das falas.

Roberto da Silva, que participou do debate, lembrou o momento durante a entrevista que realizei com ele. Desde o início comentou ser o evento uma prática extremamente inovadora para a época; afinal, presos com a oportunidade de falar por eles mesmos, dirigindo-se a tantas autoridades importantes que decidiam e geriam a vida deles na prisão, ao vivo na televisão, não era pouca coisa.

Uma parte interessante da entrevista com Silva foi quando ele lembrou a referência que Haroldo Sobrinho fez ao crime organizado que havia denunciado. O juiz corregedor em momento algum mencionou o nome “Serpentes Negras”, mas fez uma alusão à existência do grupo, que anunciou ser uma espécie de “Sindicato do Crime”. Por que evitaram o assunto

que estava fervilhando na época? Não soube identificar, mas as falas mostram que a pauta estava em jogo; tal qual um espectro que ronda e influencia o ambiente sem ser visto.

Após o programa, os principais jornais fizeram ao menos uma pequena referência ao acontecido, cada um dando ênfases diferentes. O *Estado de S. Paulo* foi o que apresentou mais críticas ao debate, acusando os presos de terem sido arrogantes e desrespeitosos. Seguem duas publicações com ênfases diferentes sobre o mesmo assunto para podermos ter uma noção dos discursos veiculados.

Presos debateram com autoridades na TV

O programa “RCT Debate”, levado ao ar no dia 7 pela TV Cultura, ao vivo, mostrou durante cerca de duas horas detentos membros da Comissão de Solidariedade ao Preso na Penitenciária do Estado discutindo problemas carcerários com o secretário da Justiça, José Carlos Dias, o juiz corregedor Haroldo Pinto da Luz Sobrinho, o diretor da Casa de Detenção, Luiz Camargo Wolfman, guardas de presídio e mais algumas pessoas ligadas ao assunto. Não se levantaram questões ou denúncias diferentes das que em geral são feitas: a violência nos presídios ou a morosidade da Justiça na liberação de presos já próximos da liberdade. Mas o que se viu de inédito foi o debate de igual para igual (em termos de oportunidade da palavra) entre condenados e autoridades.

Folha de S. Paulo, 22 de junho de 1984.

Na TV, toda a arrogância dos presos.

O “Programa RCT Debate”, levado ao ar pela TV Cultura, no último dia 7, trouxe a público um tema que não é novo – a questão carcerária -, discutido por presidiários, autoridades e especialistas. No entanto, impressionou e surpreendeu os telespectadores. Talvez pela postura com que quatro sentenciados (membros da “Comissão de Solidariedade” de Detentos da Penitenciária do Estado) interpelaram os demais participantes.

Não agrediram ninguém verbalmente, mas falaram em condições de igualdade com os outros debatedores. Para quem começasse a ver o programa sem ter ouvido as apresentações e, caso não surgisse com frequência no vídeo o nome de quem estava com a palavra, poderia parecer que se tratava de ferrenhos defensores dos presos, mas não que eles estivessem também privados da liberdade. Usaram de expressões bastante duras ao se dirigirem ao juiz corregedor dos Presídios, Haroldo Pinto da Luz Sobrinho, e ao diretor da Casa de Detenção, Luiz Camargo Wolfmann, a quem um deles chegou a acusar de corrupto.

Luizão, como é chamado o diretor, defendeu-se obviamente, pediu provas da grave acusação. Foi claro o mal-estar no estúdio da emissora, onde se encontravam os demais

participantes do debate (os detentos falavam da própria penitenciária). Luizão não conseguiu esconder seu constrangimento.

Participaram do debate o secretário da Justiça, José Carlos Dias; o juiz-corregedor dos Presídios, Haroldo Pinto da Luz Sobrinho; o diretor da Casa de Detenção, Luiz Camargo Wolfmann; o diretor-geral da Penitenciária de Pirajuí, Luís Gonzaga Vieira; o historiador Paulo Sérgio Pinheiro; o jornalista Percival de Souza; o advogado Hélio Bicudo; o psiquiatra João Batista Breda e Maria Inez de Oliveira, assessora da Secretaria da Justiça; além de dois guardas penitenciários (Wilson e Firmino) e quatro detentos (Gilberto, Guilherme, José e Rafael). Os nomes deles não apareciam completos no vídeo.

O secretário José Carlos Dias permaneceu impassível diante das acusações e críticas feitas pelos representantes da Comissão de Solidariedade (segundo um dos apresentadores do programa, a população carcerária da Penitenciária – 1.200 sentenciados – escolheu em eleições diretas 47 membros da comissão), ao juiz-corregedor e ao diretor da Detenção. Ambos ficaram literalmente jogados a própria sorte, valendo-se cada um da sua capacidade de defesa.

O Estado de S. Paulo, 24 de junho de 1984.

A leitura das notícias mostra o tom diferente que cada veículo tratou o assunto, sendo o jornal *O Estado de S. Paulo* aquele que assumiu a postura mais dura em relação ao debate, sendo o próprio título do texto uma evidência; inclusive chamando a atenção para a forma como os presos falaram em posição de igualdade e oportunidade de fala com as autoridades. Foi nessa mesma perspectiva que Percival de Souza, repórter do grupo *O Estado de S. Paulo* escreveu um texto sobre a noite do debate do qual fez parte, fazendo críticas a agressividade dos presos e confessando que o clima no estúdio foi muito tenso.

Não sei se atitude dos presos da Comissão Solidariedade foi premeditada. Mas o fato é que os porta-vozes da população carcerária do estabelecimento penal de segurança máxima que é a Penitenciária do Estado tornaram-se cada vez mais agressivos, passando a questionar (o que seria legítimo num debate democrático) alguns dos convidados. Mas o questionamento se transformou, em vários momentos, em acusações pesadas, grosseiras e improcedentes – principalmente as dirigidas ao diretor da Casa de Detenção, ao juiz-corregedor dos Presídios e, por vezes, ao diretor da Penitenciária de Pirajuí.

(SOUZA, Percival; *O Estado de S. Paulo*, 27 de junho de 1984, “Serpentes tatuadas, uma proteção extra?”)

O próprio jornalista assume ter se exaltado um pouco com os comentários e colocações dos membros da Comissão de Solidariedade. Comentei anteriormente que a experiência de assistir ao vídeo do debate é diferente da de relata-lo em texto, pois se perdem reações únicas como mudança na entonação de voz, movimentos corporais, expressões

faciais, gestos com a mão etc. Por esse motivo acrescento que os participantes que mais demonstraram desconforto e indignação com a igualdade na oportunidade de fala foram visivelmente no programa Haroldo, Luizão e Percival.

Lembro-me que eu também fiquei muito tenso, e por razões simples. Conheço, e bem, os personagens da Comissão. Sei o que fizeram e o que deixaram de fazer. Ninguém está na Penitenciária porque ajudou uma senhora idosa a atravessar a rua. [...] Outro, sempre agressivo, quis insinuar que eu estava “acobertando” o diretor da detenção. Insurgi-me novamente, até com ironia: “Vocês nem parecem 157, estão parecendo 171”... E disse: “Vocês estão preocupados com o poder interno e nós em discutir reais causas da criminalidade”. (157 é o artigo do Código Penal que prevê os roubos a mão armada; 171 é o artigo do estelionato – e a comparação é considerada irritante para assaltantes).

Outro preso me acusou: “Capcioso”. Interrompi na hora e refutei com veemência: “Tenho orgulho da minha receita de viver com dignidade e de não traficar jamais sobre meus princípios”. E disse isso não porque era um preso; já usei essa frase, anteriormente, para um promotor atrevido, colecionador de derrotas em júris do chamado “esquadrão da morte”. Portanto, defesa sem preconceitos. Sinceramente, pensei que me havia excedido.

(SOUZA, Percival; *O Estado de S. Paulo*, 27 de junho de 1984, “Serpentes tatuadas, uma proteção extra?”)

O RCT Debates foi uma experiência que nos permite situar o momento e o tema no qual este trabalho se debruça. O encontro trouxe uma novidade para a rede televisionada, procurou, de certa forma, dar oportunidade para presos serem ouvidos por meio das próprias vozes. Talvez os resultados desse encontro tenham sido mais negativos para a imagem dos presos perante a sociedade, pois, como vimos, a ênfase negativa foi mais veiculada do que a positiva.

2. Democárcere: ruptura do silenciamento

Uma das propostas de abertura e transparência na prisão paulista foi a criação de um jornal organizado e escrito por presos, que circulou dentro da Penitenciária do Estado, com patrocínio da Secretaria de Justiça. Analisaremos agora esse jornal chamado *O Democárcere*,

que é um documento interessante em muitos aspectos, sobretudo a maneira como um grupo de presos selecionou temas que consideravam relevantes para exposição e discussão.

No final da gestão de José Carlos Dias, em 1986, um grupo de aproximadamente vinte detentos teve a iniciativa de produzir e publicar um jornal destinado à população da Penitenciária do Estado. A conjuntura política era, como visto, favorável, apesar de frágil e instável, para que essa demanda fosse atendida, permitindo a formação de uma equipe administrativa para a produção do jornal⁴⁶.

Essa iniciativa foi na contra mão da tradição de silenciamento e ausência de visibilidade pública que a prisão mantinha, pois a proposta abriu um canal de comunicação que deu “voz” aos presos, que expuseram suas impressões do mundo murado que os cercava, abordando problemas e possíveis soluções.

Como sabemos, foram muitas reações contrárias a qualquer política de abertura e humanização na prisão, e com a iniciativa do jornal não foi diferente. A justificativa era de que as “liberdades”, “regalias” e “afrouxamento punitivo” eram inadmissíveis para “bandidos”, e, ainda, que as reformas propiciariam o incentivo, fortalecimento e estruturação ainda maior da criminalidade. *O Democárcere* contou apenas com o primeiro e único volume, sendo encerrado logo depois de sua estreia, provavelmente como uma consequência desse acalorado debate em torno dos direitos de presos.

O conteúdo dos artigos em si expressava preocupações com o dia a dia da prisão vivido pelos presos, que na ocasião eram cerca de 1.300 (GOES, 2004). Os temas “intramuros” eram relativos à situação da prisão no Brasil, precariedade do atendimento médico, ausência de esportes, a questão da ociosidade, a manutenção da assistência religiosa, conscientização anti-tabagismo e incentivo a união dos presos visando apoio e proteção mútua. Os assuntos referentes às questões “extramuros” eram informações sobre campeonato de futebol, questão da criança e adolescente na criminalidade e a questão da mulher na sociedade. Veremos com mais detalhe esses itens.

⁴⁶ A gestão do jornal era composta por: Abner Guimarães (Editor), Henrique Moreno (Diretor de Redação), J.P.S de Almeida (Redator), Orlando Moreno (Redator), Valter Aparecido Bruschi (Redator), Ricardo de Souza (Diagramação), Suzana de Barros Freire (Diagramação), Manuel Monteagudo Poza (Diagramação), Milton Luciano (Relações Públicas) e José Luiz da Costa (Datilógrafo). Os colaboradores eram Simeão Lemos, Reny Focheto, Jôca, Roberto de Araújo, Ioshiro Ibusuki, José Isnard Martins, José Alves, Pastor Cyro Coning, Professor J.M Junqueira, Paulo Rogério, Ivanânia Bruschi, Raul Goliffmman e Guriatã. Aqui optei por manter os nomes originais referenciados.

A proposta do jornal e a “voz” por direitos

O Democárcere tinha como proposta constituir um canal de comunicação para veicular ideias, demandas, informações e, acima de tudo, a conscientização dos presos como sujeitos portadores de direitos e voz. O próprio nome do jornal demonstrava sua orientação e o situava no momento político da época.

Amigo leitor, o nosso jornal tem objetivo construir, e construir também é nosso Lema. Sim, construir. Construir um canal para veicular nossas ideias, a fim de podermos demonstrar à Sociedade que nos segregou no cárcere, que somos seres humanos e sonhamos também com um mundo melhor, com uma sociedade justa, que temos as mesmas aspirações, como todos os homens, e que desejamos ser livres (*O Democárcere*, 1986, p.2, “Editorial”).

No conteúdo das notícias em geral, existe uma preocupação em desmistificar a imagem do preso como um pária sem salvação e um monstro anormal, imagem que diziam ter sido modelada pela própria sociedade. A proposta também foi a de mostrar o caráter humano do erro e da possível remissão do mesmo; apresentar essa ideia não só para a sociedade fora da prisão, mas principalmente para a sociedade dentro dela.

Nosso jornal tem uma missão muito importante: construir uma nova imagem do elemento preso, mostrar nossa face verdadeira, que não é a do réprobo, a do pária, a dos homens sem futuro, sem consciência, mas dos elementos que sempre pagam muito caro pelos erros cometidos (*O Democárcere*, 1986, p.2, “Editorial”).

(...) esperança de sermos compreendidos em nossos propósitos de bem informar nossos irmãos sofredores que têm recebido tantas cargas de todos os setores da imprensa “parda”, que só se preocupa em assinalar o lado negativo do delinquente, fazendo com que nossa imagem seja sempre a figura distorcida do anti-social (*O Democárcere*, 1986, p.2, “Injeção de Ânimo”).

Um mecanismo muito utilizado para que essa imagem fosse difundida era a imprensa, principalmente por meio do jornal e rádio. Em vários momentos acompanhamos nos artigos a tentativa de expor uma defesa frente a essa imprensa que, segundo eles, o tempo todo procurava demonizar os detentos, assim como os desqualificar e, além, deslegitimar a política de humanização que vinha ocorrendo.

Não somos os donos da verdade e nem pretendemos ser, todavia, aspiramos poder apresentar a toda sociedade, uma análise feita no vasto mundo do crime, onde a verdade será encontrada por você, leitor que está habituado a receber

informações de fontes ligadas diretamente ao problema (...) (idem, p.4, “Mundo do Crime”).

Como sabemos, população carcerária revoltou-se por seus direitos, em processo de consolidação, estarem sendo paulatinamente dificultados e muitas vezes destituídos. Por esse motivo era muito importante desconstruir essa imagem dentro e fora dos muros da prisão, fazendo uso do espaço, inédito até então, para veicular o ponto de vista dos internos.

Por que somos sempre lembrados pelo mal que praticamos no passado, ninguém se importa ou procura saber como é processada a nossa reeducação dentro dos presídios. Quem não errou uma vez na vida? Quem nunca cometeu algum tipo de contravenção? Quem nunca infringiu uma norma legal? Quem errou não merece redenção? A justiça pode servir de instrumento da vingança pública? Não! Será que um indivíduo terá de pagar pelo resto da vida por um erro cometido? Já não bastam os anos vividos na prisão? – Sim. Esta deveria ser a resposta à questão. Será que somos lembrados só nos piores momentos? Será que só servimos de joguetes nas mãos de maus políticos e radialistas manipuladores da opinião pública? (*O Democárcere*, 1986, p.4, “Um grito de alerta”).

Sobre a religião

A religião foi um tema abordado nas páginas do jornal. Os textos relataram a importância da presença regular da religião cristã na prisão, assim como a conscientização imediata dos presos de que Cristo em breve voltaria, e, portanto, era necessário frequentar os cultos religiosos buscando a salvação.

A notícia indica que a prática religiosa nos presídios estava em baixa, não apenas pela pouca adesão, mas também pela ausência de incentivo e investimento por parte da administração penitenciária. A demanda clamava por uma assistência religiosa imediata, com a justificativa de que era um fator fundamental para a reabilitação, transformação e libertação do homem preso.

O DEMOCARCERE faz um apelo às dignas autoridades deste Instituto Penal, no sentido de que se examine a questão do funcionamento regular das atividades religiosas tradicionais. (...) Sugerimos que as duas diretorias a de Reabilitação e a de Segurança, harmonizem-se no sentido de viabilizar os lugares e os horários destinados a cada forma de prestação de culto a Deus (*O Democárcere*, 1986, p.7, “A propósito dos cultos”)

Sobre o fumo

Uma das preocupações presentes era a saúde do preso. Sabia-se que o atendimento hospitalar era precário, muitas vezes sequer existente. A questão do tabagismo era marcante: a maioria dos internos era fumante. Um dos textos é bem informativo sobre o caráter nocivo do cigarro e suas consequências para a saúde tanto do fumante quanto aos que ficam ao redor.

A bem da verdade, já ficou bem claro que o hábito de fumar é nocivo à saúde, já amplamente demonstrado através de muitas pesquisas mundiais. Mas, infelizmente e lamentavelmente, o povo em sua maioria continua fumando. [...]

Prezados leitores, esperamos haver dado nossa humilde contribuição no combate ao tabagismo. Aceitamos cartas e sugestões para esse assunto, que considero de grande importância para a nossa saúde e daqueles que estão ao nosso redor (idem, p.10, “Fumar: um vício ou um hábito?”)

Sobre o trabalho e a ociosidade

O trabalho também foi tema presente no jornal. Em linhas gerais, argumentou-se a importância de tal atividade na penitenciária, não só o trabalho em si, mas as formas e as condições do mesmo. O maior problema, além da ociosidade, era a situação financeira do preso, que em geral é muito precária e não pode sustentar minimamente os familiares que estão fora da prisão, o que torna a situação desesperadora, pois esses mesmos familiares com poucos recursos que auxiliariam financeiramente o parente preso. O apelo por uma atividade minimamente remunerada foi feito para que o preso pudesse sustentar-se sem ajuda externa, fazendo valer, dessa forma, um direito.

Tendo observado o problema do trabalho existente nesta Casa e sentindo na pele o angustioso clima de ociosidade que reina no ambiente, decidimos escrever este artigo para externar uma ideia que não é apenas nossa, mas de todos: a falta de trabalho para os internos (idem, p.14, “Trabalho para todos”)

Um dos maiores problemas dessa Penitenciária e, pelo que nos consta, de todo o Sistema, é que nessa década as prisões se transformaram num “Paraíso de Ociosos”, como qualquer burro sabe, é um inferno (idem, p.15, “Crítica”).

Sobre o esporte

Uma coluna interessante do jornal trata de modalidades esportivas, tanto dentro quanto fora da prisão. As que se referem ao esporte fora da prisão são notícias gerais do andamento

do campeonato de futebol, times, classificação no campeonato, número de gols, atletas e etc. Sobre o esporte dentro da prisão, existe a demanda por mais atividades esportivas além do futebol, como por exemplo, vôlei, basquete, corrida, xadrez, dama e etc. Dessa forma, para eles a vida intramuros seria melhorada e a ociosidade seria combatida (idem, p.11, “Futebol: prato único?”).

Em defesa da humanização e da Comissão de Solidariedade

O principal símbolo das políticas de humanização dos presídios foi a implementação de um canal de comunicação e representação oficial de presos no sistema penitenciário paulista; essa instituição foi chamada, como sabemos, de Comissões de Solidariedade, que começaram a operar em março de 1983. Essa história já foi abordada no primeiro momento deste trabalho. Os presos dedicaram um espaço no jornal para comentar e se posicionar perante a conjuntura.

Em 84 em uma atitude claramente política, usando a penitenciária como arma de conspiração, alguns membros do judiciário, muitas outras autoridades e também componentes da imprensa, querendo desestabilizar a política humanística e reformadora que se estabelece em todo o país a partir de 82, teceram e engendraram severas críticas ao Executivo. Denunciando que, por conivência do Executivo, se estavam formando na Penitenciária do Estado varias organizações para fins criminosos. Denúncia esta maquinada diabolicamente e jamais comprovada pelos seus pretenciosos denunciantees. (idem, p.5, “Quem está se beneficiando com o problema carcerário”).

O atual sistema penitenciário tem sido abalado pela avalanche de notícias negativas acerca de certos crimes bárbaros perpetrados contra a sociedade por alguns maníacos e esses crimes tem sido causa de uma série de generalizações por parte dos defensores da própria moral pública (idem, p.4, “Mundo do Crime”).

Uma das matérias publicadas abordou justamente a situação da Comissão de Solidariedade no período, cobrindo o evento da segunda eleição de representantes na Penitenciária do Estado. O texto demonstra a visão de alguns presos sobre importância do programa de José Carlos Dias e seus benefícios, como mediar e as relações entre os presos e entre a administração, representação direta, canalização e exposição de demandas e etc.

Algumas passagens do texto deixam evidente que se tratava de uma tentativa de defesa das duras críticas que o programa vinha recebendo há anos, como podemos notar no próprio título da matéria: “Comissão de Solidariedade, um mal que veio para o bem. As criticas, as

conquistas e as experiências de um grupo que esquece de si para lutar pelos interesses da massa carcerária” (idem, p.8, “Solidariedade”).

A política de humanização dos presídios, implantada pelo Excelentíssimo Governador do Estado, Prof. André Franco Montoro, e também pelo Secretário de Justiça, Dr. José Carlos Dias, está mostrando que qualquer ser humano, desde que apoiado e respeitado por pessoas idôneas, tem condições de mostrar seu lado bom, tem condições de progredir e tem condições de ser útil a qualquer sociedade (idem, p.5, “Chega de piche”)

A criança e adolescente no crime

Sobre os jovens em conflito com a lei, ou vice e versa, o jornal problematiza as estratégias do poder público para lidar com o problema, e mais, acusa esse mesmo poder de negligência e responsabiliza a sociedade pelo abandono, sendo o abandonado um fruto dessa mesma sociedade.

Nos dias que correm, o problema do menor abandonado vem-se constituindo em um dos mais terríveis espinhos encravados na moral de cada um, especialmente na moral política do nosso País e dos nossos governantes. (...)

O PROBLEMA DO MENOR NÃO É UM PROBLEMA DO MENOR, é problema de todos aqueles que se consideram adultos, e, em última análise, um problema nosso, de todos os brasileiros responsáveis (idem, p.6, “O menor nosso de cada dia”).

Grande parte da argumentação defende que esse abandono reflete nas escolhas e trajetória de vida do jovem, pois, sem muitas oportunidades de amparo, acaba tendo nas instituições penais a experiência de aprendizado e iniciação no mundo do crime como um meio de vida e sobrevivência. Todas as oportunidades de acesso e inclusão social – como a educação, o lazer, a cultura e etc – foram negadas, exceto a “oportunidade” de inclusão no sistema penal.

[...] “presidiário” que um dia foi menor, quase sempre desamparado e conhece o quanto são boas as “escolas Febens” que dão o pré-ensino aos bandidos-mirins que fatalmente virão atingir o último grau do aprendizado nas penitenciárias do Brasil (idem, p.6, “Menor: um problema insolúvel?”).

A conclusão é a necessidade imediata de atenção ao problema por parte da sociedade e principalmente por parte dos dirigentes governamentais.

Entra Governo, sai Governo, mas a política a tal respeito continua a mesma: mais presidio, mais presídio, mas nenhum governante parece ter coragem de meter seu machado na raiz do problema, isto é, procurar investir no menor abandonado, no menor carente, no menor delinquente e em todos os demais que vivem sob os mais diversos rótulos congêneres. [...] Nós acreditamos que a culpa é de todos. Não devemos esquecer-nos de que a criança é, ainda, a nossa moeda mais forte (idem, p.6, “A criança ainda é nossa moeda mais forte”).

A mulher

Analisando a situação da mulher no sistema penitenciário, falam da precariedade desse setor até então completamente ignorado. A notícia aborda a desigualdade de oportunidades, machismo, diferença de tratamento e acesso a direitos, como por exemplo, receber visita conjugal.

Segundo o texto, nas penitenciárias femininas as visitas íntimas seriam proibidas, tendo como justificativa a possibilidade de gravidez e, uma vez que de fato ocorra, a administração penitenciária não teria como lidar com a gestante e com o recém-nascido no espaço da prisão. Para sanar esse tratamento desigual, o jornal argumentando que a administração penitenciária deve tratar de forma igualitária, homens e mulheres, dando apoio para as visitas conjugais e distribuindo anticoncepcionais (idem, p. 13, “A mulher no sistema”). Muito mais do que uma análise ou denúncia, a notícia pretende abrir espaço para iniciar uma discussão ampla sobre a mulher na prisão.

Nesta nossa 1ª Edição procuramos nos lembrar do que de mais importante deveríamos colher e atribuir espaço em nosso Jornal.

Partindo desse princípio dividimos o Jornal em 16 páginas, atribuindo a VOCÊ MULHER, sem distinção de raça, cor, credo, estado civil, partido político, classe social, exercício ou nível cultural, que queira participar conosco nesse trabalho, que pretendemos levar avante com toda a seriedade, enviando-nos suas opiniões para serem publicadas, sejam elas críticas, de sugestões, ou simplesmente falando. Todas serão bem recebidas por nós, sem nos importarmos com a função que você ocupe na Sociedade (idem, p. 13, “Mulher”).

Por fim a equipe saúda a deputada Ruth Escobar, intitulada “a primeira Dama do Teatro Brasileiro”. A deputada vinha realizando projetos de disseminação cultural na prisão por meio do teatro e era vista pelos presos como um dos maiores símbolos femininos da luta pela igualdade da mulher (idem, p.13, “Ruth Escobar”).

Em defesa da união

A característica mais marcante do conteúdo do jornal é o apelo para a tomada de consciência que orientaria os presos a se unirem em solidariedade e proteção mútua, para fazer frente às falhas e arbitrariedades tradicionais da realidade da prisão. Conforme vimos, o jornal era direcionado não apenas para um público em geral, mas principalmente para os próprios detentos, pois era, além de tudo, um canal de informação para eles mesmos.

Chamaram a atenção para o problema estrutural da prisão que acarreta muitos outros: a superlotação. O jornal aponta para essa realidade que era um grande agravante da situação carcerária e deveria ser revertido imediatamente ou, caso as autoridades não tomassem uma atitude, seria da alçada deles, os presos, se organizarem para compor melhores condições de vida.

A superlotação carcerária é apontada como responsável pela situação em que se encontram as cadeias públicas e os presídios da Capital e do interior (idem, p.12, “Semi-aberto na penitenciária”).

O jornal ainda expõe uma questão polêmica: o papel dos presos na disciplina e pacificação interna da prisão. Segundo o jornal, os internos estavam trabalhando, na esteira das políticas de humanização, para que o ambiente da prisão se tornasse mais seguro e pacífico.

Nunca a Penitenciária do Estado se encontrou como se encontra agora, a disciplina é exemplar, não mais se veem destruições entre companheiros, como ocorria em tempos passados, não muito distantes. Parece que a população carcerária descobriu que não adianta nos destruímos entre nós mesmos e o que precisamos é nos unir cada vez mais, a fim de mostrarmos à sociedade que somos gente, que pensamos, como seres humanos, que queremos um dia viver normalmente junto a esta sociedade que hoje nos critica (idem, p.5, “Chega de Piche”).

O jornal expõe que em meio a esse ambiente hostil e instável que é a prisão, ainda existem rígidos códigos de conduta que são informalmente aplicados entre os presos para manter a ordem interna, tarefa que o poder público não conseguia realizar de forma eficiente.

[...] até mesmo os presos repudiam certas atitudes praticadas por marginais e não é segredo de ninguém que certos delinquentes, quando são mandados ao cárcere, são submetidos a um segundo julgamento, onde o próprio encarcerado representa todos os papéis da Justiça e, se as ações do delinquente estiverem fora de um determinado campo de tolerância, este será condenado também pelos seus iguais, ficando provado assim que, se dependesse da participação da população carcerária para baixar o índice de crimes violentos, esta espécie de dolo não existiria mais ou, se existisse, seria atributo de personalidades psicopáticas, auto-programadas para esse fim (idem, p.4, “Mundo do crime”).

O artigo intitulado “Vamos dar as mãos” talvez seja o que mais represente esse chamado pela união dos presos, pois nele manifestam o conhecimento das dificuldades que enfrentam e que enfrentariam em relação à circulação da primeira edição do jornal. A expectativa era a de continuidade das publicações, mas sabemos que esse não foi o caso, pois *O Democárcere* foi encerrado logo em seguida.

Acreditaram na nossa força e no nosso equilíbrio e estão nos apoiando, cientes de que sempre estamos dispostos a dar as mãos em torno de todo objetivo que possa de alguma forma construir ou ajudar na construção do nosso futuro, por isto querem participar desta corrente.

E nós estamos felizes, porque depois de tanta luta teremos as nossas edições regularmente e o nosso jornal oficializado pelas mais altas autoridades do Estado. E para que isto tenha êxito completo, temos apenas de continuar de mãos dadas, como sempre A todos, o nosso muito obrigado (idem, p.2. “Vamos dar as mãos”).

3. O Groupe d’Information sur les Prisons (GIP)

Michel Foucault (1956 – 1984) tornou-se referência nos estudos prisionais principalmente após a publicação de *Vigiar e Punir* (1975). Grande parte do livro foi resultado de sua participação na mobilização que deu origem ao Groupe d’Information sur les Prisons (GIP), em 1971, liderado por intelectuais que se articularam com o intuito de denunciar e tornar pública as condições degradantes do sistema penitenciário francês.

Após as agitações de maio de 1968, o Estado Frances buscou recuperar sua autoridade por meio de diversas medidas repressivas. Entre elas estava a dissolução do grupo maoísta da esquerda proletária e a criminalização de manifestações públicas. Nesse processo muitos ativistas políticos de esquerda foram presos e tiveram contato com presos comuns e as condições precárias do encarceramento (SCAVONE; ALVAREZ; MISKOLCI, 2006, p.48).

Dentro da prisão, as lutas políticas travadas pelos presos comuns foram intensificadas com o auxílio dos “novos presos militantes”, que desencadeou uma série de motins. Essa experiência chamou a atenção de alguns intelectuais mais engajados politicamente. Nesse contexto surgiu o GIP, tendo como idealizadores: Jean-Marie Domenach, Michel Foucault e Pierre Vidal-Naquet (SCAVONE; ALVAREZ; MISKOLCI, 2006, p.49-50).

A postura intelectual de Foucault pretendia escapar às formas tradicionais de mobilização política que os marxistas de esquerda desempenhavam até então. Não pretendia

ser o intelectual “porta voz”, liderando os oprimidos para a salvação, abrindo seus olhos para a realidade e dizendo-lhes o que e como fazer. A proposta era, ao contrário, criar condições e possibilidades para que o preso pudesse falar por si mesmo, como entendia seu papel em meio às agitações e expor a realidade em que vive sob sua própria perspectiva. Ao falarmos sobre as condições da prisão e dos presos, devemos escutar também o que eles próprios têm a dizer (ALVAREZ, 2010).

Para tanto, um dos métodos era colher depoimentos dos próprios presos, dar voz e imagem a eles, para assim quebrar a tradição de silenciamento e invisibilidade que eram submetidos. O objetivo não era estimular a revolta por parte dos presos, mas sim mostrar a todos que isso seria inevitável, caso a situação de arbitrariedade e desassistência persistisse. A experiência no GIP foi fundamental para orientar grande parte da produção não apenas de *Vigiar e Punir*, mas de todo um campo de investigação sobre a punição na sociedade moderna (ALVAREZ, SALLA e DIAS, 2013).

O GIP acreditava que a exposição da realidade seria fundamental para a problematização das condições da prisão, sobretudo sob a ótica de seus protagonistas. *O Democárcere*, conforme vimos, tinha objetivos muito próximos aos do grupo, assim como a Comissão Teotônio Vilella e grande parte das chamadas políticas de humanização. Descortinar o véu que encobria prisão, dar visibilidade e voz para os presos era, via de regra, uma tarefa praticamente revolucionária para a época.

Sabemos que não eram todos os presos que participavam da confecção do jornal, assim como não eram todos que o liam. O jornal não representava os 1.300 detentos da penitenciária, mas, ainda sim, era um espaço legítimo para canalizar opiniões e demandas usado por um setor engajado na prisão que procurava, de maneira mais ampla possível, reunir as “vozes” de todos, assim como deixava em aberto as propostas de conteúdo para as futuras edições que esperavam publicar regularmente.

Seja como for, a breve trajetória do *Democárcere* nos mostra uma dimensão afetada pelo advento das políticas de humanização, assim como a grande dificuldade de se implantar políticas de abertura e transparência sem que ocorram duras resistências. Recuperar na história essa experiência que, aparentemente foi inédita no Brasil, nos serve como primoroso material empírico que, acima de tudo, nos mostra a breve “voz” daqueles que até então não exerceram esse direito.

Tal como a proposta do GIP, o jornal buscou dar voz e visibilidade a um ator até então completamente negligenciado pela esfera pública: o preso.

CAPÍTULO IV: O fim das investigações

1. A disputa entre os poderes

Cumprido o prazo de sessenta dias, o Conselho Superior de Magistratura concluiu as investigações e entregou o relatório sobre o caso diretamente ao Governador. A conclusão foi, em linhas gerais, a constatação da existência não apenas de um grupo organizado, mas a de muitos.

Eram muitos grupos fragmentados de presos, que se associavam buscando estratégias de convívio e de socialização. Ficou evidente que nenhum desses grupos possuía o domínio das Comissões de Solidariedade. Durante a pesquisa, apareceram, entre as muitas organizações, indícios e referências ao nome Serpentes Negras, reafirmando assim a possível existência do grupo. Porém, não se podia firmar em que momento esse nome passou a circular na prisão, se antes ou depois da denúncia.

Foi constatada a existência de muitos grupos organizados, mas nenhum possuía as proporções descritas pelo juiz corregedor dos presídios, Haroldo Sobrinho, no ato de sua denúncia; ou seja, eram grupos pequenos, sem capacidade de mobilização conjunta, sem ramificações e influências pelos presídios paulistas e não se sabia se algum deles havia de fato se infiltrado nas Comissões de Solidariedade para agir por meio delas.

Os desembargadores também concluíram que dentre os principais problemas que a prisão enfrentava, estava a atuação da própria corregedoria, que necessitava de mudanças urgentes. Como um tiro que sai pela culatra⁴⁷, acusaram Haroldo Sobrinho de agir de maneira irresponsável em relação à sua denúncia, pois a forma como foi veiculada teve consequências negativas e perigosas no âmbito prisional, causando agitação e instabilidade⁴⁸.

O relatório afirmou que o sistema penitenciário estava em crise e suas principais deficiências eram a falta de assistência judiciária, vagas e a ociosidade. Haroldo Sobrinho negou-se a comentar o relatório e pouco a pouco foi distanciando-se da esfera pública, saindo

⁴⁷ Lembrando que Haroldo Sobrinho encaminhou a denúncia primeiramente aos desembargadores.

⁴⁸ *Folha de S. Paulo*, 21/09/1984, "Desembargadores pedem mudanças em corregedoria".

definitivamente da corregedoria no ano seguinte, início de 1985⁴⁹ devido às pressões. Para Dias o relatório colocava um ponto final nas discussões, que por sinal já haviam se estendido muito.

Paralelamente à conclusão dos desembargadores do poder Judiciário, os membros da Comissão Especial de Inquérito do poder Legislativo não haviam concluído a investigação. As duas equipes não dialogaram entre si no processo da pesquisa, mesmo perante a insistência da CEI para tal comunicação. A impressão era de que o conselho de desembargadores não fazia questão de colaborar com os deputados da outra investigação, recusando a solicitação de que Haroldo Sobrinho prestasse depoimento à CEI, recusando a enviar uma cópia da conclusão e as provas deixadas aos cuidados dos desembargadores.

O relatório final causou agitação parecida com a acionada pela denúncia, pois parte da imprensa, especialmente o jornal *O Estado de São Paulo*, veiculou em primeira mão o resultado e fez uma retrospectiva dos principais momentos do caso Serpentes Negras. Sabemos que as notícias publicadas nos jornais geraram efeitos, inclusive nas investigações do governo; a publicação do relatório do conselho Superior de Magistratura não foi diferente.

Na 14ª reunião da CEI, Álvaro Fraga, tendo em vista as notícias veiculadas pelo *Estadão* sobre a conclusão dos desembargadores, solicitou que enviassem um pedido ao poder Judiciário que concedesse uma cópia do relatório ao Legislativo, pois até o momento não haviam identificado nenhuma evidência coerente sobre a existência de uma organização criminosa nas prisões de São Paulo.

Essa Comissão, por solicitação minha, quando surgiu o episódio “Serpentes Negras”, abriu uma exceção e fomos até a penitenciária, por aprovação dos membros desta comissão, ouvir pessoas envolvidas ao chamado episódio “Serpentes Negras”. Debatesse esse episódio até nos canais de televisão e a população de São Paulo ouviu os nossos debates, as nossas posições e a nossa dúvida de que nada tinha sido provado em termos de “Serpentes Negras”. Deparei-me pela manhã com uma notícia do jornal “O Estado de São Paulo”, de uma página inteira: “Serpentes Negras, organização existe”, um relatório de críticas ao Governo, dos desembargadores e o “Estadão” lembrando as denúncias que fez na data de uma página inteira.

Solicitaria à Presidência e aos membros da comissão, se assim entenderem, que seria oportuno duas atitudes desta comissão. A primeira; se fosse possível, termos acesso a este relatório originalmente no processo indo ao tribunal; a segunda, se poderíamos conversar com o desembargador que presidiu esta comissão e culminando com a vinda, novamente a esta comissão, do Secretário da Justiça, Dr. José Carlos Dias, para que em uma deste relatório, e não de um aspecto político, mas sim de comprovação das coisas que possam existir, termos em nosso debate com o Sr. Secretário.

(Álvaro Fraga, CEI 438/84, 28/08/1984).

⁴⁹Folha de S. Paulo 27/02/1985, p.23, “Haroldo da Luz Sobrinho sai da corregedoria”.

As solicitações do Deputado foram atendidas e encaminhadas para as instituições competentes, mas, veremos, nenhuma se concretizou.

Durante o mês de agosto a CEI voltou a concentrar seus esforços para sua tarefa inicial: investigar a real situação da polícia em São Paulo. Para tanto, convidaram autoridades específicas a prestar depoimento e responder algumas questões sobre a polícia e suas atividades.

Essa volta aos “eixos originais” talvez se explique pelo fato de que não havia mais material para trabalhar no caso Serpentes, pois os depoentes selecionados já compareceram na ALESP e prestaram esclarecimentos e, os que não o fizeram, estavam sendo aguardados. As provas que Haroldo Sobrinho possuía foram entregues ao Conselho Superior de Magistratura, que não as compartilhou com a CEI alegando ser uma questão extremamente sigilosa. Não havia mais fontes o suficiente para dar andamento à investigação das Serpentes, por isso o interesse em receber tanto o documento apresentado pelos desembargadores quanto conversar com o presidente deles para trocarem informações, uma vez que possuíam o mesmo objetivo.

A resposta do Conselho Superior de Magistratura demorou a chegar e veio trazendo a negativa da solicitação dos deputados, causando ainda mais mal estar entre o grupo. A negação do pedido da CEI causou um protesto por parte dos deputados, que não admitiram tal resposta, alegando ter havido um profundo descaso do Tribunal de Justiça para com o Legislativo.

Tenho a informar ao Srs. Deputados, e em especial ao nobre Deputado Álvaro Fraga, que ontem a Presidência da casa me encaminhou cópia de dois ofícios seguidos da Presidência do Tribunal de Justiça em que fica manifesta a negativa daquele tribunal de encaminhar ao Poder Legislativo o relatório por nós requerido, sob alegação de que encaminharam cópia do mesmo ao Governador do Estado. Devo hoje dirigir à presidência da casa, já que ontem no momento em que procurei o Deputado Néfi Tales, ele não estava neste Legislativo, para fazer ver a ele que não pode aceitar uma resposta dessas do Tribunal de Justiça, de vez que o poder Legislativo não é departamento do poder Executivo. Mas eu gostaria que o os Sr. Deputados, membros desta comissão, também se manifestassem a respeito em plenária. Eu devo propor a minha bancada uma reunião para discutirmos e nos dirigirmos ao Presidente da Assembleia para buscarmos uma forma de respondermos ao Tribunal de Justiça. Tenho para mim que está havendo um profundo descaso da presidência do Tribunal de Justiça para com o Poder Legislativo, principalmente uma questão polêmica que levou a confusão à opinião pública, o desassossego, por uma situação criada por um integrante do próprio Tribunal de Justiça (Antônio Rezk, CEI, 438/84, 05/10/1984).

O *Estadão* continuou publicando notícias de caráter alarmista, reiterando sobre a existência e atividades do grupo, que, segundo o jornal, cada vez mais praticava assassinatos e fugas. O jornal tinha circulação e prestígio o bastante para afetar a opinião pública e as autoridades ligadas à segurança pública do Estado, muitas vezes atuando como fonte principal de informações. Esse foi praticamente o único canal de comunicação que Haroldo Sobrinho se manifestou publicamente sobre o caso, enfatizando a existência da organização e o risco de continuar com políticas de reformas nas prisões.

O jornal “O Estado de São Paulo” que é um jornal seríssimo, que é um jornal que leio, não pode estar querendo fazer sensacionalismo, dada a seriedade do jornal, quando reporta fatos “Serpentes Negras matam 4 em Presidente Wenceslau”; “Organização tenta agir em Mato Grosso fora de São Paulo”; “Descoberto um plano de ataque à cadeia de Avaí”; “O assalto de 331 milhões um dos elementos era da Comissão de Solidariedade”; tudo isso, Sr. Presidente, estou levantando não para polemizar mais sobre esse assunto Serpentes Negras mas, para pedir a v. exa, e sei dos seus esforços, mas que o Presidente da casa se essa comissão pudesse hoje ir ao termino dos depoimentos de hoje, até a Presidência, com todos os membros, fazer um veemente apelo ao Presidente da casa que faça se impor como presidente deste Poder e solicite urgência urgentíssima ao Presidente do Tribunal do Poder Judiciário para que remeta a esta casa mesmo em favor especial, se for o caso, a este Poder, uma cópia do relatório Serpentes Negras, o mesmo relatório que o Executivo já tem. Porque sr. Presidente, nós ficamos ao sabor das notícias dos acontecimentos. Esta comissão já se expos quanto do episódio, fomos à Penitenciária, ouvimos depoimentos, fomos as câmaras de televisão, debatemos e deixamos claro que até aquela altura dos acontecimentos não tínhamos nada que nos dissesse da existência dessa organização. Esse jornal que é sério, que reputo sério, não pode estar fazendo tudo isso apenas ao sabor das ondas. Deve haver algum fundamento nisso tudo e se tivéssemos o relatório em mãos, poderíamos já ter visto nesse relatório todas as falhas que são apontadas e os erros que possam ter. Não entendo porque o Poder Judiciário até agora não remeteu a esta casa, ao Poder Legislativo, uma cópia desse relatório.

(Álvaro Fraga, CEI, 438/84, 09/10/1984).

Chegou um momento em que a CEI desistiu de abrir diálogo com os desembargadores, pois a resposta às solicitações, quando chegavam, eram sempre negativas. As novas informações sobre o caso eram adquiridas por meio da imprensa e as fontes das notícias, as pessoas que davam entrevistas e faziam revelações, não eram acessíveis. A equipe seguiu investigando a situação da polícia, praticamente abrindo mão do caso Serpentes por não ter como continuar as investigações.

A última menção ao caso foi realizada por Álvaro Fraga, no dia 6 de novembro 1984, durante uma reunião da CEI. Fraga questionou pela ultima vez o presidente da comissão, Antônio Rezk, se alguma resposta oficial do Tribunal de Justiça havia chegado, ou qualquer informação vinda dos desembargadores acerca da investigação feita por eles. A resposta foi negativa, nenhum contato havia sido efetuado, nenhuma satisfação ou negativa. Nada. Não houve mais resposta. Lamentando, Fraga fez o ultimo pronunciamento envolvendo o caso Serpentes Negras durante as atividades da CEI:

Apenas, sr. Presidente, deixo registrada a minha decepção pelo fato de, até agora este poder não ter sido devidamente atendido numa reivindicação que eu acho que é simples, e mesmo sob caráter sigiloso, porque nós não estamos aqui para fazer oba-oba. Esta comissão tem se portado, até a presente data, tenho certeza, até o final, de uma maneira a mais discreta possível – mesmo em caráter reservado ou mesmo em tópicos não foi fornecida. É a minha decepção que eu gostaria de deixar registrada em ata, da não resposta a essa nossa solicitação.

(Álvaro Fraga, CEI 438/84, 06/11/1984).

A decepção dos membros da CEI para com os desembargadores nos revela que na época, nesse caso em específico, e quem sabe em outros mais, os três poderes (Legislativo, Judiciário e Executivo), frente a um delicado momento de reconfiguração das identidades políticas de seus membros, mudança propiciada pelo período instável da chamada transição democrática, não dialogavam muito e, em consequência, não cooperavam uns em relação aos outros. Se é que esse diálogo e cooperação algum dia ocorreu, não abemos e não daremos conta disso nesta pesquisa, mas fica aqui o comentário do “retrato” da época.

Aliás, nobre deputado [Álvaro Fraga], a decepção não é apenas de v.exa., mas de todos nós. Lamentavelmente, até o momento, o Poder Judiciário do Estado não está considerando a própria atividade do Poder Legislativo.

(Antônio Rezk, CEI, 438/84, 06/11/1984).

O último registro da reunião da CEI foi no dia 22 de novembro 1984, na 28ª reunião do grupo. Anteriormente, no dia 9 de novembro, fizeram a solicitação de prorrogação do prazo para entregar a conclusão, por meio do requerimento nº 2895 de 1984. No fim das contas, o relatório nunca foi entregue, tendo a CEI sido extinta após o fim do prazo. Nos registros da ALESP sobre essa CEI consta a seguinte informação:

Organização policial do Estado de São Paulo

Autor - Deputado: ANTONIO RESK e outros
Requerimento nº 438 de 1984
Ato nº 6 de 1984 - D.O. 15/05/84

Apurar a real situação da organização policial do Estado de São Paulo.

Presidente - Deputado: ANTONIO RESK

Vice-Presidente - Deputado: ARTHUR ALVES PINTO
Relator - Deputado: SYDNEY PALÁCIOS

Secretário: Taís Tanganelli

Prazo: 120 dias - Até: 12/10/84

Prorrogações:

45 dias - até 26/11/84, 30 dias - até 21/03/85, 30 dias - até 20/04/85, 45 dias - até 04/06/85, 60 dias - 03/09/85, 30 dias - até 03/10/85, 60 dias - até 02/12/85, 45 dias - até 11/04/86, 40 dias - até 21/05/86, 60 dias - até 20/08/86.

Relatório Final:

Observações: Extinta sem apresentação de Relatório Final. ATM em 24/04/87.

Deputados Membros:

Partido - Membros Efetivos - PMDB - ANTONIO RESK, LUIZ CARLOS SANTOS, PDS - ARTHUR ALVES PINTO, PTB - SYDNEY PALÁCIOS, PT - PAULO FRATESCHI;
Partido - Membros Substitutos - PMDB - BENEDITO CINTRA, MANOEL MOREIRA, PDS - ÁLVARO FRAGA, PTB - AUGUSTO TOSCANO, PT - GERALDO SIQUEIRA.⁵⁰

O ultimo registro da CEI é o documento que relata a extinção da mesma após não entregar o resultado do tempo previsto. Nos arquivos da ALESP não constam nenhum relatório final ou parcial sobre a investigação, nem em relação às Serpentes e nem em relação à proposta inicial de investigar a situação das polícias em São Paulo.

José Carlos Dias foi convocado na ALESP em outras ocasiões para prestar novos esclarecimentos sobre a situação no sistema carcerário ocasiões. O secretário foi prestar esclarecimentos a partir de uma convocação realizada para uma sessão ordinária presidida pelo deputado Néfi Tales. O evento não estava vinculado à CEI e o requerimento para a convocação continha as seguintes justificativas:

REQUERIMENTO nº 1.879, de 1984.

Requeremos, nos termos do inciso XIII do artigo 17 da Constituição do Estado combinado ao artigo 174, inciso V, da III Consolidação do Regimento Interno, a convocação do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Dr. José Carlos Dias,

⁵⁰

<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/arquivoWeb/cpi/19840515_cpi_organizacao_policial_do_estado_de_sao_paulo.htm> Ultimo acesso em junho de 2017.

para prestar esclarecimentos a esta egrégia Casa de Leis sobre as graves ocorrências que estão se verificando no sistema Penitenciário do Estado.

Justificativa

Há que se considerar que se a vida prisional em nosso Estado passou por vários graus de prioridade em sua abordagem, hoje, indiscutivelmente, a problemática carcerária/penitenciária assume um caráter nitidamente prioritário, não apenas pela relevância da matéria em si, mas, principalmente, pelas inúmeras notícias veiculadas pela imprensa e outros veículos de comunicação, causando sensacionalismo e gerando dúvidas e preocupações a toda população paulista.

A denúncia do juiz corregedor sobre a existência de uma organização criminosa – as “Serpentes Negras” - que provocou enorme repercussão, seguem-se investigações, comissões, fugas de presidiários, insegurança de funcionários da organização penitenciária, a pronúncias dos mais controvertidos, situação vexatória para os familiares dos presos durante as visitas, manifestações de diversos e expressivos Centros Acadêmicos das Faculdades de Direito de São Paulo, gerando uma tal controvérsia sobre o assunto que indispensável se faz um preciso e expresso pronunciamento das autoridades competentes sobre a matéria, esclarecendo a esta Casa e a toda população paulista, população esta já tão insegura que consoante uma pesquisa de um periódico paulista constatou-se que São Paulo teme mais os assaltos que a guerra nuclear.

Se a nova política de humanização da pena e proteção aos direitos humanos estaria provocando uma reação de setores mais reacionários e violentos, há que se esclarecer.

Se a organização criminosa “Serpentes Negras” existe, e se chamada “criminologia radical” é o método que estaria sendo aplicado nos presídios, há que se esclarecer.

Se o combate à corrupção na máquina carcerária estaria provocando denúncias infundadas, há que se esclarecer.

Se as fugas dos presidiários estariam sendo acobertadas ou promovidas com o objetivo de desestabilizar ou impedir a implantação de uma política humanista no sistema carcerário, há que se esclarecer.

Pelas razões expostas, e considerando indispensável um público esclarecendo da situação a toda população paulista, e a esta Casa em especial, consideramos justificado o presente Requerimento, para o qual contamos com o acolhimento dos nobres parlamentares⁵¹.

Sala das Sessões em 1/8/1984

⁵¹ Diário Oficial do Estado.; Sec. I, São Paulo, 94 (145), quinta feira, 2 ago. 1984 (p.25)

O documento demonstra a urgência e preocupação que os Deputados tinham em receber informações do secretário sobre a situação das prisões em São Paulo. Muito interessante é a forma como utilizam os jornais como a principal fonte de informação sobre os “episódios” da agitação. No fim das contas, a própria convocação e depoimento do secretário na ALESP tornaram-se parte desses episódios apresentados diariamente pelos jornais.

Dias compareceu ao local e foi recebido de forma mais pouco mais severa em relação ao seu outro depoimento. Os deputados fizeram questões sobre as “regalias” que os presos recebiam, sobre a falência da disciplina na prisão e da degradação moral que tudo aquilo representava. A temática da disciplina, ordem, segurança e controle estavam presentes nas falas, que atacavam as políticas de humanização.

A Penitenciária do Estado foi transformada, por Dom José Carlos Dias, no maior bordel, no maior prostíbulo garantido pelo Governo do Estado, pago com dinheiro público.

Dom José Carlos Dias, o atual Secretário da Justiça, implantou uma regulamentação obscena, imoral e vergonhosa, que permite a presença da prostitutas, em pernoite, dentro daquele estabelecimento penal, num ato atentatório contra a moral, contra a dignidade e contra os bons costumes da nossa gente. E não volta atrás. E com esse procedimento, não fez nada mais, nada menos, do que afrontar o Código Penal Brasileiro, no capítulo dos Crimes Contra os Costumes, por estar facilitando a prostituição dentro daquela casa.

Um ato como esse ou muito menos seria suficiente para destituir qualquer secretário de Estado do mundo.

No entanto, José Carlos Dias continua na pasta da Justiça, firme como rocha, mais firme do que o próprio Pão de Açúcar, unicamente porque está garantindo nas suas obscenidades, nas suas imoralidades, nas suas indignidades pelo Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Arns, que o mantém lá ancorado, escudado contra qualquer investida. Esse homem – que segue caracteristicamente a linha vermelha em nosso País – está sempre procurando causar o caos, a desordem, para fazer florescer a esquerda nesse País. Ele continua impune, garantindo, escondido dentro da Igreja, trabalhado atrás das cortinas como um verdadeiro papa negro.

É uma vergonha o que aconteceu em São Paulo.

Há dias fiquei sabendo que as prostitutas que estão amigadas com presos na Penitenciária, inclusive levam suas filhas menores para dentro daquele estabelecimento, para percorrerem os cárceres, vendendo seus corpos aos presos; são controladas pelas “Serpentes Negras”, que é a própria Comissão de

Solidariedade dos presos, que é dirigida pela “serpente negra” máxima do Estado, que é o Secretário da Justiça, Dom José Carlos Dias. (Deputado Sydney Palácios, PTB, D.O.E.; Sec, São Paulo, 94 (167), sábado, 1º set. 1984).

As Serpentes Negras eram utilizadas de pano de fundo para muitos problemas identificados na prisão, como se fossem os principais responsáveis; isso é notável nas falas. Lembrando, mais uma vez, que muitas falas tratavam Serpentes Negras e Comissões de Solidariedade como se fossem a mesma coisa.

As Serpentes Negras denunciadas pelo Corregedor, Sr. Haroldo Pinto da Luz Sobrinho, sem dúvida alguma existem. O juiz corregedor Haroldo Pinto da Luz Sobrinho, conforme noticia a “*Folha de S. Paulo*” de hoje, está sendo criticado através de um dossiê elaborado pela Comissão de Desembargadores.

Segundo seus colegas desembargadores não deveria ser entregue à imprensa o ofício contendo as denúncias sobre as Serpentes Negras. Mas, se ele é um Juiz Corregedor e conhece todos os problemas carcerários, fez essas afirmações, fez essas denúncias através de “*O Estado de S. Paulo*” é porque elas devem ter fundamento. Recentemente a imprensa noticiou, nas diversas fugas, os emblemas nos locais de fuga das serpentes feitas em barro e na cor negra (Deputado Hatiro Shimomoto, D.O.E.; Sec. I São Paulo, 94 (173), quarta feira, 12 set. 1984).

Em linhas gerais, retomando, a conclusão dos desembargadores foi de que realmente as Serpentes Negras existiam, mas não em grandes proporções conforme anunciou a denuncia. O principal objetivo do grupo era a cooperação e fugas. Os desembargadores afirmaram que a assistência judiciária era precária e precisava ser revista imediatamente, pois era um dos principais catalizadores dos problemas internos. Segue a íntegra da notícia que apresentou as conclusões:

*“A **Organização Criminosa Serpentes Negras** existe realmente, mas sem conotação política ou ideológica.” Essa é a conclusão a que chegou a Comissão de Desembargadores designada pelo Conselho Superior de Magistratura, para estudar os problemas penitenciários do Estado de São Paulo, após denúncia, formulada pelo juiz-corregedor dos Presídios e da Polícia Judiciária, Haroldo Pinto da Luz Sobrinho, divulgada com exclusividade por **O Estado**. Após 60 dias de trabalho, a comissão – integrada por sete desembargadores do Tribunal de Justiça – entregou ontem à tarde, ao Conselho Superior, o relatório final – 16 páginas com vários itens – em que os desembargadores fazem severas críticas à Comissão de Solidariedade apoiada pelo secretário da Justiça, José Carlos Dias.*

Em entrevista à imprensa, o presidente da comissão, Prestes Barra, disse que a existência da organização está provada com numerosas provas que estão nos autos. “Temos provas escritas, onde, ao invés da assinatura, aparece o desenho de uma cobra. Existiu uma ata, ou que nome tenha, da fundação do organismo. No túnel aberto na Penitenciária do Estado foi encontrada uma escultura de barro, em forma de uma serpente. Se isso é verdade, e é incontestável para a comissão, também é exato que essa organização criminosa não tem as conotações terríveis de entrosamento com movimentos externos, políticos ou ideológicos, que se lhe atribuiu.” “Chegamos à conclusão que dentro dos estabelecimentos penitenciários também existem essas tendências de incluir política ou ideologia sobre a população carcerária. Mas isso não tem a ver, pelo menos ao que se pode concluir, com a tal Organização Serpentes Negras. É um grupo de criminosos, de maior periculosidade do que as outras. Não temos idéia do tamanho. A população carcerária é móvel. Hoje, o preso está aqui, amanhã em outro presídio, de modo que não se pode negar que haja um intercâmbio através dessas transferências de preso. Mas não existe aquele sentido de interpenetração dos diversos estabelecimentos, como se pensou que houvesse. A organização objetiva fuga. A fuga é o grande ideal do preso. Ele quer fugir. Então, ele se organiza, forma estruturas e corporações com o objetivo remoto ou não de fugir.”

O desembargador Prestes Barra salientou também que o sistema penitenciário está, sem dúvida nenhuma, em crise. “São diversas as causas que levam a essa conclusão. A principal é a deficiência da Assistência Judiciária. O preso não tem o advogado que possa transmitir ao juiz a sua pretensão. Todo preso tem um direito à defesa. Ele não tem quem o represente na Justiça. E não tem por vários fatores. No relatório nós estamos propondo soluções, que, aliás, não nos competem. Estamos diagnosticando. Não tendo essa assistência, os próprios presos, os mais inteligentes, e os mais vividos, e, coincidentemente, mais perigosos, assumem a liderança da defesa dos direitos dos seus colegas, e passam a ser representantes deles perante a Justiça. Formulam os requerimentos, tratam em suma da assistência judiciária que o Estado não tem cuidado”.

O desembargador disse ainda que os presos têm livre acesso, por estranho que pareça, aos prontuários deles próprios: “Eles mexem nos arquivos da penitenciária, como se fossem representantes da administração. Algo que nunca poderia chegar às mãos dos presos. Isso não para diminuí-los, mas é uma questão de organização, porque se é um estabelecimento oficial para cuidar de presos, quem deve tomar conta do estabelecimento

não são os presos, assim como no hospital não são os doentes quem tomam conta do hospital. Existe uma administração. Com todo o respeito que se tenha à pessoa humana do preso, é preciso distinguir as coisas e concluir que não é possível uma interferência dessa ordem.”

O desembargador Prestes Barra afirmou também que “a Vara das Execuções Criminais, apesar do número de juízes que colabora, não está dando conta do serviço. Isso tem muito a ver com a falta de assistência judiciária. Os pedidos são mal formulados pelos presos, mal instruídos. E quando chega à vara ocorrem através de toda ordem. O promotor de Justiça, que é o fiscal da lei, vem e diz: falta isso, falta aquilo, já são mais de 20 ou 30 dias de demora. Isso irrita os presos. Eles querem solução para os benefícios que pleiteiam, e hoje são tantos pela nova legislação, de modo que os presos não se confortam e atribuem erroneamente à má vontade do Poder Judiciário. Existe uma falta de meios na Vara de Execuções para atender com presteza os pedidos.

O desembargador não quis fazer comentários sobre a forma de trabalho do secretário de Justiça: “Prefiro transmitir a resposta ao Conselho Superior da Magistratura. Do que estou dizendo podem surgir conclusões mais ou menos necessárias”⁵².

Uma das questões que mais chamam a atenção nas considerações dos juízes, para além de desenhos e estátuas de barro se configurar como provas, é a forma como é apresentada a noção de organização interna na prisão, como se tal prática fosse um sintoma de crise ou uma descoberta. Esse tema já foi explorado anteriormente em algumas pesquisas.

Existe sim um mínimo de organização. Afinal, a prisão configura-se como um complexo sistema social com regras próprias e bem compartilhadas, que operam por meio da relação estabelecida entre os envolvidos, principalmente a dos presos e funcionários, que convivem diariamente nessa sociedade “intramuros”. Cada sentenciado que chega ao presídio e acaba se adequando (ou é adequado) a essa rede de relações internas e logo é posicionado socialmente (Cf. COELHO, 2005). A melhor pergunta a ser colocada poderia ser “que tipo de organização?”.

O principal trabalho que inaugura essa reflexão acerca das práticas sociais na prisão é de Gresham Sykes, *The socyety of captives: a study of a maximum security prison*, 1974. Segundo o autor, e esse pensamento pode ser realizado tendo em mente o nosso caso

⁵² O Estado de S. Paulo, 28/08/1984, “No relatório, críticas ao grupo”.

estudado, existe na prisão uma rede social interna que se mantêm principalmente por estar fechada em si mesma e não possuir contato externo regular, gerando o monopólio de sociabilidade que desenvolve toda uma “economia delinquente”, dotada de circulação de bens, serviços, capitais e delega códigos de conduta compartilhados entre os presos e guardas, que configuram no convívio mútuo uma complexa ordem social que reflete modos de representação e relações de poder. Um mínimo de organização sempre existirá devido à configuração social, mas, lembremos, com algumas peculiaridades devido à condição cativa, que impõe uma posição e modo de sociabilidade a cada interno, que deverá se situar e ser situado à dinâmica, que nem de longe é coesa ou estável (SYKES, 1974).

Em poucas palavras, não era nenhuma novidade que pequenos grupos estivessem colaborando entre si por meio de organização e práticas mútuas. A novidade foi quando surgiu a denúncia de que um desses grupos adquiriu grandes proporções, “engolindo” os demais, podendo se articular juntamente com outras unidades prisionais de São Paulo.

Seja como for, a articulação das duas equipes, pertencentes a poderes diferentes, nos revelam como a denúncia agitou parte do governo e as prisões em São Paulo, gerou reuniões, debates e alteração na agenda política que visava efetivar a representação dos presos. Revela-nos também como os jornais possuem considerável influência na esfera pública e política, conforme pudemos constatar por meio das investigações que faziam uso dos jornais como principal base para a investigação.

2. A mídia como o palco, vitrine e termômetro da discussão

A imprensa teve papel considerável em meio às agitações em torno das Serpentes. Os jornais foram o principal veículo de informação sobre o caso, podendo ser considerados como o palco no qual se davam as disputas políticas. A influência das notícias afetavam as investigações, como vimos anteriormente, exercendo influência tanto nos questionamentos quanto nos esclarecimentos, sendo um referencial. Não nos esqueçamos de que toda a especulação teve início na publicação da denúncia.

No período em questão, o Sindicato dos Jornalistas lançou uma nota oficial repudiando a atitude da imprensa, que tratava o caso de maneira sensacionalista, colocando

mais lenha na fogueira e agitando a opinião pública. A nota pode ser encontrada nos depoimentos prestados à CEI da Assembleia Legislativa.

Carta da Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, diante dos episódios lamentáveis que culminaram com a demissão do assessor técnico da secretaria de Justiça, Arthur Scavone, vem a público para denunciar o fato de que a anistia, supostamente sancionada em 1979, ainda não foi verdadeiramente instaurada no País.

O sindicato dos Jornalistas também condena com veemência a participação nesses episódios de profissionais dos meios de comunicação, agindo de forma sólida e contra os mais mezinhos princípios da ética profissional, instrumentalizados pelos autores de uma campanha, a esta altura já antiga e realizada obviamente com fins escusos, contra a secretaria de Justiça.

Fatos como este, de perseguição política a pessoas que deveriam ter sido beneficiadas pela anistia e que são ainda incontáveis apesar de não divulgados, ilustram bem o quanto ainda estamos, nós brasileiros, longe da democracia. O Sindicato dos Jornalistas, que tem hoje uma longa história de luta pela democratização do País e em defesa dos direitos humanos, dedicará a celebração do 9º aniversário do assassinio do companheiro Vladimir Herzog, no próximo dia 25, aos anistiados que continuam perseguidos e dos quais Arthur Scavone se transformou em símbolo a partir desses episódios.

São Paulo, 2 de outubro de 1984 - A Diretoria.

Os jornais não eram neutros, como já citado. Carregaram uma orientação ideológica que se destacou na forma como a notícia foi apresentada, nas ênfases, na escolha das palavras, a quem dar a palavra e etc. De maneira geral, analisando as publicações sobre o caso Serpentes, podemos dizer que os principais debatedores eram os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, ambos com abordagens diferentes em relação às políticas de humanização.

Por um lado, o *Estadão*, aquele que inaugurou a especulação, tendia a apresentar justificativas que desqualificavam as políticas de humanização e as Comissões de Solidariedade, dando ênfase a textos que argumentassem sobre a crise política que a prisão vivia, a inversão de autoridade, queda na disciplina, afrouxamento punitivo e o demasiado privilégio dado aos presos. Seu posicionamento era de que as Serpentes Negras existiam e precisavam ser detidas imediatamente, acusando o despreparo do governo Montoro e a Secretaria da Justiça e de corroborarem com tal organização.

Por outro lado, a *Folha*, se caracterizava como um canal que concentrava posições favoráveis às políticas de humanização e seus efeitos positivos na prisão. Dava espaço a opiniões mais progressistas e simpatizantes em efetivar os Direitos Humanos nas prisões, como é o caso da Comissão Teotônio Vilela, que constantemente publicava textos e análises da conjuntura. O posicionamento era de que as Serpentes não existiam e que o rumor era mais uma tentativa de desqualificar as políticas em andamento.

Para dar uma noção das diferentes de tons e abordagens, abaixo teremos uma sequência das principais manchetes veiculadas nos primeiros meses após a denúncia. Optei por apresentar as manchetes, pois elas são o título da notícia e servem para chamar a atenção do leitor por meio de palavras-chave, destacadas das demais, funcionando como um tipo de resumo do conteúdo. A comparação entre dos títulos mostrará que a mesma situação foi apresentada de formas diferentes.

Algumas Manchetes do *O Estado de S. Paulo* relacionadas ao Caso Serpentes Negras nos primeiros meses após a denúncia.

“Organização” quer dominar presídios (21/06)
 Complô na cadeia, “culpa do governo”. (22/06)
 Governo ainda ignora “Serpentes Negras” (23/06)
 Guardas vivem clima de medo e revolta (23/06)
 Uma gestão repleta de contradições e atropelos (23/06)
 A inversão dos poderes não pode ser permitida (23/06)
 Assembleia convocará José Carlos Dias (24/06)
 Na TV, toda a arrogância dos presos (24/06)
 “Despreparo”, assim o deputado explica tudo (24/06)
 Denúncias sobre “Serpentes” evitou motim (26/06)
 Carta do juiz evitou motim dos presídios (26/06)
 Penitenciária fechada à imprensa (26/06)
 Eles querem dominar a cadeia. Eles são os presos (26/06)
 Denúncias levam grupo a se retrair (27/06)
 Preso rouba chave e ainda bate no guarda (28/06)
 Nem regulamento a penitenciária tem (28/06)
 Dinheiro, poder, liderança. É a Falange (28/06)
 Denunciadas organizações de fugas (29/06)
 O secretário vai à CEI gritar que querem derrubá-lo (30/06)
 “Serpentes Negras” atuam em Presidente Wenceslau (30/06)
 No interior, preso confirma “serpentes” (1/07)
 “Serpentes Negras” também no interior (1/07)
 Preso diz que organização existe (1/07)

Fogem membros das Comissão de Solidariedade (3/07)
 “Serpentes” já dominam P. Wenceslau (3/07)
 Investigadores confirmam denúncias (4/07)
 Guardas fazem revistas e apreendem 80 armas (4/07)
 Comissão de Solidariedade perde fundador. Fugiu (5/07)
 Montoro admite haver organização (6/07)
 Preso diz como atua grupo (6/07)
 Pedida a exoneração de Dias (6/07)
 Clima de tensão entre juízes e penitenciária (7/07)
 Comissão de Solidariedade e seus exageros (8/07)
 Correição comprova “Serpentes” (11/07)
 Temer admite quadrilhas e vai a Brasília (12/07)
 Jurista diz que comissões intranquilizam presídios (14/07)
 Presos controlam cadeia de Venceslau (14/07)
 Serpentes Negras, matadores da prisão (14/07)
 Organização é possível, diz Angerami (15/07)
 A comissão dos presos manda matar condenado (14/08)
 Organização de bandidos (15/08)
 Montoro reconhece dificuldades na cadeia (23/08)
 Mais um túnel, e os condenados tentam nova fuga (28/08)
 A magistratura confirma: “Serpentes Negras” existe (28/08)
 “Serpentes Negras”: organização existe (28/08)
 Secretário negou dezenas de vezes (28/08)
 Dessa vez, Dias prefere não fazer comentários (28/08)
 “Serpentes”: agora estão todos mudos (29/08)
 Calado, governo ignora relatório (29/08)
 Montoro, irônico, não fala das “Serpentes” (31/08)
 Afinal, governador crê nas “Serpentes Negras” (31/08)
 Serpentes Negras matam quatro em P. Wenceslau (9/10)

Algumas Manchetes da *Folha de S. Paulo* relacionadas ao Caso Serpentes Negras nos primeiros meses após a denúncia.

Dias não crê na existência das “Serpentes Negras” (22/06)
 Temer diz desconhecer o grupo (22/06)
 Presos negam que exista a organização (22/06)
 Dias manda apurar denúncia sobre “Serpentes Negras” (23/06)
 Juiz corregedor garante ter provas sobre “Serpentes” (24/06)
 Após denúncias, Penitenciária vive clima de tensão (25/06)
 Penitenciária vive clima de visita tensa (25/06)
 Juiz que denunciou “Serpentes” acusa antecessor (26/06)
 Comissão de desembargadores investigará “Serpentes” (27/06)
 CEI vai à penitenciária e nada descobre sobre “Serpentes” (28/06)
 Para deputada, organização não existe (28/06)
 Comissão aguarda cópia de denúncias (28/06)

Abi Ackel manda técnicos para acompanhar investigações (30/06)
 Presos constroem túnel e fogem da penitenciária (02/07)
 Dias quer continuidade da comissão (03/07)
 Detento desconhece “Serpentes” (03/07)
 Montoro defende humanização (04/07)
 “Serpente Negra” foi nome de operação policial (04/07)
 Descoberto plano de fuga em massa de presos (04/07)
 Mais de 17 presos conseguem fugir de três prisões (05/07)
 Dias promete punir culpados (05/07)
 Para governo, fugas são parte de plano político (06/07)
 Governador não tem restrições à atuação de José Carlos Dias (06/07)
 Serpentes Negras, perigo amarelo (06/07)
 Dias afasta guarda indiciado por facilitar evasão (7/07)
 Corregedor de nega a intenção de desestabilizar Dias (7/07)
 Comissão de Solidariedade sofrerão mudanças (07/08)
 Dias visita Penitenciária e guardas negam “Serpentes” (9/07)
 Secretário promete punir (9/07)
 Procurador condena liberdade em troca de revelações (10/07)
 Atividades da comissão de presos está suspensa (10/07)
 Lula vê esquema contra Dias (10/07)
 Temer acha que presidiários sempre formarão quadrilhas (10/07)
 Vinte dias após divulgação da denúncia, as duvidas persistem (10/07)
 Diretor da Detenção não acredita em “Serpentes” (10/07)
 Clima entre os presidiários é de tranquilidade (10/07)
 Para desembargador, “ninguém é contra humanização” (11/07)
 Dias recebe moção de apoio de diretórios do PMDB e entidades (11/07)
 O secretário e as “Serpentes” (11/07)
 Angerami aponta má fé em denúncias de novas fugas (11/07)
 Fugitivos negam plano de evasão em massa (11/07)
 Para coordenador de presídios, “Serpentes Negras” não existem (12/07)
 Governo quer humanização e segurança (12/07)
 Dias é homenageado por autoridades e associações (12/07)
 Temer promete informações concretas sobre “Serpentes” (13/07)
 Após três semanas, “Serpentes” sem comprovação (15/07)
 Dias fala de “Serpentes” com Ackel amanhã (16/07)
 Entregue relatório sobre “Serpentes” (28/08)
 Dias visita a Penitenciária e suspende 140 punições (6/09)
 Montoro nega-se a comentar relatório sobre “Serpentes” (18/09)
 Para Montoro, “Serpentes” existem sem fundo político (20/09)

A leitura dessa seleção nos permite perceber a diferença de abordagens entre os dois jornais e o uso de palavras-chave carregadas de significados. Conforme comentado anteriormente, o *Estadão* parece ter dado espaço para aqueles que queriam confirmar a

existência das Serpentes, acusar a incompetência da Secretaria de Justiça, deslegitimar a efetivação das políticas de humanização e direitos.

A *Folha*, por sua vez, manteve uma postura menos enfática, sem muitas afirmações sobre a existência da suposta organização, priorizou apresentar questões sobre as investigações, comentou muito sobre a ausência de provas concretas e, de certa forma, deu espaço para aqueles que defendiam a efetivação das políticas de humanização. A leitura das manchetes e citações utilizadas ao longo deste trabalho deixam mais clara a diferença de abordagens e ênfases dos dois jornais sobre o caso das Serpentes.

Obviamente outros meios de comunicação estavam envolvidos em toda a discussão, como o rádio e outros jornais, mas aqui a escolha foi focalizar na experiência do grupo *Folha* e grupo *Estadão* não só devido o empenho que ambos tiveram em acompanhar e divulgar o caso, mas também como serviram de base argumentativa para ações oficiais de autoridades políticas na investigação e como referencial em perguntas e respostas de atores ligados à rede de segurança pública, conforme mostrado anteriormente.

A rede midiática teve protagonismo no desenvolvimento do caso e deve ser levada em conta ao retraçarmos os passos percorridos pelo discurso das Serpentes; veremos, inclusive, que foi essa mesma mídia que auxiliou na difusão desse discurso sobre o crime e o caos nas prisões paulistas.

3. Para além das Serpentes

Serpentes Negras foi o nome dado a um dos tantos tipos de organização que existiram nas prisões como resultado da condição cativa dos presos. Dizer que uma dessas tantas organizações havia se infiltrado das Comissões de Solidariedade, expandindo sua influência por meio dos dispositivos que o programa de humanização concedia, gerou consequências que refletiram tanto na dimensão social da prisão quanto na estratégia das políticas penais.

Chegando até aqui, talvez agora seja evidente que não nos é interessante confirmar se tal organização existiu ou não, mas sim entender o fenômeno de uma forma ampla, relacionando-o com as ações que seguiram sob a influência desse rumor, ou, se preferir, por esse discurso sobre crime organizado e políticas de humanização.

A atmosfera de medo, revolta e urgência causada pelo rumor teve uma vida curta, foi perdendo força com o tempo, desaparecendo paulatinamente dos jornais depois da entrega do relatório dos desembargadores sobre o caso. A denúncia de Haroldo Sobrinho fez com que todo assunto relacionado às Comissões de Solidariedade, algumas fugas, algumas rebeliões ou agitações na prisão fosse associado às Serpentes por presos ou guardas, mesmo quando já era coisa do passado.

Anos depois, por exemplo, o caso chegou a ser recapitulado nas páginas de alguns jornais, mas agora como uma curiosidade, uma lembrança incerta e distante. No dia 5 de março de 1986, a *Folha de S. Paulo* noticiou a prisão de Luiz Carlos do Valle, foragido conhecido como Rei das Fugas por ter escapado das prisões paulistas por mais de 5 vezes. Valle foi preso em Goiânia. Na ocasião foi apontado como um dos líderes da organização, agora antiga, Serpentes Negras. “Sou um ladrão pé-de-chinelo, só roubo dinheiro”, respondeu Valle, e, acrescenta sobre as Serpentes: “É um fantasma, isso não existe”⁵³. O fantasma das Serpentes Negras assombrou as Comissões até a sua extinção, que se deu oficialmente em 1987.

Foi extinta ontem a Comissão de Solidariedade da Penitenciária do Estado (situada no Carandiru, zona norte de São Paulo), formada em 1984 para ser um canal entre os presos e a direção do estabelecimento. Quatro dos detentos que lideravam a comissão foram transferidos para outros presídios. Um deles se encontra no “Anexo de Taubaté”, um pavilhão especial da Casa de Custódia de Taubaté, que abriga detentos de alta periculosidade. Segundo o secretário da Justiça, Mario Sérgio Duarte Garcia, a extinção do órgão, que ele prefere chamar de “desativação” foi de caráter “disciplinar”. [...] A extinção da Comissão de Solidariedade foi decidida ontem pelo diretor da Penitenciária do Estado, Dorival Caetano de Souza e pelo coordenador do sistema penitenciário do Estado, Antônio Souza Neto. “Eles me informaram que a comissão estaria gerando focos de indisciplina, insuflando os presos no sentido de que eles não trabalhassem”, disse Duarte Garcia. O diretor da Penitenciária do Estado recusou-se ontem a atender a reportagem por telefone. Irritado, ele afirmou que a organização dos presos foi extinta porque “a única prisão que ainda tinha comissão era aqui. Nós decidimos acabar”. Sobre as denúncias de que os presos teriam sido espancados antes de serem transferidos, o diretor disse desconhecer o fato. (*Folha de S. Paulo*, 19/05/1987, Comissão de presos da Penitenciária de SP é extinta).

E assim foi extinta a Comissão de Solidariedade. O trecho acima nos informa que em 1987 a Penitenciária do Estado era a única que possuía a comissão de presos e, como anteriormente, eram mal vistos pela administração que os acusava de indisciplina. No início

⁵³ *Folha de S. Paulo*, 05/03/1986, “Polícia prende outra vez o ladrão “Rei das Fugas”.

da gestão de José Carlos Dias na Secretaria de Justiça, as comissões tinham prioridade na agenda de trabalho, eram estimuladas e acompanhadas.

Creio que a atividades do grupo de presos representantes tenha paulatinamente se tornado menos regular com o passar dos anos, principalmente após a denúncia de Haroldo Sobrinho, após a repercussão midiática sobre o caso, as pressões dos poderes Legislativo e Judiciário e, principalmente, com a saída de Dias da secretaria em 1986.

E para além do fim das Comissões, esse fantasma ainda hoje é lembrado. O caso ainda apresenta uma lacuna, permanece incerto, como se ainda não tivessem acertado as contas com ele. Nada comprova a denúncia, mas ainda sim, ela foi levada em consideração nas práticas das políticas de humanização.

CAPÍTULO V: O efeito Pânico Moral

Entraremos agora no último momento do trabalho. A proposta é mostrar como o caso das Serpentes chegou com a forma de Pânico Moral. Fizemos uma análise da conjuntura e apresentamos elementos suficientes para termos compreensão do contexto no qual a agitação, causada pelo rumor das Serpentes situou-se e seus principais desdobramentos. Não foi por acaso que essa etapa foi deixada para o fim, pois com essas informações temos condições de fazer um exercício de pensamento utilizando um conceito da teoria social sobre os Pânicos Morais. Portanto, o ritmo da exposição será diferente, uma vez que ela tem como pré-requisito a leitura dos capítulos anteriores.

1. Foucault e o discurso enquanto prática

Até agora se falou muito sobre os discursos, as práticas discursivas, os efeitos do discurso em outros discursos e etc. Mas, afinal, do que se trata o discurso? De onde é a referência, qual o conceito utilizado nesta pesquisa e como? Algumas considerações devem ser pontuadas para respondermos a esses questionamentos.

Conforme comentei na introdução deste trabalho, Michel Foucault foi o autor que despertou meu interesse em fazer pesquisa da área da Sociologia. Nos anos de graduação em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo, os textos do autor estiveram presentes em mais de uma lista bibliográfica.

Dentre as disciplinas oferecidas pelo departamento de Sociologia, uma em específico trabalhou a trajetória do autor. O nome era *Pensamento Sociológico Contemporâneo: A questão do Poder no percurso intelectual de Michel Foucault*, ministrada pelo professor Marcos César Alvarez. Tive a oportunidade de frequentar o curso por duas vezes, sendo a primeira delas como aluno da graduação e a segunda como assistente estagiário.

Posteriormente, na pós-graduação, estagiei na disciplina Sociologia IV, que pertencente ao chamado ciclo básico, obrigatório para todos os graduandos de Ciências Sociais na USP. O curso também foi ministrado pelo professor Alvarez e contou com três enfoques: o primeiro deles trabalhou a Teoria Crítica e a chamada Escola de Frankfurt; o segundo privilegiou uma abordagem dos escritos de Michel Foucault; o terceiro concentrou no trabalho de Pierre Bourdieu.

Faço este relato para situar o meu contato com o autor e a experiência que tive frequentando esses cursos, que foi muito positiva, pois me propiciou o aprofundamento em seu trabalho, conhecer um ponto de vista dos caminhos por ele percorridos, as diferentes abordagens, suas análises e, principalmente, as precauções metodológicas ao utilizar a sua analítica para a pesquisa.

Michel Foucault por diversas vezes convidou seus ouvintes ou leitores a tomarem suas ideias como hipóteses de trabalho, suas análises como experiências provisórias, seus livros como ferramentas para múltiplos usos possíveis (ALVAREZ, 2015, p.16).

Michel Foucault nasceu no ano de 1926 em Poitiers – França, onde passou sua infância e adolescência. Pertencia a uma família burguesa de médicos cirurgiões, mas não seguiu a tradição profissional de sua casa, frustrando as expectativas de seu pai quando optou por seguir os estudos na área da filosofia. Sua formação inicial foi no Lycée Henri IV e posteriormente, em 1946, na École Normale Supérieure da rue r'Ulm. O interesse pela filosofia surgiu por meio do contato e orientação de Jean Hyppolite (1907 – 1968), eminente filósofo da época que influenciou o pensamento de muitos outros intelectuais (Cf. ERIBON, 1990).

Em 1952 adquiriu o diploma em psicologia patológica e, no mesmo ano, tornou-se assistente da Universidade de Lille. Lecionou psicologia e filosofia em universidades na Alemanha, Suécia, Tunísia e Estados Unidos. Teve contato com intelectuais importantes como Jean-Paul Sartre, Jean Genet, Gilles Deleuze e Merlau-Ponty.

O período de viagens e o contato com outros pesquisadores foram importantes para formação intelectual de Foucault que, após essa experiência, em 1961, defendeu sua tese de doutorado, na Sorbone, sobre o discurso da loucura, ou melhor, realizou uma análise dos diversos saberes sobre a loucura, em diferentes épocas, para estabelecer as condições de possibilidade do nascimento da Psiquiatria (FOUCAULT, 2012, p.7).

Foucault não era sociólogo de formação, e, inclusive, não é fácil, e nem interessante, situá-lo em uma área do conhecimento específica. O próprio autor compreendia seus trabalhos como ferramentas analíticas que possuíam múltiplos usos e desusos, eram convites para exercitar o pensamento e fazer o conhecimento avançar.

Meu discurso é, evidentemente, um discurso de intelectual e, como tal, opera nas redes de poder em funcionamento. Contudo, um livro é feito para servir a usos não definidos por aquele que o escreveu. Quanto mais houver usos novos, possíveis, imprevistos, mais eu ficarei contente. Todos os meus livros seja História da loucura seja outros podem ser pequenas caixas de ferramentas.

Se as pessoas querem mesmo abri-las, servirem-se de tal frase, tal ideia, tal análise como de uma chave de fenda, ou uma chave-inglesa, para produzir um curto-circuito, desqualificar, quebrar os sistemas de poder, inclusive, eventualmente, os próprios sistemas de que meus livros resultam, pois bem, tanto melhor! (DROIT, Roger-Pol. Michel Foucault: entrevistas. Graal, 2006, p. 52).

Por essa razão, a produção intelectual de Foucault pode ser utilizada em inúmeras áreas do conhecimento, problematizando, cada uma à sua maneira, diferentes abordagens, convidando seus leitores e ouvintes à possibilidades de pensamento e investigação.

Apesar de não privilegiar a Sociologia em suas pesquisas, ou melhor, fazer uso consciente de ferramentas sociológicas de análise, o autor desenvolve uma analítica que, na grande medida, nos permite desenvolver a chamada Imaginação Sociológica. Após frequentar os cursos com o professor Alvarez, pude ponderar essa relação no trabalho de Foucault, considerando a aproximação com a Sociologia bem plausível.

A noção de imaginação sociológica foi desenvolvida pelo sociólogo norte-americano Charles Wright Mills (1916 – 1962), no trabalho *Imaginação Sociológica*, publicado nos Estados Unidos em 1959. Na ocasião, Mills retrata tal noção como a capacidade de passar de uma perspectiva para a outra, e, no processo, consolidar uma visão adequada de uma sociedade total e de seus componentes (MILLS, 2009, p. 14-15).

É importante enfatizar que a postura de Foucault - a de não ser o maestro de seus trabalhos - não significa, evidentemente, que possamos fazer uso de sua “caixa de ferramentas” de maneira aleatória, de qualquer jeito, em qualquer pensamento, por meio de leitura descuidada, pontual, frouxa e com baixo rigor intelectual (ALVAREZ, 2015, p.17). Foucault não era flexível a esse ponto, muito pelo contrário; prezava muito pelo rigor analítico e conceitual. Ele queria um grupo de seguidores que praticassem uma leitura qualificada de seus escritos, coerente com sua trajetória, que fizesse o conhecimento avançar (ALVAREZ, 2015, p.17). Não é interessante fazer uma análise “à la Foucault”, pois o que está em jogo não é a filiação, mas sim o uso de seus trabalhos. Obviamente, isso não quer dizer que ele era neutro, muito pelo contrário. Em poucas palavras: não é um autor cujos trabalhos podem ser utilizados de qualquer forma e em qualquer situação.

Por questões didáticas, os trabalhos de Foucault foram divididos, por seus leitores e estudiosos, em três domínios distintos de análise. Essas três fases, ou, se preferir, abordagens. São conhecidas, respectivamente, como: Arqueologia do Saber, cuja análise focalizava nos sistemas de pensamento; Genealogia do Poder, que se debruçou na questão das modalidades

do poder, punição e controle; e, Ética, que aborda a relação do sujeito consigo mesmo (ALVAREZ, 2015, p.17; FOUCAULT, 1979. pp.7-11). Essas fases não seguem uma proposição evolucionista linear e uma não é mais eficaz que a outra, mas sim maneiras diferentes de trabalhar com a metafórica caixa de ferramentas de Foucault em registros distintos.

Na fase da Arqueologia o autor procura estabelecer a constituição dos saberes, assim como sua inter-relação com instituições. O problema seria investigar quando e como esses saberes apareceram e se transformaram de acordo com as oportunidades que os rumos histórico-sociais propiciaram. Algumas das obras notáveis dessa fase são: *História da loucura* (1961), que investiga o saber sobre o louco em diferentes épocas para estabelecer o momento e as condições para o nascimento da psiquiatria, assim como o surgimento de espaços institucionais de controle da loucura e do louco; *O nascimento da clínica* (1963) aborda a diferença entre a medicina moderna e a medicina clássica; e *As palavras e as coisas* (1966), pretende abordar os elementos que possibilitaram o aparecimento dos saberes constitutivos das ciências humanas; *A arqueologia do saber* (1969), talvez o trabalho em que o autor fez maior esforço em apresentar sistematicamente uma espécie de metodologia para seus trabalhos da fase arqueológica.

A próxima fase, a Genealogia, orienta a investigação não mais pelo *como*, mas agora pelo *porquê* de determinado saber ter se configurado dessa ou daquela forma (FOUCAULT, 1973, p.11). A preocupação reside em compreender não apenas as possibilidades externas aos saberes que os permitem se estruturar e se difundir, mas também os porquês seguirem determinado rumo. Foi assim que analisou as transformações nas formas de punição da sociedade moderna ocidental, sobretudo frente à emergência da prisão enquanto pena.

Na fase genealógica aparece a questão do poder, ou melhor, das relações de poder, que tanto orientaram as obras posteriores do autor como um elemento fundamental para compreender a produção dos saberes. São exemplos de pesquisas dessa fase: *Vigiar e Punir* (1975); *A vontade de saber* (1976); e o primeiro volume da *História da Sexualidade* (1976). Na fase da Ética, Foucault enfatiza sua análise no sujeito. Foi nesse período que faleceu, em 1984, na França aos 57 anos, vítima de HIV, deixando trabalhos ainda por finalizar com essa inclinação analítica.

Essa divisão didática dos trabalhos de Foucault deve ser apropriada com muita cautela, pois podem apresentar uma noção mecanicista e instrumentalizada do pensamento do autor. As principais críticas a essa divisão argumentam que ela não facilita o aprendizado por não dar conta de mapear as transições de pensamento entre as fases. Isso significa que existe uma

lacuna de análise nos trabalhos intermediários, desenvolvidos entre as três abordagens. Não há um panorama que acompanhe o deslocamento de uma fase a outra (ALVAREZ, 2015, p.18; REVEL, 2012).

Embora tais questões sejam de difícil aprofundamento, é certo que Foucault, ao longo de seu percurso intelectual, terá a preocupação constante, ou melhor, a coragem de problematizar sua própria posição (REVEL, 2012), de revisar análises e reelaborar conceitos. Um equívoco frequente da recepção dos trabalhos de Foucault na Sociologia ou na Teoria Social – foco principal da discussão ora em curso – reside justamente na não caracterização precisa desses movimentos de seu pensamento, dos inúmeros deslocamentos que possibilitam tanto a construção de problemas e de conceitos quanto o desenvolvimento das análises históricas (ALVAREZ, 2014, p.19).

Foucault viajou a outros países ministrando conferências e aulas para universidades. Em uma dessas ocasiões, em 1965, esteve no Brasil por convite do Filósofo Gerard Lebrun, seu antigo aluno. Após a estadia, retornou por mais quatro vezes em 1973, 1974, 1975 e 1976. Essas visitas foram realizadas durante a ditadura militar, que marcaram a vinda do autor, principalmente devido o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, ocorrido no período em que Foucault ministrava um curso na Universidade de São Paulo. Em protesto ao ocorrido, cancelou o curso e retornou à França⁵⁴.

Um marco importante na trajetória do autor foi em 1971, quando assumiu a cátedra da disciplina História dos Sistemas de Pensamento, ocupada anteriormente por seu antigo mentor, Jean Hyppolite, no Collège de France. Esse evento colocou-o no auge da carreira e no mais alto nível de consagração intelectual da época. Sua aula inaugural foi intitulada “A Ordem do Discurso”, que posteriormente foi transcrita para um livro de mesmo nome. Na ocasião apresentou a proposta do que seria uma analítica dos discursos, que estaria presente em seus futuros trabalhos, assim como esteve na maioria dos anteriores.

Obviamente este breve relato biográfico não dará conta de expor devidamente a trajetória de Foucault, mas nos é essencial como ponto de partida para tratarmos sobre a análise de discurso, ou seja, falar do conteúdo apresentado na inaugural do Collège de France que aborda essa noção.

O autor compreende o discurso como práticas heterogêneas dispersas, formadas por elementos que não possuem necessariamente nenhum princípio ou unidade. É da competência da análise de discurso descrever essa dispersão e diagnosticar padrões que permitam mapear a coerência entre os elementos que, para Foucault, compõe o discurso (Cf. BRANDÃO, 2004).

⁵⁴ Para mais informações sobre as vindas de Foucault ao Brasil, consultar RODRIGUES, 2012.

Esses elementos relacionam-se entre si e podem ser classificados como um conjunto de: (1) *objetos*, (2) *tipos de enunciação* que o permeiam e os (3) *conceitos e estratégias* que o movimentam. Juntos, esses elementos caracterizam a chamada “formação discursiva” (BRANDÃO, 2004, p.32). Em linhas gerais, podemos dizer que Foucault entende o discurso como um conjunto de enunciados que se remetem a uma mesma formação discursiva (FOUCAULT, 1969, p.146).

A análise arqueológica do discurso, tal como ele a propõe, ressalta o que se poderia chamar de especificidade interna dos discursos, relacionado-a também com suas condições de produção, ou seja, o discurso é visto tendo especificidade, exterioridade, positividade, mas, ao mesmo tempo, é visto remetendo-se ao conjunto das condições históricas que o tornam possível. Por isso, o discurso não pode ser visto apenas como representação de uma realidade, apenas como índice das coisas, mas, como uma existência peculiar, uma complexidade que lhe é própria e que só pode ser apreendida como prática (FOUCAULT, 1986). Os discursos são, pois, considerados como práticas regradas e com formas próprias de encadeamento articuladas, ao mesmo tempo, ao conjunto das demais práticas não-discursivas. A historicidade coloca-se, conseqüentemente, tanto no plano interno do discurso, dadas as transformações que acontecem nas próprias regras de formação dos discursos, quanto no plano externo do conjunto da história, ao qual estão articuladas as práticas discursivas (ALVAREZ, 2014, p.21-22).

Para o autor, a análise histórica é fundamental para compreender a constituição dos discursos e seus efeitos de acordo com as oportunidades que os rumos politico-institucionais propiciaram.

(...) suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua temível materialidade. (...) Sabe-se bem que não se tem o direito de falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa (FOUCAULT, [1970] 1996, p.9).

Esse “jogo” e disputa pela palavra não são neutros e carregam sentidos compartilhados por meio de ideias, práticas, pessoas ou instituições sociais. Esse conflito se apresenta e resulta, segundo o autor, como uma reverberação de um tipo de verdade nascente (FOUCAULT, [1970] 1996, p.46-47).

Assim, uma cumplicidade primeira com o mundo fundaria para nós a possibilidade de falar dele, nele; de designá-lo e nomeá-lo, de julgá-lo e de conhecê-lo, finalmente, sob a forma da verdade. Se o discurso existe, o que pode ser, então, em sua legitimidade, senão uma discreta leitura? As coisas

murmuram, de antemão, um sentido que nossa linguagem precisa apenas fazer manifestar-se; e esta linguagem, desde seu projeto mais rudimentar, nos falaria já de um ser do qual seria como a nervura.

O discurso nada mais é do que a reverberação da uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si (FOUCAULT, 1996, pág. 45-46).

O discurso não pode ser operacionalizado de forma mecânica, com objetivo, meio e fim, assim como seus efeitos, gerados por esse “jogo”, não podem ser instrumentalizados de alguma forma. Ele pode ser orientado, estimulado, colocado para circular ou não; nunca é certo o resultado e os efeitos que irão gerar ou estimular; mas podemos, no limite, ter uma espécie de expectativa de médio alcance que, afinal de contas, também é um elemento que compõe o discurso.

Dentre os possíveis efeitos esperados, o autor considera um o mais intenso: a questão dos processos de produção de uma verdade. Foucault mostrou-nos que a preocupação do analista ao fazer um estudo do discurso, não reside no que se considera “verdadeiro” ou “falso”, mas sim na problematização dessa construção, ou seja, na análise voltada a perceber quando determinada “verdade” passou a ser considerada como tal e por meio de quais processos.

O discurso em si não está preocupado com a “verdade”, pois ele próprio é um mecanismo produtor dela; em geral, é esse seu principal movimento: produzir verdades (FOUCAULT, 1996, p.17). O jogo de estímulos provocados por meio da circulação desses enunciados se desdobra e reflete em diferentes dimensões e disputas, afetando também outros discursos - tal como uma pedra que é jogada na lagoa faz a água oscilar.

Retomando, para deixar mais claro: podemos entender os discursos enquanto praticas heterogêneas que às vezes se conectam por meio das formações discursivas. É esse movimento que aqui se buscou enfatizar ao fazer a análise do caso Serpentes Negras, elucidando o surgimento e circulação de um discurso sobre o crime organizado, carregando uma série de noções, ideias e expectativas, que por sua vez geraram investigações, documentos, empregos e decisões que influenciaram consideravelmente o processo de efetivação das chamadas políticas de humanização dos presídios. O ponto central é: discurso também é uma prática, opera, nesta pesquisa, enquanto prática.

2. Revisitando o conceito de Pânico Moral

O conceito de Pânico Moral vem sendo utilizado para caracterizar um fenômeno complexo do qual trataremos daqui em diante, deixando claro que muito mais do que uma definição rígida, pretende-se elucidar as principais tendências do mesmo. Assim teremos condições de fazer um exercício, ponderando até que ponto as características que serão agora descritas estiveram presentes no caso que acompanhamos anteriormente, o das Serpentes Negras.

O que se entende por Pânico Moral? Como ponto de partida, adianto que se trata de um fenômeno de efervescência popular frente a um grave problema social que ameace os valores morais convencionais de uma sociedade; o processo engendra medo e revolta, mobilizando pessoas, instituições e discursos.

Para iniciar a discussão sobre o Pânico Moral, podemos dizer que é mais propício que esse fenômeno surja em momento de crise e instabilidade dos valores políticos e morais dominantes de uma sociedade. Na esteira das incertezas propiciadas pelo momento de crise, uma ameaça que visa ferir os valores morais é identificada e denunciada publicamente. A exposição da situação é feita por toda uma “narrativa do medo”, que faz uso de discursos carregados de terror e revolta.

Juntamente com a identificação do mal, arma-se a reação combativa ao mesmo, em nome da proteção e salvação dos valores dominantes. Esse clamor enaltece uma espécie de nostalgia de um “límpido passado mais seguro” e busca reunir apoio e justificativas para impedir a ameaça.

Então a ideia é de que se forma uma atmosfera de terror e medo em torno de uma ameaça em potencial, que a qualquer momento pode “explodir”, com a promessa de romper a ordem, contaminar as próximas gerações e degradar valores considerados importantes para bom funcionamento da sociedade. O fator da dúvida é muito marcante e gera uma série de especulações que, por sua vez, orientam ações e posicionamentos.

O sociólogo e criminologista Jock Young foi o primeiro a usar essa noção em 1971 na Inglaterra. Young mostra como se dá a articulação entre a mídia, a opinião pública e os atores políticos, que se mobilizam e são mobilizados em torno de um grave problema social. Em conjunto, esses elementos produzem e reproduzem uma narrativa sobre a crise anunciada. Um ano mais tarde, após a exposição de Young, Stanley Cohen apresentou trabalhos sobre o tema, tornando-se mais conhecido que seu predecessor (Cf. C.MACHADO, 2004).

Stanley Cohen, na Inglaterra dos anos 1960, analisou a forma como a sociedade reage perante uma situação de perigo representado por um comportamento ou um grupo específico. Cohen utilizou conceito de Pânico Moral, desenvolvendo-o, para caracterizar um fenômeno que tende a orientar as ações e expectativas perante uma situação de crise, sendo a mídia de massa e os agentes formais de controle social os principais profetas dos problemas que virão. Por mídia de massa entende-se toda a rede de jornais e de rádio, que foram os principais veículos de informação da época. Os agentes formais de controle social são as autoridades que exercem função pública frente à segurança do Estado. Nas palavras do autor, inicialmente o pânico pode ser diagnosticado quando:

Uma condição, um episódio, uma pessoa ou um grupo de pessoas passa a ser definido como um perigo para valores e interesses societários; sua natureza é apresentada de uma forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa; as barricadas morais são preenchidas por editores, bispos, políticos e outras pessoas de Direita; especialistas socialmente aceitos pronunciam seus diagnósticos e soluções; recorre-se a formas de enfrentamento ou desenvolvem-nas (Cohen, 2002).

É muito comum que o discurso de identificação e caracterização da ameaça tenha a sua circulação efetivada em jornais e/ou programas de rádio. É igualmente comum que os alvos da especulação sejam setores marginalizados na sociedade, detentores de poucos privilégios e estigmatizados por questões históricas e sociais. Cohen identifica como um possível alvo, no contexto de sua pesquisa, os homens, jovens, negros, pobres e da classe trabalhadora (COHEN, 2002, p.3).

Visando apresentar a ideia de forma mais didática, Cohen propõe fases, ou até, sintomas de desenvolvimento para mapear o fenômeno. Não devemos entender essas fases enquanto uma simples mecânica progressiva e linear, não é interessante “engessar” o conceito dessa forma, pois devemos entendê-lo enquanto processos conectados, que se desdobram um no outro.

O autor divide o fenômeno em três fases, ou se preferir, características: O *inventário* do problema, a *significação* a seu respeito e a *ação* como resposta (Cf. MACHADO, C. 2004).

Na fase de *inventário*, os aparatos midiáticos, representados pela rede televisiva, a rede de rádio e a rede de jornais, protagonizam o papel de aglutinar e organizar um conjunto de informações acerca de um rumor, fato ou tema específico sobre um problema social. Após a compilação e ordenação, o canal publicará as informações fazendo uso de uma linguagem untada de teores sensacionalistas, de urgência e com tons de denúncia. Um primeiro

inventário sobre o tema será apresentado para o público, narrando o problema e suas possíveis consequências.

Na primeira fase – inventário – os mídia desempenham um papel fundamental de organização de um conjunto de rumores e percepções públicas desorganizadas, constituindo um corpus interpretativo do problema. Fazem-no, tipicamente, através de processos de exagero e distorção (aumentando e sensacionalizando o problema). Neste processo, operam-se duas tarefas essenciais para a gênese do pânico moral: a constituição de um acontecimento como problema social e, por outro lado, a fixação de uma grelha interpretativa que estabelece os parâmetros de interpretação, condicionando todas as notícias e interpretações subsequentes (nomeadamente, pela atenção seletiva aos acontecimentos que se coadunam com as previsões ou interpretações iniciais). (MACHADO, 2004, p.61).

Nessa fase, o start para a gênese do Pânico Moral acontece quando a mídia expõe esse acontecimento como um grande perigo em potencial que poderá desestruturar os valores e a ordem social. A organização e exposição das informações cria uma tendência de interpretações que estabelecem um significado primário para o problema; uma narrativa. Esse registro é lançado para a esfera pública via canais de comunicação.

Uma vez que essas narrativas sejam veiculadas, passarão também a gerar efeitos na vida social, pois hoje sabemos que mídia e a vida social não podem ser tratadas de forma independente; ambas exercem influência recíproca uma em relação à outra (Cf. THORNTON, 1995; Cf. ALTHEIDE, 2009). Sendo assim, após a informação circular, ela passará a fazer parte do universo de possibilidades dos leitores e, ou, telespectadores. As notícias carregam e são carregadas por discursos, elas próprias podem ser entendidas enquanto um discurso e, como vimos anteriormente, o discurso em si é uma prática.

Devemos esclarecer uma questão para o nosso problema: sobre a veracidade da informação, se o risco existe como possibilidade. É importante ter claro que a veracidade da ameaça não importa para que o Pânico Moral se estabeleça, pois mesmo que se trate, ou não, de um “bode expiatório”⁵⁵, os efeitos do fenômeno não serão anulados. Em outras palavras, não importa, nessa situação, se de fato a notícia expressa a realidade ou não, mas sim a forma como ela diz ser a realidade. Esse movimento provoca mudanças, sejam nos sentimentos, como a sensação de insegurança, instabilidade, suspeitas, temor, revolta, indignação, medo e etc, ou nas decisões institucionais concretas, por exemplo, nos programas de governo, nos empregos, na burocracia e etc. Ambos os registros seguem juntos.

⁵⁵ Expressão usada, em geral, para uma pessoa que é acusada de um delito que não cometeu e nem idealizou. Bode expiatório é aquele que paga, ou expia, pelo crime de outro.

Retomando. Uma linha sucessiva de informações será apresentada pela mídia para que tal fenômeno faça sentido, gerando expectativas em relação a ele de acordo com o tom utilizado, que, mais importante, chega com exagero, dramatização e sensacionalismo para a exposição, fazendo uso enfático de palavras, frases, fotos, estereótipos e caricaturas. Essa dinâmica de exposição e circulação da informação, iniciará o “efeito bola de neve”, ou seja, quando o discurso do medo passa a circular acionando outros discursos que se juntam ao inicial e tornam-no cada vez maior e arrebatador, tal como uma avalanche.

Na segunda fase, a *significação*, articulam-se as opiniões acerca do significado criado para o problema na fase anterior, saindo da esfera dos fatos apresentados e entrando na busca por uma interpretação deles. Essa interpretação ocorre em meio à interação entre a mídia, políticos, especialistas e opinião pública.

A segunda fase – mobilização de opiniões e atitudes – consiste na tentativa de dar significado ao problema. A atenção desloca-se do domínio factual para o domínio interpretativo ou do problema em si mesmo para as suas implicações e consequências. O posicionamento emocional e intelectual face ao problema organiza-se através de processos tais como a identificação de danos para além dos mais imediatos (e.g., valores ameaçados), a conexão dos fatos com outros problemas sociais e, por vezes, a identificação do problema social subjacente (e.g., ‘crise da família’, ‘crise de autoridade’) (MACHADO, 2004, p.61).

Especialistas farão análises do problema, investigações entrarão em andamento e o debate flui em torno do caso fazendo-o circular cada vez mais, criando uma espécie de sequência de episódios sobre os desdobramentos do tema, cuja sociedade acompanha por meio dos jornais e televisão com certa expectativa para os próximos “capítulos”.

Nessa fase, a noção do que se considera o “bem” e o “mal” é apresentada com muita ênfase: os inimigos de um lado, os salvadores e vítimas de outro. A linha que demarca o “bem” e o “mal” é cada vez mais evidenciada. Assim, é feita a identificação do chamado *outsider* (Cf. BECKER, [1963] 2009) como uma ameaça e aquele que deve a todo custo ser combatido. Cohen não tratou especificamente com a questão do desvio, mas aqui cabe a referência ao trabalho de Becker.

O Sociólogo Howard S. Becker desenvolveu estudos concentrados na chamada Sociologia do desvio. Sua obra *Outsiders*, 1963, tornou-se uma referência para o tema. O autor problematiza a questão da rotulação e a noção de comportamento desviante. Uma pergunta ronda o estudo: por que as pessoas realizam desvios comportamentais em relação às regras e normas convencionais de uma sociedade? Como isso acontece? Por meio de quais

processos? E, além disso, por que os outros não desviam? Por que aderem aos padrões convencionais?

Não iremos nos deter expondo a pesquisa de Becker, mas sim um dos principais núcleos argumentativos. O que aqui nos interessa é justamente um dos fatores de explicação que o autor utiliza: a ideia de que o desvio é um fator a ser levado em consideração partindo de uma perspectiva relacional. Ele é uma criação social, fruto das relações. Em outras palavras, existem processos sociais de rotulação e identificação do desvio e do desviante (Cf. BECKER, [1963] 2009, p.22).

É bem plausível que possamos fazer uma analogia com o que até agora foi exposto acerca do Pânico Moral: Becker concebe, assim como Cohen, que existem processos sociais em jogo para que uma ameaça seja categorizada e temida. A analogia se sustenta pela proximidade entre o trabalho dos dois autores; o próprio Cohen tem como referência bibliográfica o estudo de Becker, seu contemporâneo, citando-o em mais de uma ocasião durante a exposição de sua pesquisa sobre os Pânicos Morais.

Em contra partida, Becker também reconhecia Cohen como um importante interlocutor, como podemos constatar no texto feito pelo sociólogo que consta no livro *Crime, Social Control and Human Rights: From Moral Panics to States of Denial, Essays in Honour of Stanley Cohen*, 2013, que reúne ensaios de diversos autores em homenagem a Stanley Cohen, organizados por David Downes.

A identificação da ameaça, em geral, se encontra em setores considerados desviantes na sociedade, ou, se preferir, às margens do centro dominante de valores, ideais e sentimentos. O pensamento dos dois autores, nesse ponto, possuem afinidades que podem ser valiosas para nos auxiliar na compreensão do fenômeno aqui analisado. Cabem as palavras do sociólogo Howard Becker: “Desvio não é uma qualidade que reside no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato [ou é acusada de cometer] e aquelas que reagem a ele” (BECKER, 2009, p. 27, acréscimo meu).

Conforme vimos, então, o problema é abordado como uma crise latente que ameaça a ordem social. O “agente da desordem”, até então já identificado e caracterizado, será cada vez mais “demonizado” e usado como a principal justificativa para a adoção de medidas político-institucionais de controle e rigor penal, que, no fim das contas, serão as principais armas para combater esse mal.

Chegando à etapa final, a *ação*, o temor coletivo e interpretação do mesmo que foi estimulado na fase anterior, agora engendra ações estratégicas para lidar com o problema, tendo como pano de fundo todo o discurso moral que foi apresentado inicialmente.

A principal característica dessa etapa é a concentração da atenção da mídia e opinião pública para qualquer eventual sinal de expansão da ameaça, ou, ressurgimento da mesma, caso tenha sido amenizada ou desaparecida. É um intenso estado de alerta e prontidão para reconhecer a ameaça ou algum desdobramento propiciado por ela.

É nesse momento que o pânico moral chega a sua fase mais acentuada: quando comportamentos até então considerados sem relevância tornam-se suspeitos, com a possibilidade de estarem relacionados com a ameaça veiculada anteriormente ou serem diagnosticados como uma nova, pois o estado de medo e alerta favorece essa “percepção”.

Em meio a essa conjuntura, é comum que um tipo específico de assuntos e comentários circule, tendo como tema os “desvios de conduta” que tanto se discute; Tereza Caldeira (2000) não trabalhou com o conceito de Pânico Moral, mas identificou uma prática, no contexto brasileiro, que pode se encaixar bem na ideia do fenômeno descrito por Cohen. Essa prática foi chamada pela autora de Fala do Crime.

Segundo Caldeira, essa fala pode ser entendida como “todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que têm o crime e o medo como tema” (CALDEIRA, 2000, p. 27-57). Existem ocasiões em que essa prática é realizada com mais frequência. Em nosso caso, por exemplo, ela seria um sintoma do Pânico Moral. A repetição dos enunciados sobre o problema social é constante, assim como as análises e estratégias de reação. Caldeira conclui que essas narrativas acabam, em contrapartida, alimentando e difundindo o sentimento de medo e violência pela população.

Kenneth Thompson (1998), outro estudioso do tema, considera como uma das principais consequências do Pânico Moral as chamadas Cruzadas Morais (Cf. BECKER, [1963] 2009), que é um movimento protagonizado por indivíduos e grupos que se envolvem em uma empreitada contra o “mal”. Nessa batalha fervorosa o objetivo é eliminar imediatamente esse mal a qualquer custo, pois, aqueles que atribuíram para si a missão da cruzada contra degeneração moral creditam que a missão é sagrada.

Ele [o cruzado] está interessado no conteúdo das regras. As existentes não o satisfazem porque há algum mal que o perturba profundamente. Ele julga que nada pode estar certo no mundo até que se façam regras para corrigi-lo. Opera com uma ética absoluta; o que vê total e verdadeiramente mal sem nenhuma qualificação. Qualquer meio é válido para extirpá-lo. O cruzado é fervoroso e probo, muitas vezes hipócrita (Cf. BECKER, [1963] 2009, p.153).

É plausível considerar que esses “guerreiros da moral” podem possuir motivações tanto humanitárias e progressistas, quanto egoístas e conservadoras, mas sempre considerarão

suas ações justificáveis e provedoras de um mundo melhor (BECKER, [1963] 2009, p.153-168).

Em outras palavras, as cruzadas são acionadas a partir de motivações e visões de mundo bem diferentes, mas, ainda assim, é possível identificar maneiras de agir bastante similares na saga de ambas. A origem das motivações, nesse caso, não necessariamente altera a lógica das ações e estratégias de “combate”.

Um breve exemplo, para que a ideia fique mais clara: o grupo com opiniões contrárias aos Direitos Humanos irá se mobilizar com tanto fervor quanto um grupo a favor. Ambos entendem a sua causa como a correta e a missão necessária, pois, segundo a visão de mundo de cada um, a efetivação de suas reivindicações refletirá no bom andamento da sociedade.

São essas as fases e possíveis sintomas categorizados por Cohen para analisar o fenômeno do Pânico Moral. Longe de ser um tipo de teoria geral, as etapas funcionam melhor como um mapa que delineia algumas das características elementares que se destacam e podem ser diagnosticadas em meio ao processo de pânico.

3. Stanley Cohen e os demônios populares

You're interested in why things happen. I
interested in why people say things happen –
Stanley Cohen⁵⁶

Stanley Cohen nasceu em Joanesburgo, África do Sul, em 23 de fevereiro de 1942. Sua mãe era a caçula de uma família de judeus poloneses imigrantes. Seu pai, vindo da Lituânia, também de berço judeu, ainda muito jovem migrou para a África do Sul juntamente com os pais, quatro irmãos e uma irmã. (DOWNES et al, 2007, p.4).

Stanley, ou simplesmente Stan, como era conhecido entre os amigos, viveu a infância e adolescência em uma comunidade judaica na região de Joanesburgo. Apesar de a África do Sul possuir uma diversidade cultural com muitos povos e etnias, os judeus que ali habitavam mantinham suas redes de relações entre os iguais, concentrando-se em círculos fechados. Os

⁵⁶ Crime, Social Control and Human Rights: From Moral Panics to States of Denial, Essays in Honour of Stanley Cohen. Routledge, 2013, p.3.

amigos de escola de Stan eram, por exemplo, todos judeus, assim como o meio social no qual sua família circulava. Buscavam ser auto-suficientes na vida profissional e manter um discreto distanciamento das demais comunidades, não se importando muito com o que acontecia fora de se meio (DOWNES et al, 2007, p.5).

A coesão do grupo não se dava pela religião propriamente dita, ao menos não como fator principal. O que de fato era muito forte era a noção de pertencimento, identidade, solidariedade, união e lealdade; lembrando que o mundo estava às portas da experiência do Holocausto (DOWNES et al, 2007, p.5).

Quando adolescente Stan teve contato, e posteriormente filiação, com o grupo de jovens sionistas socialistas. O Sionismo era um movimento internacional político e filosófico que reivindicava a autonomia e independência do povo judeu. Defendeu a criação de um Estado nacional judaico no território sagrado para eles, lutando por autonomia e manutenção da identidade judaica; tiveram forte influência na criação de Israel, em maio de 1948. O movimento também era conhecido como Nacionalismo Judaico.

Não foi difícil para Stan ter contato com os sionistas, afinal, crescera em uma comunidade judaica cujos ideais uma hora ou outra se esbarrariam com os do grupo. O principal atrativo para a adesão era a rede de relações que se estendia e, principalmente, o ingresso em um mercado matrimonial. O casamento entre as famílias judaicas era uma das principais instituições que contribuía para preservar e reforçar os laços do grupo na região.

As atividades dos sionistas reuniam muitas pessoas. Os pais sabiam que nesse grupo havia famílias, sabiam que em um momento ou em outro os jovens possivelmente acabariam se unindo em matrimônio devido o contato. Dessa forma, muitas famílias aderiram à causa e colocaram seus filhos e filhas desde a adolescência nesse meio – praticamente não havia casamentos fora desse círculo (DOWNES et al, 2007, p.5). Stan e sua futura esposa, Ruth, por exemplo, estavam muito envolvidos com o movimento estudantil sionista na época.

Foi em contato com esse meio, sobretudo com a influência dos sionistas, que Stan passou a acreditar que Israel seria uma sociedade justa e solidária para com seus cidadãos e seu povo, um lugar onde poderiam viver em paz. Futuramente sofreu uma decepção, quando viu de perto o conflito pulsante entre Israel e a palestina, palco de inúmeras violações e violência. Viu o quão distante o país estava de seus ideais (DOWNES et al, 2007, p. 19).

O divisor de águas em sua trajetória foi o ingresso à Universidade de Witwatersand, localizada em Joanesburgo. A mudança de perspectiva se deu principalmente por, além de ser a primeira vez que saiu de casa, entrar em contato com as Ciências Sociais, que o possibilitaram enxergar a sociedade em que vivia de maneira mais ampla, abrindo outros

horizontes de pensamento para melhor compreendê-la. Aproximou-se então da Sociologia e suas possibilidades de análise (DOWNES et al, 2007, p.5).

A universidade proporcionou o contato com diferentes comunidades, etnias, ideias e perspectivas. Ainda que o quadro discente e docente contasse com poucos negros, Stan pode ter uma noção mais abrangente da situação política conflituosa em que o país se encontrava, pois vigorava na época o sistema Apartheid.

O Apartheid foi um sistema de segregação racial implantado institucionalmente de 1948 a 1994 pelos governos em exercício na África do Sul. A proposta era restringir os direitos dos habitantes, privilegiando a minoria não-negra, que, diga-se de passagem, eram compostas pelos próprios dirigentes e autoridades políticas do país. Separaram pessoas, instituições, relações e acessos pelo critério da raça e cor da pele. A justificativa era de que a África do Sul não era formada por uma única nação, e, sendo assim, dever-se-ia colocar “cada grupo em seu lugar”.

Esse processo deu luz a muita violência, racismo e mobilização de resistências contra o governo. Na época em que Stan frequentou a universidade o sistema apartheid estava em colapso. O debate político era comum do cotidiano universitário e, assim como muitos colegas, Stan se engajou em protestos, marchas, resistências em grupos de oposição. A caótica conjuntura política contribuiu para que o pensamento crítico do autor se desenvolvesse ao longo de sua formação (DOWNES et al, 2007, p. 20)

Adquiriu o diploma em Ciências Sociais e em Serviço Social, em seguida mudando-se para a Inglaterra em 1963, exercendo a profissão de assistente social e de professor na Universidade de Durham até a conclusão do Doutorado, realizado na London School of Economics em 1972. No mesmo ano de conclusão da tese, tornou-se professor na Universidade de Essex.

Quando chegou na Inglaterra para concluir os estudos, o plano inicial de Stan era ficar pouco tempo, pois seu desejo sempre foi ir a Israel devido o seu antigo compromisso com os ideais sionistas (DOWNES et al, 2007, p. 19). Ao contrário do plano, ficou 18 anos no país, tempo em que se empenhou em acompanhar o conflito entre Israel e palestina. Pouco a pouco foi se desencantando com Israel, cuja ilusão fora destruída pela brutalidade, violência e ausência de empatia para com o sofrimento do outro, presentes nas relações conflituosas do local (DOWNES et al, 2007, p. 19).

Mesmo com o descontentamento, nos anos de 1980 decidiu finalmente ir morar em Israel, seu antigo objetivo. A escolha foi motivada pelo contato que teve com a comunidade

judaica na juventude, passado que nunca o abandonou. A justificativa foi de que o impulso do dever o tomou, pois, afinal de contas, era judeu, queria contribuir de alguma forma para melhorar as coisas por lá.

Outro fator, conhecido pelos amigos próximos, era de que ele não conseguia se encontrar politicamente na Inglaterra, sentia-se um estrangeiro nas discussões em que participava e tudo parecia muito distante. Sua perspectiva política e sociológica era voltada para a conjuntura na África do Sul e Israel; era muito difícil se desconectar desses lugares, no contexto de sua criação. Além de tudo, não poderia ignorar o que estava acontecendo em Israel, não podia ignorar as violações humanas que lá aconteciam (DOWNES et al, 2007, p. 19-20). Decidiu ir.

A lavagem cerebral que eu recebi do movimento juvenil sionista foi tão forte que eu acabei evitando enfrentar a realidade completa. Mas eu me lembro de dizer a alguém que me fez a mesma pergunta [por que ir a Israel?]: "Não, é precisamente porque as coisas estão ruins agora, precisamente porque há tanto descontentamento, que pessoas como nós, com compromisso verdadeiro, devemos ir para lá". (...)

Eu senti que Israel era de alguma forma o lugar para fazer isso, que havia uma identidade pronta para mim lá. Eu me introduziria nessa identidade intelectual judaica liberal e diria àquelas pessoas brutais ao meu redor que, se eles avançassem um pouco dessa e daquela maneira, então as coisas ficariam bem (DOWNES et al, 2007, p.20).

Chegando ao país, assumiu o cargo de diretor do Instituto de Criminologia da Universidade Hebraica de Jerusalém. Trabalhou com questões referentes aos Direitos Humanos.

A experiência em Israel foi marcante para o autor, relatou seu amigo de infância e colega de profissão Adam Kuper (DOWNES et al, 2007, p.6). Stan teve contato com o conflito entre Israel e a palestina, tomando conhecimento de lutas violentas e muito sangue derramado. Seu trabalho era colocar diretamente em discussão as inúmeras violações dos Direitos Humanos que aconteciam naquele território, direitos esses quase completamente negligenciados, quando não esquecidos.

Laurie Taylor, colega de trabalho, recebeu a notícia da partida de Stan como um ato de traição ideológica vindo de alguém que tanto admirava (DOWNES et al, 2007, p.20-21). Não podia acreditar na repentina escolha do velho Stan; beirava a loucura. Relutantemente, visitou-o algumas vezes em Jerusalém, querendo verificar a possível desilusão do amigo com antigos ideais ou arrependimento por sua escolha. Certa vez interpelou-o diretamente se

algumas de suas esperanças foram realizadas. A resposta veio com uma entusiasmada decepção.

Eu nunca me senti tão longe de “casa” em toda a minha vida. Eu nunca estive em um lugar tão estranho. Quanto à comunidade das forças liberais, eu achei suas hipocrisias especialmente repugnantes. Não adiantava atacar as forças da direita e do centro; eu tive que criticar as pessoas que deveriam estar de pé e não estavam. Sua atitude para com os palestinos era bastante diferente do liberalismo que eu conheci na África do Sul. Em nenhum outro lugar encontrei um grupo de intelectuais tão sensíveis à boa imagem de seu país. Muitos deles adotaram uma posição curiosamente desonesta. Podia haver um cheiro de gás lacrimogêneo vindo de um dos vilarejos próximas ao campus da Mount Sheeppop School da Universidade Hebraica - e dentro da universidade estariam falando sobre legalidade e jurisprudência. Certa vez, quando eu estava levantando fundos para uma organização de direitos humanos, conheci uma mulher bem-informada, muito progressista, americana, que prometeu que a sua fundação proporcionaria o que precisávamos para continuar a trabalhar. Eu então mencionei casualmente que nós precisaríamos de outros 2000 dólares para traduzir o relatório final na tortura do hebraico ao inglês. "Por que em inglês?" Ela disse. "Estas são coisas terríveis, mas eu não acho que elas deveriam ser conhecidas por todos." (DOWNES et al, 2007, p. 20-21).

Posteriormente, Ken Plummer, outro colega, professor da Universidade de Essex, em 2003, declarou que Cohen repudiou convictamente as atrocidades que ocorriam no conflito, se decepcionando com o discurso controverso dos sionistas e as práticas que imperavam na região. Apesar de amar o país, considerou o período de estadia como um dos mais infelizes de sua vida (DOWNES et al, 2007, p.xx).

Retornou à Inglaterra em maio de 1996. Dessa vez foi nomeado como professor de Sociologia na London School of Economics. Marcado pela experiência em Israel produziu estudos sobre a questão da negação, Direitos Humanos e tortura. Em 2009 recebeu o prêmio Mérito Excepcional da Sociedade Britânica de Criminologia. Faleceu em janeiro de 2013, Londres.

Stanley Cohen foi um autor que trabalhou na área da Sociologia do crime, desvio e controle social. Seu trabalho é referência na Sociologia, antropologia e criminologia. A metodologia de pesquisa do autor privilegiou a interdisciplinaridade, fazendo uso de uma pluralidade de áreas do conhecimento, organizando-as sociologicamente. Tinha muita dificuldade em separar a vida pessoal da atividade intelectual. Não só tinha dificuldade, mas achava ser impossível (DOWNES et al, 2007, p.xix).

Percebia as experiências cotidianas como rico material de análise e estava sempre tomando notas das nuances do desvio cotidiano – fumar, beber, furar fila, trapacear e etc -

pois acreditava que elas tinham um poderoso fator explicativo para os processos sociais em andamento. Stan muitas vezes foi comparado a um contador de histórias, pois tinha um modo simples e poético de escrita, fazendo uso de muitas metáforas e exemplos literários para elucidar seus argumentos. Sua sensibilidade de perceber as coisas e transmitir em palavras era notável (DOWNES et al, 2007, p.xx).

O autor costumava dizer que, de uma forma ou de outra, devia suas escolhas acadêmicas e de pesquisa tendo como panorama sua vivência na África do Sul. “Minha identidade como judeu sul-africano é minha identidade primária. (...) Se é minha identidade primária, então deve, de alguma forma, ter influenciado minha escolha de sujeitos e maneiras de como fiz as coisas” (DOWNES et al, 2007, p.6).

Em sua tese de doutoramento, *Folk Devils and Moral Panics* ([1972] 2002), Stanley Cohen analisou os desdobramentos da inquietação popular resultante da existência e do confronto entre dois grupos rivais em algumas regiões da Inglaterra na década de 1950. Esses grupos eram conhecidos por sua composição predominantemente de homens, jovens, provenientes da classe trabalhadora e que, segundo as denúncias, possuíam comportamentos não convencionais como consumo de drogas, pequenos furtos, disposição para a violência, vandalismo e etc.

Seguindo a sequência de ações para o estabelecimento do pânico, descritas anteriormente, esses dois grupos foram vistos pela opinião pública como o maior símbolo da delinquência juvenil, um terrível exemplo para os demais jovens e, conseqüentemente, uma perigosa doença para a moral da sociedade britânica da época. De maneira geral e para fins de identificação, esses dois grupos foram caracterizados da seguinte forma:

De um lado temos os *Mods*⁵⁷, que eram jovens de classe média, possuíam grande interesse pela moda e gosto musical voltado ao estilo Jazz. Utilizavam motocicletas de um modelo específico conhecido como *scooter*. De outro lado, os *Rockers*⁵⁸, que eram jovens provenientes da classe operária, possuíam gosto musical voltado ao Rock’n’Roll, utilizavam uma vestimenta caracterizada por jaquetas de couro e dirigiam motocicletas do modelo *café racer*.

Todas as práticas relacionadas a eles, como maneiras de pensar, agir, vestir, comportamentos, gostos, hábitos, linguajar, espaços frequentados e etc, foram veiculados com repulsa, um lembrete visual e desagradável de tudo o que a sociedade da época repudiava e de tudo o que não deveriam ser. Eles passaram a representar, segundo Cohen, o principal

⁵⁷ Abreviação do termo *Modernist*, que se refere ao estilo da vestimenta.

⁵⁸ Intitulação dada por eles mesmos.

fenômeno da delinquência juvenil na Inglaterra e o risco de degradação moral da sociedade inglesa no período, tendo como justificativas os “desvios de conduta” que praticavam no cotidiano. A mera existência dos dois grupos passou a não ser tolerada pela opinião pública.

O sociólogo ainda nos mostra em sua pesquisa como a mídia jornalística foi o principal ator que estimulou essa categorização negativa dos dois grupos, mobilizando as autoridades dirigentes a reagirem contra os “delinquentes”, convocando a opinião pública a se juntar à empreitada e apoiar medidas de controle mais excessivas visando a salvação da moral. Uma cruzada contra a delinquência se formou.

Chegando até aqui, vamos retomar o raciocínio de maneira sintética: o Pânico Moral pode ser diagnosticado por meio de um conjunto de características, sendo a principal delas a expectativa de ameaça em potencial aos interesses, ideologias, valores e à ordem moral. A ameaça que assombra a sociedade é representada por alguns grupos vulneráveis e segregados que, muitas vezes, são passíveis, ou melhor, mais propícios a essa rotulação (Cf. GOODE & BEM-YEUDA, 1994).

A desproporção entre a ameaça e a que de fato existe, caso exista, é cada vez mais valorizada e o risco de efetivação é potencializado, independentemente da existência de provas que os constatem (Cf. MACHADO, C. 2004). A existência ou não do problema não interfere o desenrolar dos efeitos do discurso do medo difundido por meio da mídia.

Esse efeito tem maior probabilidade de surgir em momentos de transição e, ou, crise que afetem os sistemas políticos e sociais, assim como os padrões morais estabelecidos e assegurados normalmente por setores dominantes e, em consequência, conservadores na sociedade. Exemplos das temáticas que provocam esse fenômeno de reação são: religiosidade, homossexualidade, drogas, aborto, direitos humanos, delinquência, criminalidade, epidemias, estrangeiros e etc.

Qualquer que seja a perspectiva teórica privilegiada, a análise sociológica dos pânicos morais provê ferramentas e conceitos úteis para a compreensão de um fenômeno da sociedade contemporânea: o comportamento coletivo diante das pressões por mudança social que se intensificaram e parecem mais rápidas a cada dia. Ao estudar um pânico moral explicitamos como nossa sociedade associa determinadas transformações com ameaças. Na sociedade de risco, um pânico moral como o suscitado pelas relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo revela que as fronteiras morais são renegociadas na moeda do controle social. (MISKOLCI, 2007)

Cohen conclui sua obra argumentando que na época em que a pesquisa foi realizada existiam muitas outras subculturas urbanas juvenis na Inglaterra. A ênfase nos Mods e Rockers serviu como um pretexto para que se reagisse contra todas essas subculturas.

O interessante é que em menos de cinco anos após a efervescência em torno da ameaça e das cruzadas para eliminá-la, curiosamente, tanto Mods quanto Rockers desapareceram das ruas, desapareceram das páginas dos jornais e da fala pública. Tornaram-se uma lembrança, quando não esquecidos completamente, daquilo que a sociedade deveria evitar. Foram lembrados como um dos tantos outros demônios que ameaçaram os valores da época.

Ainda que hoje não se fale muito sobre Mods e Rockers, o discurso sobre a delinquência juvenil associado a eles gerou efeitos, ações, posições, notícias, políticas e documentos. Esse percurso pode nos revelar pistas sobre como o controle social da sociedade britânica se apresenta hoje de acordo com as influências e ressonâncias do passado.

4. Serpentes Negras e a forma Pânico Moral

Depois de toda a exposição, gostaria de fazer o convite para refletir sobre o caso das Serpentes Negras, tendo como pano de fundo o conceito de Pânico Moral. É certo que não podemos fazer uma analogia direta da analítica de Cohen, pois, no Brasil, foram situações diferentes das que o autor analisou; mas, ainda assim, algumas características estão presentes na história da repercussão.

O tema nesta pesquisa focalizou nas políticas de mudanças das práticas do sistema prisional paulista em contexto de redemocratização, especificamente na que toca na Comissão de Solidariedade, um canal de comunicação e representação dos presos. No processo, sabemos, surgiu a denúncia de uma organização criminosa que supostamente se beneficiavam das Comissões. Seguindo a tendência de acontecimentos descrita por Cohen, podemos constatar as seguintes características:

1. O processo de transição democrática em 1980 pode ser considerado como um período de instabilidade política que propicia o surgimento do fenômeno do Pânico Moral, pois, como vimos, foram renegociados padrões de conduta e orientações político-sociais. A proposta de humanização do sistema penitenciário representou, para setores conservadores, uma ameaça para a visão de mundo e valores dominantes, muito difundidos e enfatizados no regime anterior.

2. Um grave problema social foi denunciado: a suposta existência da organização Serpentes Negras. A justificativa para que o grupo se organizasse foi o “afrouxamento punitivo” associado às políticas de humanização. Independente da constatação da denúncia, efeitos foram acionados por meio dos discursos propagados sobre o caso, principalmente mudanças na política institucional e relacional da prisão e retrocesso da representação dos presos.
3. O alvo da acusação foi a população de presos, ou seja, inseridos em um dos mais altos níveis de segregação social.
4. A mídia de massa teve um papel central nesse processo de identificação e difusão do problema. Nenhuma prova foi apresentada, mas os jornais seguiram apresentando denúncias com traços sensacionalistas, enaltecendo cada vez mais a periculosidade que as chamadas políticas de humanização representavam para a segurança pública e para a sociedade. Veiculou-se toda uma disputa e análises em torno da veracidade da denúncia.
5. Houve uma grande mobilização de autoridades governamentais, agentes penitenciários, presos, advogados, psiquiatras, cientistas políticos, sociólogos, psicólogos, jornalistas e organizações não governamentais. Muitos participaram do debate em torno do discurso produzido sobre as Serpentes e suas possíveis consequências.
6. Duas cruzadas morais, opostas e ativas, se enfrentaram, tendo como campo de batalha, sobretudo, o espaço que a mídia impressa (jornais e revistas) propiciava, sendo esses canais o principal referencial para o caso, orientando até mesmo investigações dos oficiais dos poderes Legislativo e Judiciário. Lembrando que mesmo o poder Executivo sentiu as ressonâncias do caso, pois, afinal, o Governador também foi questionado sobre a situação.
7. As consequências dessa “batalha” resultavam em decisões oficiais que suprimiram, alteraram e destituíram direitos, aumentando muito a instabilidade dos presídios e a revolta de grande parte dos presos.
8. As Serpentes assombraram as políticas de humanização. O discurso das Serpentes foi, e ainda hoje, e acionado quando se falava das Comissões de Solidariedade. Muitos desvios de conduta do preso como fugas e tentativas, brigas, assassinatos, reuniões etc,

foram vistos como influenciados pelas Serpentes, durante a efervescência do caso e ainda por alguns anos depois.

9. Por fim, as políticas de humanização dos presídios sofreram um retrocesso, quando não foram eliminadas completamente. Como todo Pânico Moral é extremamente volátil, esse não foi diferente. Após pouco mais de um ano e meio as Serpentes desapareceram das notícias e dos comentários sobre a prisão. Análogo a um mito ultrapassado, hoje o fantasma não causa mais o terror de antes, mas ainda é lembrado como um curioso rumor que perpassou a história das políticas de gestão da pena nas prisões.

Conforme comentado anteriormente, deixar a apresentação do conceito de Pânico Moral para o fim do trabalho foi proposital, uma vez que o caso Serpentes Negras já tenha sido trabalhado. Assim tivemos condições de perceber as semelhanças entre algumas características presentes no trabalho de Cohen sobre os “demônios populares”. Nós, aqui no Brasil, também tivemos nossos demônios e que ainda são invocamos quando a conjuntura possibilita. Analisamos aqui como a forma Pânico Moral pode carregar e construir toda uma disposição de discursos sobre crime, prisão e direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procurou-se analisar como um discurso sobre o crime organizado surgiu via Pânico Moral em um momento de tentativas de mudanças nas práticas de gestão da pena privativa de liberdade nas prisões, em contexto de transição democrática. Para nos auxiliar na empreitada, fizemos uso da Sociologia do rumor e discursos. Mais do que apresentar conclusões gerais sobre o tema, a proposta foi um convite de pensamento para abrir outros campos de discussão sobre um tema que poderia ser mais explorado pelas ciências sociais.

Por fim, gostaria de falar sobre outro fantasma, e dessa vez de um que, em contrapartida, assombrou este trabalho. A leitura sobre Serpentes Negras invocou, por vezes, outro discurso sobre organização criminosa, discurso pelo qual, como indiquei anteriormente, motivou-me a fazer esta pesquisa. Trata-se do Primeiro Comando da Capital (PCC).

Realizei entrevistas com ex-funcionários de presídios que estavam em atividade na década de 1980, momento em que o rumor das Serpentes chamou a atenção. Em mais de uma fala houve a associação entre Serpentes Negras e PCC, como se a primeira tivesse dado origem ao segundo, como se fosse o germe da futura organização. É curioso esse movimento, quase automático, de transitar facilmente da Comissão de Solidariedade para Serpentes Negras, e, por sua vez, das Serpentes para o PCC.

Uma dessas falas foi a da senhora Palmira⁵⁹, durante uma entrevista pelo telefone em março de 2016. Ela trabalhou como funcionária por muitos anos em presídios paulistas, sobretudo nos femininos. A indicação partiu de outro contato que assegurou que ela sabia muito sobre a prisão em 1970 e 1980. Não avisei qual era meu interesse especificamente, não fiz isso em nenhuma entrevista justamente para testar até que ponto o entrevistado chega à questão de meu interesse de forma mais espontânea possível. Falamos sobre “como era a prisão naquela época”.

⁵⁹ Nome fictício

Quando perguntei sobre o governo Montoro, a sra. Palmira de pronto colocou José Carlos Dias e a Comissão de Solidariedade no assunto. Disse que as comissões deram muito trabalho, foram uma proposta inocente e que se reflete até os dias de hoje. Muito interessando, perguntei o motivo de tal afirmação. Ela respondeu: “Você não sabe, pois deve ser muito jovem, mas foi partindo dessas comissões que surgiu a primeira organização criminosa por aqui, foi dali que surgiu o PCC, entende?”.

Longe de querer fazer uma análise de memórias, pois não trabalhei com esse conteúdo metodológico, mas entendi esse relato como um sintoma, um resquício de passado soterrado na memória de uma senhora que relembra um momento de sua vida, um tipo de memória que me interessava. Não comentei sobre as Serpentes, tão pouco demonstrei conhecimento sobre o assunto, mas avancei querendo mais informações.

Ela continuou: “Serpentes Negras, já ouviu falar? Uma organização que controlava essas comissões de presos. Foi ali que começou o PCC, e o pior é que foi avisado o que estava acontecendo, mas não houve resposta”. Perguntei de qual aviso ela estava falando, mas ela começou a demonstrar impaciência e pressa para concluir o assunto, pois já fazia tempo que conversávamos. Ela encerrou dizendo: “Um monte de alertas e denúncias apareceram por todo o lado. Teve uma verdadeira briga com o pessoal dos Direitos Humanos. Saiu em tudo quanto é jornal, você pode conferir nos jornais antigos. Vá até o Arquivo do Estado e procure lá por informações sobre todo esse bafafá sobre as Serpentes Negras, e olha, não deu em nada. Ou melhor, deu sim, deu no PCC (risada com deboche)”.

Na conversa com outro funcionário, Antônio, nome fictício, houve o mesmo movimento: das Comissões de Solidariedade para as Serpentes Negras, das Serpentes para o PCC. Ele possuía uma interpretação própria do momento político e situação da prisão na época, com uma narrativa diferente da de Palmira. Ele argumentou que as Serpentes não eram as precursoras, mas a inspiração.

"Jovem, aquele tempo não foi brincadeira. Admiro muito o Zé Carlos Dias, ele tinha boas intenções, mas não sabia como funcionava dentro da prisão, ninguém fazia ideia. Essas políticas foram implantadas muito rápido, se ele tivesse ido mais devagar... respeitando o tempo da prisão, talvez, hoje a história fosse diferente e não estaria essa merda que está hoje. Mas eu entendo, ele tinha que correr por causa do mandato dele e do Montoro, não podia esperar. É o que eu acho. Essas serpentes aí, foi um barulho infernal! Rapaz, esse pessoal das Serpentes Negras não foram pra frente pelo seguinte: queriam política, queriam direitos, queriam fuga. Foi um momento apenas, não foi pra frente. O PCC, eu lembro, a diferença é que eles queriam dinheiro. Aí sim

ganhou apoio. Mas eles se inspiraram nos anteriores, PCC se inspirou nas Serpentes. É bem isso (Entrevista realizada em abril de 2016).

Notem que Antônio esta se referindo à Comissão de Solidariedade, mas a chamou de “pessoal das Serpentes”. A organização denunciada por Haroldo jamais foi comprovada e muito menos suas atividades. Aqueles que tentaram politizar as relações na prisão, fiscalizar e exigir direitos eram, já sabemos, o grupo das comissões. Esse é mais um reflexo da confusão da época, ou seja, a associação entre comissões e Serpentes.

Roberto da Silva, egresso da prisão, hoje professor da Faculdade de Educação da USP, em uma entrevista deixou claro que para ele Serpentes Negras foram um golpe que visava desqualificar as políticas de humanização.

São coisas diferentes. Comissões não tinham nada disso de Serpentes e, mesmo que tivessem, não dariam origem ao PCC, entende? Eu acho que podemos dizer que o pessoal das Comissões de Solidariedade serviriam bem, seriam úteis, para o PCC depois, mas o contrário não. O PCC não serviria em nada para as Comissões. Eles tinham objetivos diferentes (Roberto da Silva, entrevista no dia 15 de dezembro de 2016).

É interessante que a referência ao PCC surge não só em entrevistas que tratem sobre as políticas de humanização nas prisões paulistas, mas também em eventos acadêmicos nos quais apresentei essa temática ao longo da graduação e mestrado. Muitos questionaram sobre a possível continuidade das Serpentes, o seu legado, a referência e inspiração para o PCC etc. Conforme comentei no início, mesmo eu, quando tive conhecimento do caso das Serpentes, o associei como um possível prelúdio para o que viria nos anos 1990. Entretanto, até o momento, nada podemos afirmar a esse respeito. Não existem dados suficientes que comprovem essa relação, e isso é interessante no ponto de vista desta pesquisa.

Relacionar o discurso das Serpentes Negras ao PCC é o sintoma final de constatação do Pânico Moral. Isto é Pânico Moral. Muitos são curiosamente capturados por essa ideia, que opera como um reflexo da forma como o caso das Serpentes foi tratado e explorado anteriormente.

É possível sim que o PCC, surgido, hipoteticamente, cinco anos depois da experiência das Comissões de Solidariedade, seja mais bem compreendido partindo da análise de experiências anteriores, como a aqui descrita, não por meio de uma relação direta, mas sim via recuperação na história de experiências de mudança (ou tentativa de mudança) do sistema prisional brasileiro.

A experiência das Comissões de Solidariedade e sua suposta outra face, as Serpentes Negras, constituem um valioso material empírico cuja análise pode trazer e elucidar questões contemporâneas, como os obstáculos, ainda presentes, quando se pretende efetivar políticas de democratização das relações estabelecidas dentro das prisões, ou a forma como o discurso da insegurança pública é explorado pelos meios de informação. Ainda hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. **A prisão sob a ótica de seus protagonistas, itinerário de uma pesquisa.** Tempo social, São Paulo, v. 3, n. 1-2, p. 7-40, 1991.

_____. **Sistema penitenciário no Brasil - Problemas e desafios.** Revista Usp, n. 9, p. 65-78, 1991.

ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. **Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC.** Estudos avançados, v. 21, n. 61, p. 7-29, 2007.

ALVAREZ, M. C. ; SALLA, F. ; DIAS, C. ; HIGA, G. **Serpentes Negras: fantasma das Comissões de Solidariedade ou precursora do Primeiro Comando da Capital (PCC)?** Sociologias Plurais: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, v. especial, p. 185-195, 2014.

ALVAREZ, Marcos César. **Controle social: notas em torno de uma noção polêmica.** São Paulo em perspectiva, v. 18, n. 1, p. 168-176, 2004.

_____. **Michel Foucault e a Sociologia: aproximações e tensões.** Estudos de Sociologia, v. 20, n. 38, 2015.

ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; DIAS, Camila Nunes. **Das Comissões de Solidariedade ao Primeiro Comando da Capital em São Paulo.** Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 25, n. 1, p. 62, 2013.

BECKER, Howard S. **Falando da sociedade.** Zahar, 2009.

_____. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio.** Zahar, 2009.

_____. **Segredos e truques da pesquisa.** Zahar, 2007.

BERK, Bernard B. **Organizational goals and inmate organization.** American Journal of Sociology, p. 522-534, 1966.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado: uma etnografia do PCC**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Editora da UNICAMP, 2004.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Editora 34, 2000.

CELLARD, André. A análise documental. POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis. Vozes, 2012.

CHANTRAINE, Gilles. **La prison post-disciplinaire**. *Déviance et société*, v. 30, n. 3, p. 273-288, 2006.

COELHO, Edmundo Campos. **A oficina do diabo: crise e conflitos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro**. Editora Espaço e Tempo, 1987.

COHEN, Stanley. **Folk devils and moral panics: The creation of the mods and rockers**. Psychology Press, 2002.

DIAS, Camila C.N. **PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência**. 2013.

DOWNES, David et al. (Ed.). **Crime, Social Control and Human Rights: From Moral Panics to States of Denial, Essays in Honour of Stanley Cohen**. Routledge, 2013.

DROIT, Roger-Pol. **Michel Foucault: entrevistas**. Graal, 2006.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**. Zahar, 2000.

ERIBON, Didier; FOUCAULT, Michel. 1984. **São Paulo: Companhia das Letras**, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2009.

_____. Aula de 15 de janeiro de 1975. **Os Anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **A Ordem do discurso**. Edições Loyola, 1996.

GARLAND, David. **Punishment and welfare: A history of penal strategies**. Aldershot: Gower, 1985

GOES, Eda Maria. **Transição política e cotidiano penitenciário**. *História*, São Paulo, v. 23, n. 1-2, 2004.

_____. **A recusa das grades: rebeliões nos presídios paulistas: 1982-1986.** IBCCRIM, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, conventos e prisões.** 1961.

GOODE, Erich; BEN-YEHUDA, Nachman. **Moral panics: Culture, politics, and social construction.** Annual review of sociology, p. 149-171, 1994.

JOZINO, Josmar. **Cobras e lagartos: a vida íntima e perversa nas prisões brasileiras: quem manda e quem obedece no partido do crime.** Editora Objetiva, 2004.

LAUB, John H.; SAMPSON, Robert J. Shared beginnings, divergent lives: **Delinquent boys to age 70.** Harvard University Press, 2009.

LIEBLING, Alison. **Prisons and their moral performance: A study of values, quality, and prison life.** 2004.

MACHADO, Carla. **Pânico moral: Para uma revisão do conceito.** Interações, v. 4, n. 7, 2004.

MCROBBIE, Angela; THORNTON, Sarah L. **Rethinking moral panic for multi-mediated social worlds.** British journal of sociology, p. 559-574, 1995.

MILLS, C. Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios.** Zahar, 2009.

MISKOLCI, Richard. **Pânicos morais e controle social.** Cadernos Pagu, v. 28, p. 101-128, 2007.

PAIXÃO, Antônio Luiz. **Recuperar ou punir?: como o Estado trata o criminoso.** Cortez Editora, 1987.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Autoritarismo e transição.** Revista Usp, n. 9, p. 45-56, 1991.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Escritos indignados.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; BRAUN, Eric. **Democracia x Violência: reflexões para a Constituinte.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; DIMENSTEIN, Gilberto. **O passado não está morto: nem passado é ainda.** Dimenstein G. **Democracia em pedaços: direitos humanos no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RAMALHO, José Ricardo. **O mundo do crime.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punishment and social structure.** Transaction publishers, 2003.

SALLA, Fernando et al. **As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira.** Sociologias, v. 8, n. 16, 2006.

_____. **A retomada do encarceramento: as masmorras high tech e a atualidade do pensamento de Michel Foucault.** Cadernos da FFC, v. 9, n. 1, p. 35-58, 2000.

_____. **Considerações sociológicas sobre o crime organizado no Brasil.** Revista Brasileira de Ciências Criminais, v. 71, p. 364-390, 2008.

_____. **De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo.** Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 1, n. 1, p. 72-90, 2007.

_____. **As prisões em São Paulo: 1822-1940.** Annablume, 1999.

SALLA, Fernando; GAUTO, Maitê; ALVAREZ, Marcos César. **A contribuição de David Garland: a sociologia da punição.** Tempo social, v. 18, n. 1, p. 329-350, 2006.

SAMPSON, Robert J.; LAUB, John H. **Crime in the making: Pathways and turning points through life.** Harvard University Press, 1995.

SCAVONE, Lucila; ALVAREZ, Marcos; MISKOLCI, Richard (orgs.) **O Legado de Foucault.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

SYKES, Gresham M. **The society of captives: A study of a maximum security prison.** Princeton University Press, 2007.

TEIXEIRA, Alessandra. **Prisões da exceção: política penal e penitenciária no Brasil contemporâneo.** 2009.

THOMPSON, Kenneth. **Moral Panics.** Routledge, 2013.

VARELLA, Drauzio. **Estação carandiru.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VIEIRA, José Carlos. **Democracia e direitos humanos no Brasil.** Edicoes Loyola, 2005.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria.** Zahar, 2001.

FONTES

Banco de dados da imprensa dos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Diário Oficial do Estado (1983-1992)

Arquivos da Comissão Teotônio Vilela

Registros da Comissão Especial de Inquérito da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (CEI 438/84)

Requerimento para a criação de uma CEI para investigar a situação das polícias em São Paulo, nº 438/84

Volume 1 do jornal Democárcere

Estatuto da Comissão de Solidariedade

Regulamento de Representação de sentenciados da Penitenciária do Estado

Carta redigida pela Comissão de Solidariedade ao Secretário de Justiça José Carlos Dias

Carta anônima enviada para a Secretaria de Justiça Denunciando a má conduta dos assessores de José Carlos Dias na Penitenciária do Estado

Carta do Diretor de Qualificação e Produção Profissional da Penitenciária do Estado, José René Pires de Campos

Manifesto da Comissão de Solidariedade da Penitenciária de Araraquara

Gravação do programa RCT Debates

Denpuncia de Haroldo Pinto da Luz Sobrinho

Entrevista com Paulo Sergio Pinheiro, Roberto da Silva, Antônio e Palmira

Relatório de Maria Inês de Oliveira Sampaio enviado ao Secretário de Justiça sobre um motin realizado na Penitenciária do Estado

Nota oficial do Partido dos Trabalhadores (PT) sobre a conjuntura da segurança pública em São Paulo.